



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Instituto de Letras**  
**Departamento de Teoria Literária e Literaturas**  
**Programa de Pós-Graduação em Literatura**

**CAROLINA CAMPOS PINTO**

**A MEMÓRIA DA CIDADE DE BRASÍLIA NA OBRA *A NOITE DA ESPERA*,  
DE MILTON HATOUM**

**Brasília**  
**2022**

CAROLINA CAMPOS PINTO

A MEMÓRIA DA CIDADE DE BRASÍLIA NA OBRA *A NOITE DA ESPERA*, DE  
MILTON HATOUM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Práticas Sociais da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura.

Linha de Pesquisa: Poéticas e Políticas do Texto

Orientadora: Profa. Dra. Fabrícia Wallace Rodrigues

Brasília

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PP659m Pinto, Carolina Campos  
A memória da cidade de Brasília na obra A noite da espera  
de Milton Hatoum / Carolina Campos Pinto; orientador  
Fabrícia Wallace Rodrigues. -- Brasília, 2022.  
115 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Literatura) --  
Universidade de Brasília, 2022.

1. Literatura. 2. Brasília. 3. Milton Hatoum. 4. História.  
5. Memória. I. Rodrigues, Fabrícia Wallace, orient. II. Título.

Nome: Carolina Campos Pinto

Título: A memória da cidade de Brasília na obra *A noite da espera*, de Milton Hatoum

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literaturas, da Universidade de Brasília, para a obtenção do título de Mestre em Literatura.

### **Banca examinadora**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Fabrícia Wallace Rodrigues  
PÓSLIT/ Universidade de Brasília  
Presidente

---

Prof. Dr. Pedro Mandagará Ribeiro  
PÓSLIT/ Universidade de Brasília

---

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Lia Duarte Mota – examinador externo  
PUC-Rio

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Patrícia Trindade Nakagome – membro suplente  
PÓSLIT/ Universidade de Brasília

## AGRADECIMENTOS

A minha trajetória até a elaboração da presente dissertação de mestrado foi percorrida sem atalhos, mas com alguns desvios. O desfecho dessa etapa não teria sido possível sem o auxílio direto ou indireto de muitas pessoas, que não me deixaram desistir mesmo nos momentos mais desafiadores.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha avó Norma, minha madrinha, que guia todos os meus passos desde que eu nasci. Os últimos anos, marcados pela sua ausência, me mostraram o quanto eu precisava dela e sinceramente não sei se teria chegado até aqui sem a sua companhia. Devo a ela todo o meu melhor e espero que um dia possamos nos encontrar novamente.

Agradeço aos meus pais, Cássia e Onofre, por terem me dado todo o suporte material para os meus estudos até o início da minha vida profissional, bem como por terem me socorrido e auxiliado em situações de dificuldade. À minha mãe, em especial, obrigada por ser a minha mais constante apoiadora e o meu exemplo de mulher dedicada.

Agradeço à minha orientadora, Fabrícia Wallace Rodrigues, minha professora desde a graduação em Letras na UnB, por ter gentilmente aceitado me orientar na elaboração desse trabalho e por todos os conselhos e ensinamentos passados durante as nossas reuniões à distância.

À Universidade de Brasília, pela oportunidade de realizar o sonho de cursar a segunda graduação e o mestrado, recebendo, além de uma educação de qualidade, tantas experiências maravilhosas: andar pelo *campus*, estudar na Biblioteca Central, conviver com estudantes de vivências tão distintas, fazer novos amigos depois de adulta e estudar o que eu mais amo em todo o mundo.

Aos meus amigos, por todas as palavras de incentivo e pelo convívio antes e durante a elaboração desse trabalho, os quais tornaram o meu cotidiano mais rico e me deram o ânimo necessário para encarar essa empreitada. Agradeço, em especial, a Lívia, Igor, Maíra, Joeny, Ellen, Tales, Maria Tereza, Camila, Ariane, Ana, Sara, Lúcia, Laís, Carolina, Leila, Paulo, Cecília e Daya.

Agradeço também ao Lucas, que em pouco tempo se tornou tão importante para mim. Obrigada por todo o apoio e incentivo, por todos os momentos maravilhosos que passamos juntos, e por acreditar nos meus projetos acadêmicos e pessoais. Você me inspira a seguir adiante.

Finalmente, mas acima de tudo, agradeço a Deus por dirigir a minha vida, mesmo quando eu andava distraída, e por ter me mostrado que tudo faz sentido no final. “Com efeito, agora vemos como por meio de um espelho e de maneira confusa; mas então veremos face a face. Agora conheço de maneira limitada; mas então conhecerei como fui conhecido. Agora, portanto, permanecem fé, esperança, amor, essas três coisas; mas a maior delas é o amor” (I Coríntios 13:12-13).

*VOZES DO CERRADO*

*brasilíia, brasília  
onde estás  
que não respondes?!*

*em que bloco,  
em que superquadra  
tu te escondes?!*

\*\*\*

*bem, o sr.  
já nos mostrou  
os blocos, as quadras  
os palácios, os eixos,  
os monumentos...  
será que dava pro sr. nos mostrar a cidade  
propriamente dita?*

\*\*\*

*anunciaram a utopia  
mas foi brasília  
que apareceu*

*(Nicolas Behr)*

## RESUMO

Esta dissertação analisa a relação entre literatura, memória e História na obra *A noite da espera* (2017), primeiro volume da trilogia *O lugar mais sombrio*, de Milton Hatoum. Trata-se de obra que acompanha a formação cultural e política de um grupo de jovens que reside em Brasília/DF nos anos 1960 e 1970, no período imediatamente posterior ao golpe militar de 1964. Sendo assim, o primeiro capítulo dessa dissertação trata da construção de Brasília como cidade e símbolo, considerando os antecedentes históricos da mudança da capital federal, o contexto do governo de Juscelino Kubitschek e os desafios que a cidade enfrentou em seus primeiros anos. Em seguida, o segundo capítulo traz reflexão teórica sobre a História, em seu desenvolvimento como disciplina acadêmica, e a memória individual e coletiva, conforme as teorias de Maurice Halbwachs e Paul Ricoeur, abordando a problemática do esquecimento e o papel da literatura. Por fim, o terceiro capítulo analisa trechos da obra que contribuem para a consolidação de uma memória sobre Brasília que confronta a visão idealizada da cidade. Com isso, busca-se mostrar como a literatura oferece elementos que constroem uma nova perspectiva sobre o local, como rastros da memória que sobrevivem a uma versão hegemônica.

Palavras-chave: Milton Hatoum, Brasília, literatura, memória, História.

## ABSTRACT

This dissertation analyzes the relationship between literature, memory and History in the work *A noite da espera* (2017), the first volume of the trilogy *O lugar mais sombrio*, by Milton Hatoum. It is a work that follows the cultural and political formation of a group of young people living in Brasília/DF in the 1960s and 1970s, in the period immediately after the 1964 military coup. Therefore, the first chapter of this dissertation deals with the construction of Brasília as a city and a symbol, considering the historical background of the change of the federal capital, the context of Juscelino Kubitschek's government and the challenges that the city faced in its early years. Then, the second chapter brings a theoretical reflection on History, in its development as an academic discipline, and on individual and collective memory, according to the theories of Maurice Halbwachs and Paul Ricoeur, addressing the issue of forgetting and the role of literature. Finally, the third chapter analyzes excerpts from the work that contribute to the consolidation of a memory about Brasília that confronts the idealized vision of the city. With this, we seek to show how literature offers elements that build a new perspective on the place, such as traces of memory that survive a hegemonic version.

Keywords: Milton Hatoum, Brasília, literature, memory, History.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Placa em bronze no túmulo das crianças Juri e Miranha - Johann Baptist Stiglmaier, 1824, Münchner Stadtmuseum, Munique.....	13
Figura 2 - Pedra fundamental em Planaltina/DF .....	26
Figura 3 - Registro do evento solene de lançamento da pedra fundamental em Planaltina/DF).....	27
Figura 4 - Efigie em bronze de JK no Museu da Cidade, em Brasília/DF .....	29
Figura 5 - Cartaz da campanha presidencial de 1960 - JK vestido de bandeirante, ao lado do General Lott.....	34
Figura 6 - Imagem do traçado da cidade feito por Lúcio Costa para o concurso do plano urbano de Brasília/DF.....	38
Figura 7 - Fotografia no início da obra <i>A noite da espera</i> , de Milton Hatoum.....	70
Figura 8 - Mapa da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno - RIDE-DF .....	80
Figura 9 - Mapa da Área Metropolitana de Brasília - AMB .....	81
Figura 10 - Renda <i>per capita</i> por Região Administrativa do Distrito Federal .....	82
Figura 11 - Tabela com dados das cidades do Entorno do Distrito Federal, elaborada pela Agência Senado .....	83

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. BRASÍLIA: ENTRE O SÍMBOLO E A REALIDADE .....	19
1.1. Os antecedentes da interiorização da capital .....	22
1.2. Os primeiros anos de Brasília .....	29
1.2.1. O nacional-desenvolvimentismo de JK.....	29
1.2.2. A arquitetura modernista como símbolo de uma nova era .....	37
1.3. O outro lado da história de Brasília .....	41
2. RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	47
2.1. Conceitos de História e memória.....	49
2.1.1. Memória individual e memória coletiva.....	49
2.1.2. Memória nacional.....	52
2.1.3. História .....	55
2.1.4. Esquecimento .....	62
2.2. Relação entre a História, a memória e a literatura.....	65
3. <i>A NOITE DA ESPERA</i> : A LITERATURA ENCONTRA A MEMÓRIA .....	70
3.1. Plano-Piloto x Cidades-Satélites.....	73
3.2. Situação x Oposição.....	85
3.3. Público x Privado.....	94
3.4. Geração pai x Geração filho .....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	105
BIBLIOGRAFIA .....	109

## INTRODUÇÃO

*Essa é a voz do morto, na língua do morto,  
nas letras do morto. Tudo eivado de  
imperfeição, é verdade, mas o que posso  
fazer senão contar, entre as rachaduras,  
esta história? Feito planta que rompe a  
dureza do tijolo, suas raízes caminhando  
pelo escuro, a força de suas folhas impondo  
nova paisagem, esta história procura o sol.*  
(Micheline Verunschik, *O som do rugido da  
onça*)

Em 1817, os naturalistas alemães Johann von Spix e Carl von Martius desembarcaram no Rio de Janeiro em uma expedição científica para desbravar o território brasileiro e os diferentes povos que aqui habitavam. A viagem, que duraria três anos, seria reconhecida como a maior exploração da flora e da fauna brasileiras até os dias de hoje, dando origem a uma vasta produção científica que influenciaria até mesmo a literatura de Goethe (LIMA, 2019).

Entre os desenhos das paisagens locais, os diários com relatos da viagem, as pedras preciosas e os exemplares de plantas e animais que Spix e Martius levaram de volta à Europa, havia na bagagem dos naturalistas duas crianças indígenas, batizados por eles de Isabella Miranha e Johann Juri, que morreriam pouco depois de chegar à Europa, sem nunca retornar ao Brasil.

Spix e Martius foram recebidos na corte de Maximiliano José I, na Baviera, como heróis, tendo sido convidados para morar, juntamente com as crianças, numa das alas do Palácio Real. Segundo Maria de Fátima Costa, os indígenas estavam entre as “peças mais vistosas das coleções que Spix e Martius entregaram ao rei” (COSTA, 2019, parágrafo 35), e a sua adaptação aos costumes europeus foi extensamente explorada pelos jornais da época.

Talvez pela morte prematura das crianças, Martius, que foi quem negociou com os chefes indígenas que elas passassem a acompanhá-los na expedição, apresentou diversas versões ao longo da vida de como elas vieram parar em suas mãos, sempre buscando realçar o caráter humanitário da sua atuação em levá-las para a civilização, salvando-as do destino nefasto que teriam no Brasil. Sua ideia era criar os dois jovens segundo as ideias bávaras, e há registro de que a rainha Carolina, consorte de Maximiliano José I, às vezes cuidava pessoalmente das crianças (STIGLMAIER, 1824).



*Figura 1 - Placa em bronze no túmulo das crianças Juri e Miranha - Johann Baptist Stiglmaier, 1824, Münchner Stadtmuseum, Munique<sup>1</sup>*

As crianças foram sepultadas em Munique e seu túmulo foi ornamentado por uma placa de bronze criada pelo artista Johann Baptist Stiglmaier, sob encomenda da rainha Carolina. A representação segue modelos classicistas: há no canto superior direito uma figura masculina envolta em um lençol, representando Bóreas, o deus da mitologia grega que traz o vento frio do Norte, soprando sobre os dois jovens deitados lado a lado, seminus, idealizados com características europeias, exceto por ornamentos que indicam a origem indígena, na parte inferior. No final do século XIX, o túmulo das

---

<sup>1</sup> Imagem disponível em: <[https://sammlungonline.muenchner-stadtmuseum.de/objekt/grabrelief-der-indianerkinder-juri-und-miranha-10010234.html?tx\\_mmslenbachhaus\\_displaymms%5Bcontroller%5D=Objekt&cHash=d0f8805ed5b584c91cf630d347f9ad61&tx\\_mmslenbachhaus\\_displaymms\[origin\]=2](https://sammlungonline.muenchner-stadtmuseum.de/objekt/grabrelief-der-indianerkinder-juri-und-miranha-10010234.html?tx_mmslenbachhaus_displaymms%5Bcontroller%5D=Objekt&cHash=d0f8805ed5b584c91cf630d347f9ad61&tx_mmslenbachhaus_displaymms[origin]=2)> (Acesso em 26.mai.2022)

crianças, que não recebia mais manutenção, foi removido para receber os restos mortais de um ministro da Educação da Baviera em 1896<sup>2</sup>.

A representação do deus Bóreas pode ser interpretada como uma referência à intenção de Spix e Martius e da realeza bávara de introduzir as crianças ao mundo da cultura ocidental, considerado, segundo ideias da época, o patamar civilizatório que deveria ser alcançado. Outra interpretação possível por se tratar de uma obra de arte tumular é a de que vento norte trouxe o inverno rigoroso que levou à morte dos indígenas. A placa traz, assim, os dois lados da viagem das crianças à Europa: a tentativa de civilizar que leva ao sofrimento e à morte.

Dialogando com o relato histórico da expedição dos naturalistas alemães, a escritora pernambucana Micheliny Verunschik, em *O som do rugido da onça*, conta, numa criação ficcional, a mesma história de outra perspectiva: a da menina Miranha. No romance de Verunschik, o relato começa não com a partida dos naturalistas de Munique, mas com o nascimento de Iñe-e, como ela era chamada por sua família, e, pela ficção, duzentos anos depois, narra o outro lado de uma viagem mítica e histórica – como poderia ter sido vista por alguém que por sua origem e gênero não seria jamais ouvida à época.

A narrativa de Iñe-e pelas linhas de Verunschik acrescenta uma nova camada à viagem de Spix e Martius. Os meninos passam a ser encarados não mais como exemplares da fauna exótica do Brasil, mas como seres humanos que foram levados para outro continente contra a sua vontade. A expedição não compreende mais apenas a aventura naturalista dos alemães, mas também o sequestro de crianças indígenas. Não se trata de uma tentativa de alterar a História ou de apagar indiscutível importância que a viagem teve para a cultura ocidental, mas de preencher as lacunas deixadas pelo relato de somente uma das partes envolvidas nesse acontecimento histórico.

Nesse contexto, a obra de Verunschik é um exemplo da tendência da literatura contemporânea dos últimos anos de dar espaço a vozes e perspectivas que complexificam o entendimento de uma sociedade sobre o passado. Essa

---

<sup>2</sup> A placa de bronze de autoria de Johann Baptist Stiglmaier faz parte do acervo do Museu da Cidade de Munique (“Münchner Stadtmuseum”) e maiores informações podem ser obtidas em: <<https://sammlungonline.muenchner-stadtmuseum.de/objekt/grabrelief-der-indianerkinder-juri-und-miranha-10010234.html>> (Acesso em 15.jul.2022).

intencionalidade dos autores nasce da compreensão de que o texto é elaborado por uma pessoa concreta, que leva para ele ideias relacionadas com a sua vivência particular e com o pensamento corrente do período em que ele é escrito (DALCASTAGNÈ, 2005, p. 7). Desse modo, uma obra literária publicada em 2021, séculos após o evento nela retratado, contribui para entender melhor as nuances da construção do saber histórico.

No senso comum, a palavra “história” adquiriu a conotação de informação oficial, fundante da nacionalidade de um povo que habita o mesmo território. A História deve ser ensinada para as novas gerações nas escolas, comemorada nos feriados, e exaltada no cânone literário. Repete-se que ela merece ser estudada para não repetirmos os mesmos erros e para conhecermos os heróis nacionais, personagens alçados ao patamar de símbolos de uma ideia que merece ser lembrada.

A questão se torna mais complicada, contudo, com o surgimento de novas versões dos fatos, a partir de diferentes perspectivas dos participantes de um mesmo evento histórico, os quais, pela menor visibilidade ou por seu caráter contra-hegemônico, acabaram ficando, à época, em segundo plano, sobrevivendo apenas na memória individual e coletiva.

Segundo Halbwachs (2003, p. 86), “ao lado de uma história escrita, há uma história viva, que se perpetua ou se renova através do tempo, na qual se pode encontrar novamente um grande número dessas correntes antigas que desapareceram apenas em aparência.” O autor fala, então, de vestígios deixados pelo passado na sociedade, ainda que fora das gravuras e dos livros, presentes em expressões, lugares, modos de pensar e de agir, preservados na memória e prontos a aflorar novamente.

O relato da viagem de Spix e Martius, com toda a sua grandiosidade, não apagou a perspectiva da menina Miranha. Pelas palavras de outra pessoa, numa língua em que ela sequer sabia se expressar, uma possibilidade de versão sobreviveu – ou nasceu – na literatura, quando as circunstâncias tornaram isso possível, séculos após o seu falecimento no continente europeu.

A menção a esse romance contemporâneo surge do desejo de construir um paralelo entre, de um lado, o papel que a literatura de Verunschik tem na criação de um contraponto para certa versão histórica da viagem de Spix e Martius e, de outro, o que a obra *A noite da espera*, de Milton Hatoum, primeiro volume da trilogia *O lugar mais*

*sombrio*, tem para fornecer novos elementos para a reflexão sobre a construção e os primeiros anos de Brasília. Incorporando experiências reais da vida brasiliense no texto, o romance de Hatoum acompanha a formação cultural e política de um grupo de jovens que reside em Brasília nos anos 1960 e 1970, no período imediatamente posterior ao golpe militar de 1964, com novas perspectivas sobre o significado da mudança da capital federal.

Enquanto os diários de Spix e Martius reforçaram a imagem do Brasil como um paraíso tropical exótico, alimentando a imaginação de estrangeiros sobre o local, a inauguração de Brasília, em 1960, buscava exatamente o oposto: indicar a entrada do país no rol das nações civilizadas, modernas e avançadas, abandonando de vez o atraso do período colonial.

A construção de Brasília foi escolhida como meta-síntese do governo do recém-eleito presidente Juscelino Kubitschek (JK). Para o presidente e seus apoiadores, a edificação da nova capital segundo as mais avançadas técnicas de construção civil e concepções urbanísticas da época levaria ao alcance das demais metas do ambicioso Plano de Metas do seu governo – “50 anos de progresso em cinco”.

O plano da construção de Brasília não enfrentou, contudo, apenas obstáculos materiais. A antiga ideia da transferência da capital, prevista desde a primeira Constituição do período republicano, era vista com desconfiança pela população e pelos governantes até então. Além dos opositores políticos de JK, parte da imprensa e da opinião pública também duvidavam da capacidade do presidente de construir do zero, em cinco anos, uma nova cidade em uma região praticamente inabitada, sem sequer estradas suficientes para receber os materiais de construção.

Para superar a desconfiança, Brasília, antes mesmo de nascer como cidade, surgiu como um símbolo. Não se tratava apenas da construção de uma nova capital, mas do início de uma nova era para o Brasil e da concretização de um destino. A idealização desse símbolo ancorou-se em textos antigos do período colonial, em relatos históricos de desbravadores do território brasileiro e em sonhos proféticos do sacerdote italiano Dom Bosco no século XIX sobre uma terra abençoada no hemisfério sul entre os paralelos 15 e 20, e continuou a se desenvolver por uma série de textos que se seguiram à sua inauguração, como a *Sinfonia da Alvorada*, de Vinícius de Moraes e Tom Jobim

(MORAES; JOBIM, 1960), os relatos autobiográficos de Oscar Niemeyer e Juscelino Kubitschek, as crônicas e os poemas que a abordaram (“Brasília em 50 escritos”, 2010)<sup>3</sup>.

Mesmo nos textos críticos à cidade, de autores que discordam do modelo urbanístico adotado por Lúcio Costa ou desaprovam a postura dos políticos que vieram habitar a capital nas décadas subsequentes, Brasília ainda é frequentemente analisada com o olhar distante de quem a vê de fora, a partir de um eixo cultural distinto. O símbolo, seja de uma nova era, seja de antigos problemas, parece prevalecer à realidade ainda pouco conhecida do que é de fato viver em Brasília.

Ocorre que Brasília não é feita apenas do concreto armado dos prédios monumentais ou das agendas políticas dos governantes, mas também das vidas das pessoas que passaram por ela. Sessenta anos após a sua inauguração, algumas gerações de brasilienses já nasceram e viveram aqui, sem falar nas pessoas de fora que residiram por um tempo pela cidade, e, com suas histórias individuais, contribuíram para a formação da história do lugar.

A história viva de Brasília, para lançar mão da expressão de Halbwachs, está presente nessas experiências, guardadas na memória dos seus habitantes, que compõem um quadro mais amplo do que é realmente viver na capital federal planejada. Os relatos dos candangos, os trabalhadores da construção civil responsáveis pelas primeiras edificações, dos habitantes pioneiros, dos primeiros funcionários públicos transferidos, dos primeiros estudantes da Universidade de Brasília, complementam a narrativa simbólica, trazendo um olhar próximo e interno para o que era visto de longe.

A obra de Hatoum oferece uma nova perspectiva sobre a cidade, trazendo elementos que se somam à versão histórica oficial, baseados na experiência pessoal do autor como morador de Brasília durante aquela época, como rastros da memória que sobrevive ao que está estabelecido. A literatura surge mais uma vez como fonte de um passado concreto, vivido, não-oficial, que complexifica a relação da cidade com a sua

---

<sup>3</sup> Por ocasião do aniversário de cinquenta anos de Brasília, o jornal Correio Braziliense elaborou lista com cinquenta obras escritas sobre a cidade, disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2010/05/02/interna\\_diversao\\_arte,190052/brasil-ia-em-50-escritos.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2010/05/02/interna_diversao_arte,190052/brasil-ia-em-50-escritos.shtml)> (Acesso em 08.out.2021).

história, de maneira semelhante ao que ocorre na obra de Verunschik com a versão da menina Miranha sobre a viagem de Spix e Martius.

A contribuição da obra de Hatoum para a memória de Brasília é o objeto de estudo da presente dissertação. Inicialmente, analisarei o relato histórico oficial sobre a criação de Brasília, explorando o aspecto simbólico e mítico que a cidade alcançou pela propaganda oficial da época. Para tanto, o primeiro capítulo faz um retrospecto dos antecedentes históricos do projeto de interiorização da capital federal e da execução desse projeto por JK, ressaltando o ideal nacional-desenvolvimentista do presidente, as razões da escolha da estética modernista e os desafios dos primeiros anos da cidade.

Em seguida, no segundo capítulo, tratarei de aspectos teóricos dos estudos de memória e História. Exponho os conceitos de memória individual e coletiva, com base na teoria de Paul Ricoeur e Maurice Halbwachs, bem como de memória nacional, um tipo específico de memória coletiva relacionado com o conceito de Nação. Na seção seguinte, faço breve análise sobre o conceito de História desde o seu desenvolvimento como ciência acadêmica, no século XIX, discutindo o dever de verdade que a diferencia da memória. Ao final, discuto o papel da literatura na relação entre essas duas formas de pensar sobre o passado.

No terceiro e último capítulo, confrontarei trechos específicos do texto literário com informações sobre a cidade para mostrar as contribuições do romance para a memória da cidade. Para organizar essa reflexão, o capítulo é dividido em quatro seções, cada uma dedicada a um par de análise: “Plano-Piloto x Cidades-Satélites”, sobre a divisão espacial marcante em Brasília; “Situação x Oposição”, sobre o cenário político na cidade durante o período retratado na obra; “Público x Privado”, sobre a dinâmica de relacionamento entre interesses públicos e privados na capital; e “Geração pai x Geração filho”, sobre confrontos geracionais que refletem situações do contexto social e político do local.

Por último, nas considerações finais, retomarei o paralelo com a narrativa de Verunschik para trazer as conclusões sobre a reflexão empreendida ao longo da presente dissertação, expondo como *A noite da espera* participa da construção da memória de Brasília.

## 1. BRASÍLIA: ENTRE O SÍMBOLO E A REALIDADE

*Escolhi Brasília como ponto alto de meu governo porque estou convencido de que a nova capital representou um marco. Depois de sua construção, ninguém poderia duvidar de nossa capacidade técnica, do vigor de nossas indústrias nacionais ou da capacidade do trabalhador brasileiro. Brasília deixou atrás de si um passado de derrotismo e pessimismo e inaugurou uma nova era de autoconfiança e otimismo.*

(Juscelino Kubitschek)

*É esplêndida, mas destina-se a uma sociedade que não existe no Brasil.*

(Jean-Paul Sartre<sup>4</sup>)

A sensação de visitar o Plano Piloto de Brasília pela primeira vez é de estranhamento. Os imponentes edifícios governamentais projetados por Oscar Niemeyer, famosos internacionalmente, desenham a paisagem, e o projeto urbanístico de Lúcio Costa estabelece uma organização urbana singular. Os amplos espaços livres pontuados por prédios com altura limitada permitem vislumbrar o horizonte de vários trechos da cidade. Os endereços não homenageiam figuras famosas, mas seguem uma nomenclatura racional, com letras e números, que visa a ajudar os transeuntes a se localizarem. As diferentes áreas da cidade são delimitadas conforme a sua função – trabalho, habitação, lazer, hospitais, compras. As vias são largas e confortáveis para os veículos, não é difícil achar onde estacionar, mas é por vezes complicado andar de um

---

<sup>4</sup> Citação retirada do discurso de posse de Celso Furtado na Academia Brasileira de Letras (ABL) (FURTADO, [s.d.]). Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/celso-furtado/discursos-de-posse>> (Acesso em 23.out.2021).

prédio a outro, mesmo próximos, pela ausência de caminhos para pedestres. A cidade é conhecida por não ter esquinas e ter uma convivência social fria.

Embora algumas décadas tenham se passado desde a sua inauguração e parte do projeto inicial tenha sido alterado, Brasília permanece um caso à parte na arquitetura do Brasil e do mundo, visto que seu modelo não se estabeleceu como a regra para o planejamento urbano. Conforme aponta Adrián Gorelik (2012, p. 213), Brasília foi uma experiência limite, porque se situa na fronteira de uma época: “veio preencher uma longa série de expectativas que se dissiparam – revertendo em apreciações contrárias – no próprio momento de sua realização.”

Nenhuma cidade brasileira nasceu com tamanha expectativa quanto Brasília. Longe de surgir como fruto do acaso da chegada de exploradores estrangeiros ou do cruzamento de rotas comerciais, Brasília foi sonhada, planejada e executada por pessoas de diferentes gerações, superando o ceticismo de muitos opositores e as inúmeras dificuldades materiais de uma obra dessa magnitude<sup>5</sup>.

O plano da interiorização da capital do Brasil remonta à época da colonização portuguesa e foi concretizado por Juscelino Kubitschek (JK), nos anos de 1960, o qual elegeu a construção de Brasília como meta-síntese do seu governo, pois ela simbolizaria a chegada da modernidade a todos os brasileiros, a integração do país e a inauguração de uma nova era de progresso e prosperidade.

Como alude a primeira epígrafe do presente capítulo, para Kubitschek, a partir da inauguração de Brasília, tudo seria diferente: ninguém mais duvidaria da capacidade do povo brasileiro, que alcançaria finalmente o patamar de desenvolvimento da Europa e dos Estados Unidos. Segundo Georgete Medleg Rodrigues (1990, p. 20):

(...) o Brasil que Juscelino prometia “desencantar” entrava em uma nova era de encantamento: aquela em que se acreditava que, através da técnica e de um sentido único da história, o Brasil poderia vencer o atraso e igualar-se às

---

<sup>5</sup> Embora seja a mais conhecida, Brasília não foi a primeira cidade planejada brasileira, tendo sido antecedida por Salvador (1549); Teresina (1852); Aracaju (1855); Belo Horizonte (1897), considerada a primeira a seguir um planejamento moderno, inspirado em Paris; Goiânia (1942); Boa Vista (1944) e Maringá (1947). A proeminência de Brasília, no entanto, deve-se ao grande investimento simbólico que antecedeu a sua construção e ao fato de destinar-se a ser a capital federal. Após Brasília, houve também a criação planejada de Palmas/TO, em 1990. A título de curiosidade, registra-se que o projeto urbanístico classificado em 4º lugar no concurso organizado para a escolha do plano de Brasília, elaborado pelos irmãos Marcelo e Maurício Roberto, do escritório M.M.M. Roberto, foi utilizado em parte para a construção do município de Paragominas/PA, em 1961 (“Especial Brasília 50 anos”, 2009, pp. 90-91).

nações do Primeiro Mundo. Não importava a que preço, e quais os “sacrifícios” que seriam exigidos.

A escolha do projeto de Lúcio Costa como vencedor do concurso organizado para o Plano Piloto de Brasília, bem como de Oscar Niemeyer como o arquiteto responsável para as principais obras do início da cidade fez parte desse universo simbólico. A arquitetura modernista, de vanguarda, havia sido eleita como a linguagem arquitetônica que melhor representava os novos tempos, nos quais não se buscava mais imitar as construções europeias, mas mostrar ao mundo o que sabíamos fazer.

As razões práticas para a mudança da capital federal do Rio de Janeiro – diminuição da pressão popular no governo, menor vulnerabilidade em caso de guerra e criação de uma malha viária no interior do país – não eram menos importantes que as razões simbólicas, e JK, político habilidoso que era, soube explorar esse aspecto.

JK contava que a inclusão da construção de Brasília como meta do seu governo ocorreu após ele ter sido indagado por um eleitor, durante um comício de sua campanha presidencial realizado em Jataí/GO, se cumpriria o dispositivo da Constituição Federal que previa a mudança da capital para o Planalto Central (KUBITSCHKE, 2000, pp. 6-7). Essa história dá o tom romântico que a construção de Brasília alcançaria: seria um apelo do homem comum do interior, que ansiava ser integrado ao Brasil.

Essa narrativa foi elaborada ao longo de toda a construção da capital e do período imediato após a sua inauguração, amparada por elevado investimento em propaganda oficial do governo sobre a nova capital e fazendo frente às críticas da oposição política e de parte da imprensa. A epopeia dos candangos, trabalhadores da construção civil, os sacrifícios dos primeiros pioneiros, entre eles o presidente JK, que viajava semanalmente para o Planalto Central com o intuito de acompanhar as obras, a qualidade da arquitetura que estava sendo criada, tudo isso foi extensamente divulgado em programas de rádio, revistas lançadas especialmente para tratar de Brasília, bem como exposições internacionais que percorreram diferentes países.

Se para os portugueses a consciência nacional, a razão de ser de Portugal era “o termos sido”, como aponta Eduardo Lourenço (1992, p. 16), o passado grandioso de um país pequeno que se recusou a sê-lo, o Brasil, no período da construção de Brasília,

tomava para si o papel de país do futuro, encaminhado para o ponto de virada que concretizaria a sua vocação de liderança.

Segundo Claude Lévi-Strauss (1987, pp. 23-29), o pensamento mitológico desempenha o papel de pensamento conceptual, sendo usado para criar relações entre fatos para a resolução de um problema, dando ao homem a ilusão de que ele pode entender o universo. A leitura de um mito não deve ser feita de maneira linear, mas apreendendo-o como uma totalidade, pois o seu significado básico “não está ligado à sequência de acontecimentos, mas antes, se assim se pode dizer, a grupos de acontecimentos, ainda que tais acontecimentos ocorram em momentos diferentes da História” (LEVI-STRAUSS, 1987, p. 54).

Na criação da mitologia sobre Brasília, havia um olhar sobre o futuro amparado, ao mesmo tempo, pela criação de ligações com o passado. A mudança da capital, a conquista dessa nova parte do território, era encarada como uma nova etapa de uma linha do tempo segmentada por eventos-chave da história nacional – o “Descobrimento”, o bandeirantismo, a Inconfidência, a Independência, a República, a Era Vargas – que teriam conduzido o Brasil para a construção de Brasília. Assim, criava-se uma contextualização que mostrava o sentido dessa empreitada, o destino que deveria ser cumprido.

Ao longo deste capítulo, irei examinar os antecedentes históricos relacionados com a interiorização da capital brasileira, que culminaram na construção de Brasília. Será abordada a assunção desse objetivo por JK, que efetivamente empreendeu a mudança da capital e fez disso a principal bandeira de seu governo, bem como da adoção da arquitetura modernista como símbolo de uma nova era para o país. Finalmente, tratarei de eventos que contradizem ou, no mínimo, complementam a narrativa mitológica sobre Brasília.

### **1.1. Os antecedentes da interiorização da capital**

Na cronologia dos antecedentes da fundação de Brasília, a primeira menção ao plano de interiorização da capital do Brasil é atribuída ao Marquês de Pombal, que,

em 1751, teria manifestado essa ideia e contratado o cartógrafo italiano Francesco Tosi Colombina para elaborar carta geográfica da região de Goiás e do Planalto Central (ATHAYDE, 2011, p. 46).

O recrudescimento desse plano está relacionado com a formação do Estado brasileiro, ainda antes de 1822, e com os movimentos separatistas, mas ocorre principalmente após a Independência e a República, quando sobressaem as preocupações em manter o extenso território nacional, integrar as diferentes regiões e civilizar a população.

Nesse contexto, podem ser citadas a reivindicação dos inconfidentes mineiros à Corte Portuguesa para fixar a capital em São João del Rei/MG, em 1789; a ideia da criação de uma província central denominada Pedrália, em 1822, para construção da capital definitiva do Império; a proposta de José Bonifácio de Andrada e Silva, em 1823, da transferência da capital para Minas Gerais, com a primeira sugestão do nome Brasília; bem como a publicação, em 1877, do célebre texto “A Questão da Capital: Marítima ou no Interior?”, de Francisco Adolfo Varnhagen, historiador, embaixador do Brasil e defensor da interiorização da capital por mais de quatro décadas<sup>6</sup> (ATHAYDE, 2011, pp. 46-48).

Apesar dessas primeiras investidas, segundo Bruno Gontyjo Couto (2013, p. 13), “a gênese histórica de Brasília começa com a República, pois foi com ela que o projeto de transferência ganhou, pela primeira vez, força histórica para se efetivar”, visto que os segmentos sociais que chegaram ao poder entendiam a questão da transferência da capital como fundamental para a efetivação do projeto de modernização que tinham para o Brasil.

Foi no período republicano que a previsão da transferência da capital ganhou status constitucional pela primeira vez, com a aprovação, em 22 de dezembro de 1890, da emenda apresentada à Assembleia Constituinte por Lauro Muller, deputado e

---

<sup>6</sup> Cabe mencionar também o *Memorial Orgânico*, de Varnhagen, obra na qual o autor traz propostas para Brasil, dentre as quais a mudança da capital, afirmando que (VARNHAGEN, 2016): “O Rio seria boa capital se o Brasil tivesse em vista absorver a África, assim como o seria a cidade de Cuiabá ou de Mato Grosso se nos quiséssemos estender para o ocidente; ou Bagé se quiséssemos ameaçar os estados do sul. Mas se a nossa missão for só conservarmos íntegro o território que era de nossos pais, e melhorá-lo quanto possível, a capital num lugar forte e central é a melhor.”

governador de Santa Catarina, a qual se tornaria o art. 3º da Constituição Federal de 1891 (COUTO, 2013, p. 12):

Art 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal.

Parágrafo único - Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.

Para Couto (2013, pp. 14-15), naquele período, iniciou-se um projeto de constituição da “Nação brasileira” alicerçado no Estado republicano, no mercado do tipo capitalista e na ciência moderna. A proposta da transferência da capital começa, então, a aparecer com maior frequência e intensidade nas críticas à cidade do Rio de Janeiro do ponto de vista simbólico, por representar uma ordem política e social ultrapassada, e do ponto de vista material, pela ausência de infraestrutura e pela valorização da ideia de integração nacional como condição indispensável para a constituição do povo e da Nação brasileiros. Nesse contexto, segundo Couto, “a construção de uma nova capital no interior do país criaria uma espécie de centro de articulação política, econômica e social, realizando a missão integracionista” (COUTO, 2013, p. 15).

À época, o Brasil estava sob a influência de doutrinas intelectuais relacionadas com o ideal de modernidade e civilização, tais como o positivismo, o darwinismo social e o evolucionismo social (COUTO, 2013, p. 33), que alçavam as sociedades europeias a um patamar superior que devia ser imitado pelos demais países do mundo.

O influxo das novas descobertas no ramo das ciências naturais em domínios da política e da economia servia para criar hierarquias e justificar dominações imperialistas, a fim de expandir o modelo de regime republicano, industrial e científico (COUTO, 2013, p. 35) – nesses parâmetros, o Brasil era considerado um país atrasado e inferior, o qual precisava se desenvolver para alcançar as nações civilizadas.

Por um lado, o atraso do país era atribuído à miscigenação das raças que, consoante concluiu o naturalista Louis Agassiz após passar por aqui (2000, p. 278), apagaría “as melhores qualidades quer do branco, quer do negro, quer do índio, e produz um tipo mestiço indescritível cuja energia física e mental se enfraqueceu”. Essa corrente de pensamento foi adotada, com adaptações à realidade local, por diferentes instituições de ensino e pesquisa no Brasil, como os museus etnográficos, as faculdades

de direito e medicina, e os Institutos Históricos e Geográficos, estudadas por Lilia Schwarcz (1993, pp. 21-23), e serviu de justificativa teórica para políticas de imigração europeia com o objetivo de “branquear” a população, além de trazer mão de obra para o cultivo do café nas fazendas paulistas.

Por outro lado, parte da elite intelectual brasileira preocupava-se com o isolamento das populações e da parcela do território nacional distantes da costa atlântica, onde localizavam-se as principais cidades. Para Couto (2013, p. 46), isso não significa que esse segmento negasse as teorias raciais ou mesmo tivesse uma visão otimista da miscigenação, somente acreditavam que:

(...) o trabalho de constituição do povo e da nação brasileira não teria como se esquivar da missão civilizatória de integrar as populações mestiças distribuídas ao longo do vasto território do país, procurando inseri-las no movimento do progresso com o objetivo de forjar uma raça nacional.

A interiorização da capital daria o impulso necessário para levar o desenvolvimento a todo o território brasileiro, o qual não podia ser ignorado. A aprovação do art. 3º da Constituição Federal de 1891 insere-se nesse ideário de modernização do Brasil, o qual seria retomado, em nova roupagem condizente com o seu tempo, por Juscelino Kubitschek para a criação de Brasília.

Em 1892, dando início ao cumprimento da previsão constitucional, o Ministro de Obras Públicas do Presidente Floriano Peixoto nomeou o astrônomo belga Luís Cruls, então diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, para comandar a comissão de exploração e demarcação da área de 14.400 km<sup>2</sup> no Planalto Central, formada por técnicos e militares (COUTO, 2013, p. 70). Ao final dos trabalhos, que resultou na entrega de um relatório final em 1894, o parecer da comissão foi totalmente favorável à transferência da capital para aquela região (CRULS, 2012, p. 19)<sup>7</sup>:

Nutrimos pois a convicção de que a zona demarcada apresenta a maior somma de condições favoráveis possíveis de se realizar, e próprias para n'ella edificar-se uma grande Capital, que gozará de um clima temperado e sadio, abastecida com aguas potáveis abundantes, situada em região cujos terrenos, convenientemente tratados prestar-se-hão ás mais importantes culturas, e que, por um systema de vias-ferreas e mixtas convenientemente estudado, poderá facilmente ser ligado com o littoral e os diversos pontos do territorio da Republica.

---

<sup>7</sup> Optei por manter a ortografia do texto original, tal como foi publicado na edição de 2012 do Conselho Editorial do Senado Federal.

Conforme alude Bruno Couto (2013, p. 74), Luís Cruls foi novamente convocado pelo Ministro de Obras Públicas para chefiar a Comissão de Estudos da Nova Capital da União, que tinha como objetivo “a realização dos estudos necessários para fixar o local destinado à nova capital dentro do quadrilátero de 14.400 km<sup>2</sup>”. Em 1895, contudo, apesar de adiantados os trabalhos, a nova comissão foi suspensa sob a alegação de falta de recursos, e o projeto da transferência da capital colocado em segundo plano pelos próximos governos.

Em 1905, há a retomada da “Campanha Mudancista” pelo senador Nogueira Paranaguá, com o apoio de vários jornalistas e escritores, e, em 1922, o presidente Epitácio da Silva Pessoa assina o Decreto Legislativo nº 4.494, de 18 de janeiro de 1922, determinando o assentamento da pedra fundamental que simboliza a transferência da capital para o Planalto Central, localizada atualmente na região administrativa de Planaltina (ATHAYDE, 2011, p. 50).



*Figura 2 - Pedra fundamental em Planaltina/DF<sup>8</sup>*

---

<sup>8</sup> Fonte: <<https://www.planaltina.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/11/PEDRA-FUNDAMENTAL.jpg>> (Acesso em 29.out.2021)



*Figura 3 - Registro do evento solene de lançamento da pedra fundamental em Planaltina/DF<sup>9</sup>*

O evento de lançamento da pedra fundamental foi marcado para o dia 7 de setembro de 1922, como parte das comemorações do centenário da Independência. Ficou a cargo do Diretor da Estrada de Ferro de Goiás, engenheiro Ernesto Balduino de Almeida, que em dez dias, quase de improviso, teve de idealizar a construção do obelisco no qual seria afixada a placa de bronze confeccionada pelo Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, além de organizar o transporte e a cerimônia solene em um local por ele escolhido, que recebeu o nome de Morro do Centenário (ELEUTÉRIO, 2014)<sup>10</sup>.

Em que pese o lançamento da pedra, o plano de transferência da capital foi abandonado por muitos anos. A previsão constou da Constituição Federal de 1934, mas ficou de fora da carta promulgada em 1937, conhecida por seu caráter autoritário e por marcar o início do Estado Novo (ATHAYDE, 2011, p. 52). Em 1940, o presidente Getúlio Vargas lança em Goiânia/GO a “Marcha para o Oeste”, política pública que tinha o objetivo de desenvolver e integrar as áreas territoriais do Centro-Oeste e do Norte do Brasil (ATHAYDE, 2011, p. 53). Embora esse projeto não estivesse diretamente relacionado com a mudança da capital, foi invocado posteriormente por JK como um antecedente da construção de Brasília, que seria um novo passo na empreitada de integração nacional.

---

<sup>9</sup> Fonte: <<http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Congresso/1922-09-07-pedra-Fundamental-lancamento.shtml>> (Acesso em 29.out.2021)

<sup>10</sup> Fonte: <<http://cerratense.com.br/ecodocumentosrobson.html>> (Acesso em 29.out.2021)

Com o fim do Estado Novo, em 1946 é promulgada uma nova Constituição Republicana, que prevê novamente a mudança da capital federal para o Planalto Central, no art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art 4º - A Capital da União será transferida para o planalto central do País.

§ 1º - Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma Comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova Capital.

§ 2º - O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União.

§ 3º - Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da Capital.

§ 4º - Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara.

Com isso, há a retomada das providências necessárias para a concretização das mudanças e, ainda em 1946, o presidente Eurico Gaspar Dutra nomeia uma comissão de técnicos, sob a presidência do Marechal Djalma Poli Coelho, para realizar estudos de localização (ATHAYDE, 2011, p. 53). Em 1948, a comissão de Djalma Poli indica a posição da capital no mesmo território escolhido pela “Comissão Cruls” em 1892. O documento destinado ao Congresso Nacional como relatório é divulgado na imprensa como “Mensagem de Corumbá”, em referência à cidade onde foi assinado (ATHAYDE, 2011, p. 52).

Em 1953, o Congresso Nacional apoia as conclusões do Relatório Poli Coelho e o presidente Getúlio Vargas cria a Comissão de Planejamento e Coordenação da Mudança da Capital Federal (ATHAYDE, 2011, p. 52). Em 1954, após o suicídio de Vargas, o presidente Café Filho dá continuidade aos trabalhos da comissão, que contrata serviços de aerofotogrametria, fotoanálise e fotointerpretação sobre a grande área proposta pelo Relatório Poli Coelho, para indicar os cinco melhores sítios de mil quilômetros onde seria construída a nova capital (ATHAYDE, 2011, p. 53).

Em abril de 1955, antecipando-se ao governo federal a pedido do presidente da comissão que escolheu o melhor local, Juca Ludovico, governador do Estado de Goiás, declarou de utilidade pública as terras do futuro Distrito Federal. A primeira desapropriação ocorreu em 30 de dezembro de 1955, referente à área da antiga Fazenda Bananal, onde hoje está o Plano Piloto (ATHAYDE, 2011, p. 54).

A efetiva construção de Brasília, no entanto, apenas teria início com o governo de JK, em 1956, que entrou para a história como o grande responsável pela interiorização da capital federal, pois aproveitou as circunstâncias favoráveis, o momento decisivo que talvez nunca mais se repetisse, para concretizar o sonho de muitos antes dele.

## 1.2. Os primeiros anos de Brasília

### 1.2.1. O nacional-desenvolvimentismo de JK

Na Praça dos Três Poderes, uma efígie de JK em bronze adorna a fachada do museu mais antigo da capital federal, inaugurado no mesmo dia que ela, ao lado de uma dedicatória dos primeiros habitantes: “Ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que desbravou o sertão e ergueu Brasília com audácia, energia e confiança, a homenagem dos pioneiros que o ajudaram na grande aventura”.



Figura 4 - Efígie em bronze de JK no Museu da Cidade, em Brasília/DF<sup>11</sup>

Ao ser eleito presidente, JK assumiu o encargo de cumprir o dispositivo constitucional de mudar a localização da capital do Brasil. A construção de Brasília levaria ao cumprimento a reboque de todas as demais trinta metas. Segundo o presidente

---

<sup>11</sup> Fonte: <<https://www.df.gov.br/museu-da-cidade/>> (Acesso em 30.nov.2021)

(KUBITSCHKEK, 2000, pp. 48-49), a sua experiência administrativa anterior tinha-lhe dado uma perspectiva do atraso material em que o país se encontrava, com baixo nível de renda da população e deficiência no suprimento de bens industrializados básicos. Para ele, a saída residia na criação de um parque industrial moderno, que colocaria o Brasil no grupo de países exportadores de manufaturados. A construção de Brasília impulsionaria o desenvolvimento da indústria nacional, bem como de uma rede de transportes e comunicações que interligaria todas as regiões do país.

A tese dos dois Brasis – um litorâneo e outro sertanejo –, propagada pelos integralistas na década de 30, estava presente no discurso de JK para criar a noção de uma crise estrutural, servindo, segundo Rodrigues (1990, p. 2), como “uma maneira de integrar ideologicamente os diferentes setores da sociedade em um objetivo comum, cuja finalidade última é salvar a nação”. O presidente, desde a campanha eleitoral, apoiava-se nessa perspectiva, colocando-se como o portador de uma solução para os problemas formativos do país.

O Programa de Metas de JK seguia a orientação dos estudos conjuntos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE/CEPAL (“Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)”, 2002)<sup>12</sup> publicados em 1955, os quais preocupavam-se, primeiramente, em ordenar o processo de substituição de importações (RODRIGUES, 1990, p. 5). Pela perspectiva desenvolvimentista, a baixa industrialização dos países da América Latina era responsável pela sua posição desfavorável na divisão internacional do trabalho, o que deveria ser corrigido a partir de uma ação estatal programada.

Do ponto de vista político, JK enfrentava forte oposição decorrente, segundo ele, das agitações que convulsionaram o país após o suicídio de Vargas (2000, p. 43). Com o intuito de evitar os desgastes decorrentes de levar cada passo necessário para a mudança da capital para aprovação pelo Congresso Nacional, JK solicitou ao

---

<sup>12</sup> O BNDE, atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi criado em 1952 e teve como antecedente direto a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cujos estudos serviram para a elaboração de um programa de reaparelhamento e expansão dos serviços de infra-estrutura do país, em especial os de transporte e de energia elétrica. Segundo o sítio eletrônico do CPDOC/FGV, foi “responsável pelo primeiro diagnóstico da economia brasileira, que serviu de base para um ensaio de programação do seu desenvolvimento. Esse trabalho, realizado em conjunto com Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) entre os anos de 1953 e 1955, constituiu importante subsídio ao Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek.” (Fonte: <<https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/banco-nacional-de-desenvolvimento-economico-bnde>>, Acesso em 30.nov.2021)

jurista San Tiago Dantas a elaboração de uma lei que cobrisse todas as fases da execução da transferência (2000, p. 8). Além disso, contou com o apoio de políticos ligados ao Estado de Goiás, maiores interessados na mudança da capital (KUBITSCHKE, 2000, pp. 8 e 44).

A Lei nº 2.874, sancionada em 19 de setembro de 1956, previa a concretização da transferência da capital para a região do Planalto Central, autorizando o Poder Executivo a construir uma nova sociedade anônima denominada Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) para, em síntese, tomar todas as providências necessárias para a construção de Brasília, como alienação de imóveis e execução das obras. Segundo JK (2000, p. 45), o desenho jurídico de San Tiago Dantas era perfeito, pois, ao prever a participação de indicados pelo maior partido da oposição no Conselho Administrativo, no Conselho Diretor e no Conselho Fiscal da NOVACAP, garantia a participação democrática sem a necessidade de passar cada etapa da empreitada pelo Congresso Nacional.

Nesse período inicial da construção de Brasília, JK relembra que não foi esquecida, em suas palavras, a “indispensável mobilização psicológica do povo” (2000, p. 49). A propaganda da nova capital coincidia com a divulgação de temas caros à ideologia nacional-desenvolvimentista, propagada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, mas tendo como principal divulgador a NOVACAP (RODRIGUES, 1990, p. 36). Ser contra a transferência da capital significaria, pelo discurso alardeado à época, ser contra o desenvolvimento do país. Consoante alude Rodrigues (1990, p. 39):

Os temas que percorriam as bases da ideologia nacional-desenvolvimentista, tais como o poder da técnica, da intervenção estatal na economia; da capacidade do País e de suas forças produtivas alcançarem o patamar dos países desenvolvidos e da possibilidade de união dos brasileiros em torno de um objetivo comum, poderiam ser sintetizados em Brasília.

O simbolismo da mudança da capital foi ressaltado em matérias pagas pela NOVACAP nos veículos de imprensa, em discursos do presidente pelo rádio, em exposições sobre Brasília no Rio de Janeiro e no exterior, em cinejornais, e em visitas de personalidades estrangeiras durante as obras, razão pela qual o primeiro hotel da cidade foi construído logo depois do Palácio da Alvorada, sendo o segundo edifício a ser concluído (RODRIGUES, 1990, pp. 41-109).

Um exemplo foi a divulgação, em 1957, da primeira missa oficialmente celebrada na nova capital, embora já tivessem sido celebradas duas outras. O anúncio estabelecia, para Georgete Rodrigues (1990, pp. 25-26), a conexão com a primeira missa realizada no Brasil e a presença dos índios Carajás na cerimônia lembrava essa ligação. O discurso do Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, relatado pela mesma autora, dava o tom da ocasião (1990, p. 53):

Sim meus compatriotas brasileiros, congratulemo-nos todos porque estamos vivendo um dos três maiores acontecimentos da nossa gloriosa história pátria. De fato, o descobrimento em 1500, a Independência em 1822, e na atualidade, a fundação dessa nova capital metropolitana, no centro do País, são os três marcos culminantes na vida nacional.

Em suas memórias sobre a construção de Brasília, JK relembra a equivalência entre a primeira missa da nova capital e a missa mandada dizer por Pedro Álvares Cabral: “a primeira assinalara o descobrimento da Nova Terra; e a segunda, quatrocentos anos mais tarde, lembraria a posse efetiva da totalidade do território nacional” (2000, p. 87). Tratando da presença dos índios Carajás, JK menciona que eles o chamaram de “Grande Chefe”, bem como se surpreendeu com o contraste da concentração humana na ocasião: (2000, p. 89):

De um lado, os carajás de penas, e, de outro, as elegantes da sociedade carioca exibindo as últimas criações dos costureiros de Paris. Brasília já nascia como um fator de aglutinação dos desníveis nacionais. Os dois polos da vida ali se encontravam, dando origem à nova etapa na evolução do país. (...) Brasília nascia, de fato, sob o signo da comunhão social. E, também, sob as bênçãos de Deus.

A participação dos indígenas, como na narrativa de Spix e Martius, mencionada na introdução dessa dissertação, é mediada pela interpretação de homens brancos que dão a sua versão dos acontecimentos. Participantes adornados, que reconhecem a liderança de JK perante a nação brasileira, e aplaudem a chegada da civilização ao seu território, compondo o quadro do que seria a perfeita união entre diferentes povos.

Com o objetivo de reforçar a influência das forças divinas na fundação de Brasília, a sua construção foi associada ao sonho profético do sacerdote italiano Dom Giovanni Bosco em 30 de agosto de 1893. Conforme relatou o padre, ele foi transportado para a América do Sul e encontrou a Terra Prometida, de onde jorrava leite e mel (COUTO, 2006, p. 40):

Por muitas milhas, percorremos uma enorme floresta virgem e inexplorada. Não só descortinava, ao longo das Cordilheiras, mas via até as cadeias de montanhas isoladas existentes naquelas planícies imensuráveis e as contemplava em todos os seus menores acidentes. Aquelas de Nova Granada, da Venezuela, das Três Guianas, as do Brasil, da Bolívia, até os últimos confins. Eu via as entranhas da montanha e o fundo das planícies. Tinha sob os olhos as riquezas incomparáveis desses países, as quais um dia serão descobertas. Via numerosas minas de metais preciosos e de carvão fóssil, depósitos de petróleo abundantes que jamais já se viram em outros lugares. Mas isso não era tudo. Entre os paralelos 15 e 20 graus, havia um leito muito largo e muito extenso, que partia de um ponto onde se formava um lago. Então uma voz disse repetidamente: “Quando escavarem as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a Grande Civilização, a Terra Prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível. E essas coisas acontecerão na terceira geração”.

O presidente JK se apegou a essa referência do intervalo entre os paralelos 15 e 20 para afirmar que a profecia fazia referência a Brasília, embora a área geográfica coberta pelos paralelos seja imensa, existindo outros trechos do texto, convenientemente omitidos, que estão diretamente relacionados com outros países da região. Registra JK em suas memórias (2000, p. 18):

Quando li essas palavras nas suas Memórias Biográficas, não deixei de me emocionar. Meditei sobre a Grande Civilização que iria surgir entre os paralelos 15° e 20° – justamente a área em que estava construindo, naquele momento, Brasília. O lago, da visão do santo, já figurava no Plano Piloto do urbanista Lúcio Costa. E a Terra Prometida, anunciada repetidamente, pela misteriosa voz, ainda não existia de fato, mas já se configurava através de um anseio coletivo, que passara a constituir uma aspiração nacional. Ali, “correria leite e mel”.

De outra parte, para tratar dos vínculos terrenos de Brasília, foi financiada a divulgação, em 1959, na Rádio Nacional, de uma peça de teatro infantil chamada “Brasília, caçulinha do Brasil”, para pretender fazer uma síntese do Brasil com suas maiores cidades como personagens, lembrando episódios históricos. Sobre o espetáculo, Rodrigues aponta que (1990, p. 58):

Na periodização proposta, da história foram anuladas todas as lutas, todas as contradições. (...) A nação passa a ser uma entidade puramente abstrata – porque produzida por uma única fala – que necessita de símbolos visíveis para poder materializar-se. Daí a apresentação dos “símbolos da própria nacionalidade”.

A escolha desses símbolos não é casual. Os eleitos dessa simbologia são figuras cristalizadas pela história dos vencedores. Portanto, a história que estava escrevendo e que se pretendia também vencedora, necessitava marcar essa sequência de vitórias. Todas as contradições e lutas internas passam ao largo dessas representações.

A figura dos bandeirantes, exploradores que no período colonial penetraram o interior da América do Sul e expandiram as fronteiras do território brasileiro, hoje

problematizada, fez parte do ideário da epopeia da construção de Brasília. No cartaz de campanha para as eleições de 1960, JK aparece vestido de bandeirante ao lado do General Lott. Em suas memórias, JK recorda (2000, p. 83):

Reli a história dos bandeirantes. Anotei os roteiros desses desbravadores que, arrostando perigos e privações, haviam levado as fronteiras do Brasil até o mais recuado oeste. Foi uma saga de heroísmo, expressa na demarcação de um país, grande como um continente. Fixei o argumento de Fernão Dias, ao deixar Taubaté: “Um país se conquista pela posse da terra!” O problema que iria enfrentar era o mesmo. Uma conquista, porém mais larga, mais profunda, porque tinha por objetivo a posse da terra e a transformação de bens geográficos em bens econômicos.



Figura 5 - Cartaz da campanha presidencial de 1960 - JK vestido de bandeirante, ao lado do General Lott<sup>13</sup>

A narrativa do período não comportava visões dissonantes ou críticas sobre o passado do Brasil. Os bandeirantes, assim como os colonizadores, eram heróis cuja trajetória deveria ser replicada, não importava a que custo humano. As diferenças deveriam ser deixadas de lado, com “aglutinação dos desníveis nacionais” e “comunhão social”, nas palavras de JK, em prol da nação brasileira.

Para o historiador francês Ernest Renan, em *Qu'est-ce qu'une nation?*, texto que proferiu em conferência na Sorbonne em 1882, a essência de uma nação é que os cidadãos tenham muitas coisas em comum, e também que tenham esquecido bem outras coisas (RENAN, 1882)<sup>14</sup>. Em outros termos, é necessário ressaltar o que une as pessoas

<sup>13</sup> Fonte: Revista Veja – Edição Especial Brasília 50 anos – novembro de 2009.

<sup>14</sup> Tradução livre. O trecho completo é: “(...) l'essence d'une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun, et aussi que tous aient oublié bien des choses. Aucun citoyen français ne sait s'il est burgonde, alain, taïfale, visigoth ; tout citoyen français doit avoir oublié la Saint-Barthélemy, les massacres du Midi au XIIIe siècle. Il n'y a pas en France dix familles qui puissent fournir la preuve

de uma nação naquele território, e não as diferenças entre elas – por mais brutais e traumáticas que elas possam ter sido. Para Renan, a nação é uma alma, um princípio espiritual, formado pelo passado e pelo presente: a posse conjunta de lembranças comuns e a vontade de continuarem a valorizar as heranças que tenham recebido (RENAN, 1882).

Na tentativa de dar contornos teóricos mais claros ao nacionalismo, Benedict Anderson (2008, p. 30) analisa a nacionalidade, a condição nacional e o nacionalismo como produtos culturais específicos que foram criados, no século XVIII, pelo cruzamento complexo de diferentes forças históricas. Depois de criados, no entanto, tornaram-se “modulares”, passíveis de “serem transplantados com diversos graus de autoconsciência para uma grande variedade de terrenos sociais, para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande de constelações políticas e ideológicas” (ANDERSON, 2008, p. 30).

A sua definição de nação é de uma “comunidade política imaginada – e imaginada sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON, 2008, p. 32). O caráter imaginário diz respeito ao fato de que os membros de uma nação não se conhecem uns aos outros, mas sentem a comunhão impalpável que existe entre eles. A limitação, por sua vez, decorre da circunstância de que as nações possuem fronteiras que as distinguem de outras nações. A soberania vem do contexto político em que o termo foi cunhado, no qual o Iluminismo e a Revolução Burguesa estavam contestando a legitimidade dinástica de origem divina dos reis. Por fim, a adoção do termo comunidade decorre da concepção de que “independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam exercer dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34).

Embora atualmente haja uma associação comum entre nacionalismo e racismo, com efeitos perversos, Anderson (2008, pp. 199-200) ressalta que as nações inspiram principalmente um amor marcado por profundo autossacrifício, levando a um extremo apego dos indivíduos por tais comunidades imaginadas, dispostos até à própria

---

d'une origine franque, et encore une telle preuve serait-elle essentiellement défectueuse, par suite de mille croisements inconnus qui peuvent déranger tous les systèmes des généalogistes.”

morte para defendê-las. Como, porém, esse amor é criado? Como surge o sentimento nacional?

Anderson (2008, pp. 269-270) registra que o surgimento do nacionalismo, primeiramente na América com as guerras pela independência e mais tarde na Europa, coincide com o fortalecimento da História como ciência acadêmica. Aponta o autor que Michelet, autodesignado historiador da Revolução Francesa, considerava que escrevia pela memória dos mortos, não por quaisquer anônimos, mas “por aqueles cujos sacrifícios, ao longo de toda a história, possibilitaram a ruptura de 1789 e o surgimento autoconsciente da nação francesa, mesmo quando esses sacrifícios não eram entendidos como tais pelas vítimas”.

Roland Barthes (1991, p. 20) compara a escrita de Michelet a um sobrevoo ou quadro, uma vez que o historiador se coloca numa posição superior, quase divina, com o poder de “manter reunidos, numa percepção simultânea, momentos, acontecimentos, homens e causas que são humanamente dispersos através dos tempos, dos espaços ou das ordens diferentes”. Para Barthes (1991, pp. 55-56), ao tratar da Revolução Francesa, Michelet teria identificado duas revoluções, “uma revolução-princípio (eterna) e uma revolução encarnada (a de 1789)”, sendo que a segunda revela retroativamente toda a história anterior que a precedeu.

O nacionalismo se construiria, assim, entre o esquecimento defendido por Renan e as lembranças registradas por Michelet, criando um enredo que despertaria o sentimento de identidade necessário para a comunhão de diferentes pessoas. Fazia sentido, então, que a propaganda oficial de Brasília tentasse fazer ligações com marcos temporais estabelecidos da história oficial – “Descobrimento”, época das bandeiras, Independência, República – a fim de estabelecer continuidade entre essa série de eventos, que culminaram na mudança da capital e na entrada de uma nova era, ao mesmo tempo em que omitia as dissidências e os conflitos sociais envolvidos em cada um desses eventos históricos. Por essa costura, a mitologia do país do futuro que encontrava o seu destino, aludida no começo do presente capítulo, ganhava contornos concretos em Brasília.

### 1.2.2. A arquitetura modernista como símbolo de uma nova era

O projeto de Lúcio Costa para o Plano Piloto de Brasília, vencedor do concurso organizado para receber propostas de urbanismo para a nova capital federal, começa com um pedido de desculpas. O autor justifica-se perante a comissão avaliadora dizendo que não pretendia competir, mas apenas se desvencilha de “uma solução possível, que não foi procurada mas surgiu, por assim dizer, já pronta”, colocando-se como simples maquis do urbanismo, que não dispunha sequer de escritório próprio. Se apresenta uma resposta simples, é porque entende que os dados apresentados são suficientes para revelar a sua ideia; se não forem, a exclusão seria fácil, e não teria perdido tempo, nem tomado o tempo de ninguém (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2018, p. 29).

Foi o último projeto a ser inscrito para o concurso. Pouco mais de vinte folhas datilografadas, com alguns desenhos datados do dia anterior ao prazo fatal para inscrições, o texto começa com referência a José Bonifácio, quem primeiro propôs a transferência da Capital para Goiás, em 1823, e termina também com menção a ele: “Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade-parque. Sonho arquissecular do Patriarca”.

Para o arquiteto, o projeto de Brasília não deveria ser o de “uma cidade moderna qualquer, não apenas como *urbs*, mas como *civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma capital”. No meio do memorial, a frase para definir a nova capital que se tornou antológica: “Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse – dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2018, p. 30).

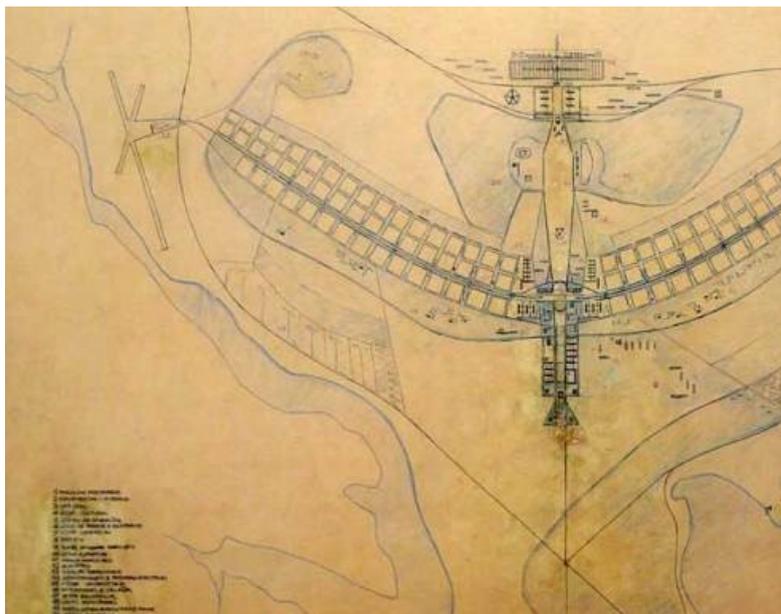


Figura 6 - Imagem do traçado da cidade feito por Lúcio Costa para o concurso do plano urbano de Brasília/DF<sup>15</sup>

A singeleza do projeto encantou o júri internacional a que foi submetido. O estilo elegante da escrita do autor, além da coesão da sua proposta urbanística para a nova capital, amparada no programa modernista de Le Corbusier, deram a ele a vitória, embora existissem outros projetos mais detalhados, fruto de grande investimento material dos escritórios de arquitetura que se candidataram<sup>16</sup>. Entre as vantagens apontadas pelo júri, está a clareza dos elementos do plano, como, por exemplo, “o de Pompeia, o de Nancy, o de Londres feito por Wren e o de Paris de Louis XV” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2018, p. 46).

James Holston (1989, pp. 65-67) entende que Costa, ao obscurecer a sua própria autoria e os antecedentes teóricos que a embasavam, afirmando que a ideia já surgiu pronta, e ao recorrer às imagens de símbolos religiosos e cidades antigas, elaborou o seu projeto como uma espécie de mito fundador de Brasília, no sentido de que naturalizava a história para os leitores, legitimando as escolhas como se tivessem sido tão somente acolhidas, sendo sagradas, eternas, ideais e universais, quando na verdade eram produtos da História.

<sup>15</sup> Fonte: <<https://concursosdeprojeto.org/2010/04/21/concurso-brasilia/>>, (Acesso em 02.nov.2021).

<sup>16</sup> Em suas memórias, JK ironiza a diferença no valor investido pelos candidatos para participarem do concurso: “A Construtec despense 400 mil cruzeiros para apresentar o seu projeto, desdobrado em maquetes, em gráficos coloridos e em quadrados de alumínio. Lúcio Costa, para fazer o mesmo, gastara 25 cruzeiros em papel comum, lápis, tinta, borracha, assim como 64 horas de trabalho, e arrebatara o prêmio.” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 64).

O projeto de Lúcio Costa combinava com o símbolo de uma nova era que estava sendo construído por JK. De um lado, o modernismo, então um movimento de vanguarda na arquitetura mundial, mostrava o avanço da sociedade brasileira; de outro, a obra de Costa também tinha raízes na tradição arquitetônica colonial, que ele havia defendido em diversos artigos publicados anteriormente. A monumentalidade do Plano Piloto apresentado, com fundamento em soluções urbanísticas da antiguidade e em cidades europeias, alçava a nova capital ao patamar da grandeza. Além disso, seria o panorama perfeito para os prédios que seriam desenhados por Oscar Niemeyer, antigo aluno e colaborador de Costa.

Desde a virada da década de 30 para os anos 40, conforme alude Couto (2013, p. 78), um conjunto de circunstâncias políticas e culturais levou à associação entre os ideais modernistas, o paradigma de intervenção urbana como mecanismo de transformação social e as aspirações político-intelectuais sobre o nacional e o moderno. Segundo o autor, “a perspectiva preconizada pelo movimento modernista tomava a nação como um pressuposto e, simultaneamente, concebia a arte como um meio de expressar e entrar em contato com a mesma” (2013, p. 102), entendendo que detinham um saber legítimo sobre a sociedade. Tal conhecimento foi progressivamente sendo incorporado pelo Estado, com a inclusão de intelectuais ligados ao movimento no quadro de funcionários públicos, como Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade.

Especificamente no campo da arquitetura, a vertente modernista acaba se tornando a linguagem mais adotada em projetos estatais de intervenção urbana e construção de edifícios (COUTO, 2013, p. 123). Essa nova arquitetura, para Couto (2013, p. 124):

(...) estava sintonizada com as prerrogativas e necessidades das elites políticas, servindo muitas vezes como símbolo de uma nova ordem ou como uma espécie de modelo que promoveria e difundiria processos de inovação cultural e socioeconômica.

No caso dos arquitetos modernos brasileiros, a influência mais notável é do francês Le Corbusier, no que tange às concepções urbanísticas. Suas ideias foram difundidas principalmente por meio dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) realizados entre 1928 e 1956, e consolidadas na Carta do Urbanismo ou Carta de Atenas de 1933.

De acordo com Holston (1989, pp. 31-32), é fácil perceber como o desenho de Brasília deriva das propostas dos CIAM, uma vez que a Carta de Atenas define o objetivo do planejamento urbano em termos de quatro funções – moradia, trabalho, lazer e trânsito – sendo que a última faz a ligação entre as três primeiras. Mais tarde, uma convenção posterior acrescentou a função pública para tratar de atividades administrativas e cívicas. Cada uma dessas funções deveria ser organizada em um setor diferente, o que leva ao zoneamento da cidade concretizado em Brasília.

A cidade da Carta de Atenas pretende ser uma cidade da salvação, proposta como um plano para reverter a desnaturalização do trabalho humano produzida nas metrópoles das sociedades industrializadas. Seria uma solução para a crise social urbana atribuída pela prevalência dos interesses privados no domínio público da cidade, com a acumulação irrestrita de riquezas (HOLSTON, 1989, p. 41). Havia um caráter transformador em sua concepção: mudando-se a arquitetura, a sociedade seria forçada a seguir o programa de mudança que a arquitetura incorporava (HOLSTON, 1989, p. 56).

Em que pese a retórica de JK insistir na imagem da transformação e da nova era, tratava-se de um presidente eleito democraticamente com um programa de governo inserido na lógica capitalista, contando com apoio e colaboração de setores da elite econômica brasileira e de parceiros de negócios de países como os Estados Unidos. Como foi possível compatibilizar o projeto de um líder nacional-desenvolvimentista com os pressupostos da ideologia modernista adotada por Lúcio Costa e por Oscar Niemeyer, este último publicamente ligado a partidos comunistas?

Segundo Holston (2013, p. 93), a resposta se encontra na natureza polissêmica do símbolo arquitetônico, o qual consegue congrega muitos significados e usos distintos, mas relacionados. Para o presidente, de um lado, e para Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, de outro, a arquitetura moderna representava um rompimento com o passado e um salto em direção ao futuro – mas o significado atribuído a esse salto nem sempre era o mesmo.

### 1.3. O outro lado da história de Brasília

A inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960, data prevista desde o início da construção, foi intensamente celebrada pelo presidente JK, o qual estima o comparecimento de 300 mil visitantes para a festividade (KUBITSCHKEK, 2000, p. 368). Superando a desconfiança da imprensa, bem como os agouros e as manobras dos políticos da oposição, integrantes em sua maioria do partido União Democrática Nacional (UDN), as barreiras físicas e administrativas para a transferência da capital foram vencidas e comemoradas com uma série de eventos.

Na cerimônia de recebimento da chave de ouro da cidade das mãos de Israel Pinheiro, presidente da NOVACAP, JK dirigiu-se principalmente aos *candangos*<sup>17</sup>, como eram chamados os trabalhadores da construção civil que erigiram Brasília, grupo ao qual declarou que também pertencia (2000, p. 369):

Reconheço e proclamo, neste momento, que sois a expressão da força propulsora do Brasil. Tinheis fome e sede de trabalho em um país em que quase tudo estava e está ainda por fazer. Os que duvidaram desta vitória; os que procuraram impedir a nossa ação; os que se desmandaram em palavras contra esta Cidade da Esperança desconheciam que o impulso, o ânimo, a fé que nos sustentavam eram mais fortes do que os desejos de obstrução que os instigavam, de que a visão estreita que não lhes permitia alcançar além das ruas provincianas em que transitavam. Mas deixemos entregues ao esquecimento e ao juízo da História os que não compreenderam e não amaram esta obra.

Continuando a tradição de relacionar a construção de Brasília com eventos-chave da história nacional, a grande festa do dia 21 de abril de 1960 começou logo à meia-noite com uma missa campal solene, na Praça dos Três Poderes, celebrada pelo cardeal português dom Manuel Gonçalves Cerejeira, diante de altar sobre o qual se erguia a cruz de ferro que estivera presente na primeira missa em terras brasileiras, rezada pelo capelão da esquadra de Pedro Álvares Cabral mais de quatrocentos anos antes. No momento da consagração eucarística, repicou o sino cujo toque teria

---

<sup>17</sup> A designação *candango*, segundo Dad Squarisi, era pejorativa, sendo “como os escravos se referiam aos portugueses que traficavam pessoas — gente ruim, ordinária, perversa”(SQUARISI, 2020). O sítio eletrônico do Memorial da Democracia afirma que “(...) servia para identificar os portugueses ou, ainda, pessoa de mau gosto. Com o passar do tempo, designou os senhores de engenho e, depois, os cafuzos (mestiços de índios e negros). O escritor Euclides da Cunha, por sua vez, usava o termo ‘candango’ para designar o sertanejo de aparência triste e cansada. A expressão desembarcou em Brasília para se referir aos milhares de nordestinos que lá chegavam tangidos pela seca e pela miséria” (“Construção de Brasília - Os candangos”, 2017).

anunciado, em Vila Rica, a execução de Tiradentes em outro 21 de abril, o de 1792 (“Especial Brasília 50 anos”, 2009, p. 134).

A agenda do presidente JK foi cheia no primeiro dia na nova capital. De manhã, hasteou a nova bandeira nacional, já ostentando a nova estrela correspondente ao recém-criado Estado da Guanabara; recebeu embaixadores estrangeiros; compareceu à instalação oficial dos três Poderes da República e fez a sua primeira reunião ministerial em Brasília. À tarde, inaugurou o museu com a sua efígie; compareceu à parada militar e ao desfile dos candangos no Eixo Rodoviário; e, à noite, recepcionou cerca de três mil pessoas num baile de gala no Palácio do Planalto (KUBITSCHKE, 2000, pp. 371-388).

As comemorações continuaram por mais alguns dias, mas, logo em seguida, as obras tiveram de ser retomadas, pois ainda havia muito o que fazer. Não obstante a velocidade acelerada das obras nos três anos anteriores à inauguração – o “ritmo de Brasília” louvado por JK em suas memórias –, nem a cidade correspondia exatamente aos planos originais, nem a construção havia corrido tão tranquilamente como o seu fundador pode ter dado a entender.

Segundo James Holston (1989, p. 199), embora a narrativa do Plano Piloto de Lúcio Costa tenha desistoricizado Brasília pela mitologização dos seus princípios fundadores, os executores do plano governamental novamente a historicizaram, num paradoxo característico das utopias: apesar de negar a ordem estabelecida, toda utopia tira a sua substância dessa mesma ordem. Em outras palavras, na tentativa de se distinguir do país onde estava inserida, Brasília tornou-se desde a construção uma cidade brasileira, com todas as suas contradições e estratificações, sociais e espaciais.

Os primeiros habitantes de Brasília distinguiam-se, no início, em dois grupos: os *pioneiros* – funcionários públicos transferidos, profissionais liberais, comerciantes, agricultores – e os *candangos* – trabalhadores da construção civil, em sua maioria não qualificados. Enquanto o primeiro termo era honorífico, o segundo era derogatório, quase ofensivo, com origem em palavra da língua quimbundo da Angola, tradicionalmente usada para se referir a pessoas miscigenadas (HOLSTON, 1989, p. 210). Apenas mais tarde, com associações positivas feitas por JK aos primeiros trabalhadores de Brasília, o termo passou a ganhar conotação favorável, em um

processo de ressignificação da sua origem (HOLSTON, 1989, p. 211), realizado com o interesse de criar um sentimento de solidariedade entre as pessoas e impulsionar o trabalho duro a que deveriam se dedicar. Na prática, contudo, mesmo no ambiente da construção civil havia uma diferença clara entre os candangos e os “doutores”, engenheiros e superiores, que tinham acesso a outros alojamentos e refeições, diferentemente do restante dos trabalhadores.

O chamado “ritmo de Brasília” exaltado por JK em seus discursos era definido como “36 horas de trabalho por dia – doze durante o dia, doze durante a noite e doze pelo entusiasmo” (HOLSTON, 1989, p. 215). Ressalvado o exagero retórico, os candangos relatam jornadas de trabalho extenuantes, de até mesmo 90 horas por semana, que atraíam milhares de trabalhadores de todo o país pela abundância de empregos que não exigiam qualquer experiência prévia e pagavam mais do que a média nacional (HOLSTON, 1989, p. 226).

Holston ressalta, no entanto, que o ritmo de Brasília era não só extralegal, como também perigoso, contrariando diretamente as normas trabalhistas vigentes no país desde a década de 1940 (1989, p. 229). Não havia qualquer negociação entre trabalhadores e empresas da construção civil, nem qualquer tipo de fiscalização efetiva do trabalho. Embora JK tenha afirmado que a construção da nova capital havia ocasionado apenas 944 casos simples de acidentes de trabalho, com apenas um fatal (KUBITSCHKE, 2000, p. 368), o que seria um número ínfimo para a maior concentração obreira do mundo em 1960, dados de atendimentos no hospital do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI) em Brasília indicam um número bem maior de ocorrências – 10.927 acidentes em 1959, um para cada sete habitantes, a maioria de trabalhadores da construção civil (HOLSTON, 1989, p. 230).

Um episódio nebuloso de repressão de protesto dos trabalhadores da construção civil teria ocorrido em 1959, no acampamento da construtora Pacheco Fernandes, próximo ao Palácio da Alvorada, quando policiais da Guarda Especial de Brasília (GEB), vinculada à NOVACAP, teriam assassinado trabalhadores que protestavam contra a má qualidade da alimentação do acampamento<sup>18</sup>. O caso

---

<sup>18</sup> Segundo reportagem da Revista Veja, “um cozinheiro diz ter visto operários sendo mortos na cama, ainda adormecidos” e “houve relatos de corpos jogados no Lago Paranoá, ainda seco” (“Especial Brasília 50 anos”, 2009, p. 115).

transformou-se em lenda pelos depoimentos contraditórios relacionados com o acontecimento, o que levou ao encerramento da investigação.

Além das condições de trabalho, outro aspecto de diferenciação social nos primeiros anos de Brasília, que perdura até a atualidade, é a questão habitacional. A nova capital foi pensada como uma cidade administrativa, destinada aos órgãos públicos e respectivos funcionários transferidos do Rio de Janeiro, os quais seriam os moradores prioritários das casas e apartamentos que estavam sendo construídos no Plano Piloto. Mesmo que um enorme contingente de trabalhadores tenha se deslocado para o Planalto Central para trabalhar na construção civil e na Cidade Livre, primeiro assentamento organizado pela NOVACAP com pequenos comércios para atender aos primeiros moradores, não havia um plano pré-definido para abarcar esse grupo de moradores em Brasília.

JK conta em suas memórias que se preocupava com a existência da Cidade Livre, temendo que ela favorecesse a criação de favelas, mas não teve alternativa a não ser autorizar a sua expansão com a intensificação das obras de Brasília (2000, p. 217). Conta o presidente que se viu, em certa ocasião, cercado de milhares de forasteiros no local (2000, p. 218):

E, como era natural, tinham a necessidade de casas. Os próprios moradores da Cidade Livre se mostravam a favor da liberação das licenças. (...) Contemplei aquela massa humana; avaliei o volume dos sem-casas; e respondi também à feição dos pioneiros: “Está bem, pessoal. Que cada um faça a sua casa, mas nada de invadir o Plano Piloto.”

Com a chegada de milhares de migrantes do Nordeste em 1958, em decorrência de forte seca que atingiu a região, formou-se a primeira favela de Brasília, nos arredores da Cidade Livre, o que levou à construção de Taguatinga, a primeira cidade-satélite, cuja criação não estava prevista no Plano Piloto original de Lúcio Costa (KUBITSCHKE, 2000, pp. 219-220).

À Taguatinga seguiu-se a criação de outras cidades datadas desse período inicial de Brasília: Gama e Sobradinho, em 1960, a primeira para abrigar famílias removidas de áreas submersas pelas águas do Lago Paranoá, e a segunda para fixar moradores dos acampamentos das obras; Núcleo Bandeirante, em 1961, a partir da Cidade Livre; Guará, em 1966, destinada a funcionários da NOVACAP; Brazlândia e Planaltina, duas cidades do Estado de Goiás que permaneceram dentro do quadrilátero

do Distrito Federal; e Ceilândia<sup>19</sup>, em 1971, construída com o objetivo de receber moradores de assentamentos (PELUSO, 2003, pp. 13-14).

A criação das cidades-satélites manteve a dicotomia espacial presente em outras cidades brasileiras, dividindo o espaço urbano entre centro e periferia, que teoricamente não seria repetida em Brasília (HOLSTON, 1989, p. 281): no início, apenas os funcionários públicos tinham acesso à residência no Plano Piloto e à facilidade de acesso aos serviços da superquadra, o que reforçou e aprofundou diferenças sociais já existentes.

Quanto ao custo para a construção de Brasília, pondo de lado o otimismo de JK quanto aos seus méritos, estima-se, comparando o valor estimado dos gastos com as obras públicas com o Produto Interno Bruto (PIB) da época, que cerca de 10% de toda a riqueza brasileira tenha sido empregada na nova capital (“Especial Brasília 50 anos”, 2009, p. 121).

Não há certeza quanto aos valores envolvidos porque a contabilidade oficial é nebulosa, tendo sido objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada em setembro de 1960, logo após a inauguração. A investigação constatou que dos um milhão de comprovantes de despesas pagas, apenas 46 mil processos de pagamento estavam devidamente formalizados (“Especial Brasília 50 anos”, 2009, p. 121).

Do ponto de vista urbanístico, Adrián Gorelik ressalta que Brasília representa ao mesmo tempo o ápice do movimento modernista na arquitetura, sua consagração na construção de uma capital, mas também o início do seu declínio, visto que a cidade não foi tomada como modelo de planejamento urbano nem no Brasil, nem no mundo. As condições que levaram à sua construção na década de 1960, relacionadas com um desenvolvimentismo idealista, estavam superadas pela perseverança do dualismo estrutural em Brasília (plano piloto *versus* cidades-satélites); o autor a define como “um produto do subdesenvolvimento, mais que como ferramenta de superação dele” (GORELIK, 2012, p. 229).

---

<sup>19</sup> A origem do nome Ceilândia vem da sigla CEI, referente à Campanha de Erradicação de Invasões, ação criada pela esposa do governador Hélio Prates para melhorar as condições de vida dos moradores das invasões no Plano Piloto (“Ceilândia 47 anos: história, cultura e muita festa”, 2018). Fonte: <<https://jornaldebrasil.com.br/brasil/ceilandia-47-anos-historia-cultura-e-muita-festa/>>, (Acesso em 06.jan.2022).

Com relação ao cotidiano da vida nos primeiros anos de Brasília, Viviane de Ceballos (2005, p. 70) aponta temas frequentes que aparecem em artigos publicados sobre os problemas que dificultavam a vida dos moradores da capital federal: serviços (telefonia, ruas esburacadas, transporte etc.), desemprego, habitação, violência e surgimento de favelas no perímetro urbano. Afirma a autora que a imprensa do período transparece insegurança quanto ao futuro, temendo pelos próximos governos que assumiriam o poder em uma cidade sem a menor estrutura.

O presidente Jânio Quadros, a partir de 1961, quebra bruscamente o ritmo adotado por JK na construção da cidade, o qual só seria retomado pelos governantes indicados pelo governo militar, após o golpe de 1964, que efetivaram as últimas mudanças de órgãos públicos do Rio de Janeiro para Brasília e de fato a consolidaram como capital federal (CEBALLOS, 2005, p. 75).

A realidade da vida em Brasília impunha-se frente à mitologia de sua criação. Os problemas e as contradições da sociedade brasileira preexistentes à capital não desapareceram, como idealizaram seus criadores, com a simples transferência da sede do poder federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central em uma cidade moderna e planejada. Ao contrário, algumas dessas características se exacerbaram em Brasília, com o agravante de que se tratava de uma cidade ainda por terminar de construir.

Apesar de não ter destaque na história oficial, a memória das dificuldades e dos erros dos primeiros anos de Brasília sobreviveu em antigas reportagens de jornal, em documentos oficiais preservados em acervos públicos disponíveis no Distrito Federal, e nas lembranças dos primeiros moradores que vivenciaram as dificuldades iniciais envolvidas na criação da nova capital. Também na literatura, como defendo no presente trabalho, é possível resgatar os acontecimentos que ficaram momentaneamente esquecidos, eclipsados pelas luzes do espetáculo da construção de uma cidade-esperança, utópica e idealizada, que ditaria os rumos da nação brasileira.

Com esses novos elementos, o sobrevoo do Distrito Federal torna-se mais complexo, mas também mais rico: como se despertássemos de um sonho, nós nos abrimos para uma vida mais autêntica.

## 2. RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E MEMÓRIA

Aristóteles, na *Poética* (2017, pp. 95-97), tratando da diferença entre poesia e história, afirma que “a tarefa do poeta não é a de dizer o que de fato ocorreu, mas o que é possível e poderia ter ocorrido segundo a verossimilhança ou a necessidade”. O historiador e o poeta difeririam entre si não pela forma como decidem narrar, mas porque “um se refere aos eventos que de fato ocorreram, enquanto o outro aos que poderiam ter ocorrido”, sendo que a poesia seria mais nobre, para o filósofo, pois faria referência ao universal, enquanto a história se limitaria ao particular.

A origem da História no saber ocidental está relacionada com a reflexão sobre o passado. Embora essa essência nunca tenha se perdido, a discussão sobre o significado do estudo histórico seguiu um longo caminho desde a Antiguidade. Na Grécia Antiga, a História surge com a necessidade de distinguir os gregos dos bárbaros e com a preocupação com a genealogia das famílias mais importantes. Durante a Idade Média, influenciada pelo cristianismo, ganhou a concepção de tempo linear, que deu a ela um sentido cronológico que permanece até hoje. O Renascimento, período marcado pelos descobrimentos do Novo Mundo, trouxe a ideia de uma História Global. Mais tarde, com a Revolução Francesa, a criação das primeiras instituições dedicadas ao ensino da História e à preservação documental contribuiu para o seu estabelecimento como uma disciplina acadêmica, o que, em conjunto com a emergência do sentimento nacional, fortaleceu o seu desenvolvimento como ciência ao longo do século XIX (LEGOFF, 2013, pp. 63-73).

Segundo Jacques Le Goff (2013, p. 22), o vocábulo *história*, nas línguas românicas, exprime, ao menos, dois conceitos diferentes, a saber, o de uma série de acontecimentos realizados pelos homens, os fatos históricos, e o de uma ciência histórica que busca investigar tais ações humanas. Existiria ainda, para o autor, um terceiro sentido de história, que seria o de narrativa, verdadeira ou falsa, com base na “realidade histórica” ou puramente imaginada.

Para Le Goff (2013, p. 29), “a história é bem a ciência do passado, com a condição de saber que este passado se torna objeto da história, por uma reconstrução incessante reposta em causa”. Isso significa dizer que o passado é constantemente

revisto à luz de novos acontecimentos, por outros grupos sociais, com diferentes perspectivas – a reflexão sobre o passado é feita a partir do presente.

Também a memória está relacionada com a noção de passado. O conceito de memória é definido por Le Goff como a “propriedade de conservar certas informações”, envolvendo “um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele apresenta como passadas” (LE GOFF, 2013, p. 387).

A essa definição tradicional, que aborda a memória do ponto de vista do indivíduo, devemos acrescentar avanços desenvolvidos nas últimas décadas a partir da aplicação do conceito de memória no campo das ciências humanas, ressaltando o seu caráter social e coletivo.

O sociólogo francês Maurice Halbwachs é reconhecido como o primeiro a tratar do caráter coletivo da memória e de como o que lembramos individualmente é influenciado pelas lembranças de outras pessoas que também vivenciaram o mesmo acontecimento. Existiria, portanto, uma memória coletiva, a qual, ao mesmo tempo que é composta pelas memórias de cada indivíduo de um grupo social, também contribui para a formação das memórias individuais de cada pessoa. Segundo o autor (2003, p. 41):

Talvez seja possível admitir que um número enorme de lembranças reapareça porque os outros nas fazem recordá-las; também se há de convir que, mesmo não estando esses outros materialmente presentes, se pode falar em memória coletiva quando evocamos um fato que tivesse um lugar na vida de nosso grupo e que víamos, que vemos ainda no momento em que o recordamos, do ponto de vista desse grupo.

Numa primeira análise, pode-se afirmar que a diferença entre memória coletiva e História estaria no caráter acadêmico da segunda, a qual, numa almejada posição de imparcialidade, questionaria as recordações do grupo social e trataria dos fatos do passado em busca da verdade. Tradicionalmente História e memória eram colocadas em posições opostas, servindo a memória como mero material do qual eventualmente se serviria a História para tratar do que ocorreu, confrontando-a com outras fontes, de preferência documentais. Segundo Paul Ricoeur (2007, p. 146), existiria um confronto entre o objetivo de verdade da História e o objetivo de fidelidade

da memória. Em outras palavras, a História está preocupada com o que realmente ocorreu e a memória em manter-se fiel a uma versão do passado.

Eventual conflito entre memória e História não é, contudo, tão claro, visto que ambas se influenciam mutuamente. Ao mesmo tempo que as lembranças do grupo social são interferidas pela visão histórica divulgada sobre determinado acontecimento, as diferentes manifestações da memória (testemunhos, rituais, monumentos, cerimônias, músicas etc.) são cada vez mais levadas em consideração, em especial a partir da década de 1970, para tratar historicamente desse mesmo acontecimento.

Ao longo deste capítulo, irei analisar os recentes desenvolvimentos da relação de circularidade entre memória e História, especialmente em relação à memória nacional, a qual se relaciona com a construção de Brasília, erigida como um símbolo da nação brasileira. Abordarei os conceitos de memória individual, memória coletiva e também a questão do esquecimento, outra face da memória que influencia a História. Por fim, falarei da relação entre História, memória e literatura.

## **2.1. Conceitos de História e memória**

### **2.1.1. Memória individual e memória coletiva**

Apesar da aparente clareza da definição de memória dada por Le Goff, transcrita no início do presente capítulo, a análise da sua utilização teórica na tradição filosófica e no campo das humanidades revela nuances que não são tão facilmente captadas em um conceito sucinto. Tratar do fenômeno da memória envolve a resposta a três questões, propostas e destrinchadas por Paul Ricoeur (2007, pp. 25-99): *do que se lembra, quem se lembra e como se lembra*.

Com relação à primeira questão “o quê”, Ricoeur aponta que a lembrança de um acontecimento passado aparenta ter a natureza de uma imagem, quase visual ou auditiva, a qual aproxima a memória da província da imaginação. Essa característica da memória levou à sua suspeição, por diferentes tradições filosóficas, como meio legítimo

de acesso ao passado (2007, p. 25). Sobre essa concepção, Ricoeur afirma que (2007, pp. 25-26):

É na contracorrente dessa tradição de desvalorização da memória, nas margens de uma crítica da imaginação, que se deve proceder a uma dissociação da imaginação e da memória, levando essa operação tão longe quanto possível. Sua ideia diretriz é a diferença, que podemos chamar de eidética, entre dois objetivos, duas intencionalidades: uma, a da imaginação, voltada para o fantástico, a ficção, o irreal, o possível, o utópico; a outra, a da memória, voltada para a realidade anterior, a anterioridade que constitui a marca temporal por excelência da “coisa lembrada”, do “lembrado” como tal.

A marcação temporal é a nota distintiva da memória frente à imaginação. Ricoeur ressalta que na tradição grega, Aristóteles introduz o ponto fundamental da diferença entre imaginação e memória, pois “a memória é do passado (...). É o contraste com o futuro da conjectura e da espera e com o presente da sensação (ou percepção) que impõe essa caracterização primordial” (RICOEUR, 2007, p. 35).

A noção temporal serviria para manter a distinção da memória em relação à imaginação, mesmo diante da separação entre duas formas de lembrar, por afecção (*mneme*) ou simples lembrança, ou por *recordação (anamnese)*, consistente numa busca ativa da memória (RICOEUR, 2007, p. 37). Ainda que a memória seja provocada, ela necessariamente se refere a um acontecimento passado, e não apenas imaginado.

Os esforços envolvidos nesse processo de buscar a memória são a resposta à pergunta “como”, ou seja, são a face do trabalho empreendido na recordação. A memorização envolve uma série de técnicas relacionadas com a aprendizagem, buscando o fácil recurso aos conhecimentos e mesmo à expressão artística, como, por exemplo, na música e na dança.

A questão que Ricoeur coloca, quanto a esse ponto, é em que medida esse esforço pode violar o voto de fidelidade que caracteriza a memória como guardiã do tempo e da distância temporal (2007, p. 72), ou seja, em que medida as técnicas de memorização poderiam levar a excessos e abusos – como os fenômenos da memória impedida, da memória manipulada e da memória obrigada, que serão aprofundados adiante –, levando a uma recusa do esquecimento à custa da recordação (2007, pp. 80-99).

Por fim, quanto à pergunta sobre “quem” se lembra – se o indivíduo ou o grupo – Ricoeur (2007, pp. 105-150) traça um longo percurso, partindo de uma tradição

do olhar interior que remonta a Santo Agostinho, John Locke e Husserl, identificando o indivíduo como o sujeito da memória e chegando a uma radicalização subjetivista, até os primórdios da sociologia, em meados do século XX, quando Maurice Halbwachs pela primeira vez tratou da coletividade da memória.

No desenvolvimento do conceito de memória individual, Santo Agostinho, dando continuidade à tradição aristotélica, enfatiza que memória é do passado, mais especificamente o das impressões do sujeito, sendo o que garante a continuidade temporal da pessoa (RICOEUR, 2007, p. 107). John Locke cria a noção de consciência, dando origem a uma longa tradição filosófica ocidental das teorias da consciência (RICOEUR, 2007, p. 113), o que leva até Husserl, em sua fenomenologia, o qual enfatiza a relação da construção da memória em sua relação com um objeto que se estende no tempo (RICOEUR, 2007, p. 119).

Opondo-se à posição subjetivista, Halbwachs negava até mesmo a existência de memórias individuais, as quais em sua visão estariam sempre relacionadas a uma coletividade (2003, p. 42):

Quando muitas correntes sociais se cruzam e se chocam em nossa consciência, surgem esses estados que chamamos de intuições sensíveis e que tomam a forma de estados individuais porque não estão ligados inteiramente a um e a outro ambiente, e então os relacionamos a nós mesmos. Nem por isso eles puxam menos de toda a sua força e da intensidade de suas ações conjugadas que então se exercem sobre nós. Nós perceberíamos isso muito bem se a analisássemos então, se as rastreássemos até suas raízes.

Para ele, “a maioria das influências sociais a que obedecemos permanece despercebida por nós” (HALBWACHS, 2003, p. 65), então as lembranças podem parecer pessoais, mas trata-se, na verdade, de fatos do passado relacionados com grupos com os quais tivemos um contato de menor intensidade, mais distante ou menos frequente, do que com outros mais presentes.

Halbwachs não deixa de reconhecer, no entanto, que a memória coletiva é formada pela soma das lembranças dos seus integrantes (2003, p. 69):

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes.

Ricoeur, tratando do antagonismo em que foram colocados os conceitos de memória individual e memória coletiva, afirma que (2007, pp. 106-107):

É nessa situação altamente polêmica, que opõe a uma tradição antiga de reflexividade uma tradição mais recente de objetividade, que memória individual e memória coletiva são postas em posição de rivalidade. Contudo, elas não se opõem no mesmo plano, mas em universos de discursos que se tornaram alheios um ao outro.

Assim sendo, a tarefa de um filósofo preocupado em compreender como a historiografia articula seu discurso com o da fenomenologia da memória é, primeiro, a de discernir as razões desse mal-entendido radical por um exame do funcionamento interno de cada um dos discursos sustentados de um lado e de outro; em seguida, é a de lançar pontes entre os dois discursos, na esperança de dar alguma credibilidade à hipótese de uma constituição distinta, porém mútua e cruzada, da memória individual e da memória coletiva.

As noções de memória individual e memória coletiva têm diferentes origens filosóficas e históricas, bem como fundamentos distintos, porém não precisam se colocar como opostos, mas sim como perspectivas heterogêneas para se olhar para um mesmo fenômeno, que é a lembrança de fatos ligados a um tempo passado. Assim, na linha da fenomenologia da memória proposta por Ricoeur, entendemos que são duas faces de uma mesma moeda, relacionadas com a atribuição de quem se lembra, por um lado, os estados de consciência do eu individual e, por outro, os mecanismos que as coletividades desenvolvem para conservar as lembranças comuns.

### 2.1.2. Memória nacional

Existe um tipo específico de memória coletiva, construído e mantido pelo investimento de diferentes gerações, que se relaciona com a formação do nacionalismo e da condição nacional. Seu objetivo é transformar pessoas em cidadãos e consolidar um passado comum em torno de uma unidade política representada pela nação. Segundo Michael Pollak (1989, p. 3), “na tradição europeia do século XIX, em Halbwachs, inclusive, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva”.

Não se trata da soma das diferentes memórias coletivas de um determinado território. A memória nacional, como afirma Ulpiano Meneses (1992, p. 15):

(...) apresenta-se como unificada e integradora, procurando a harmonia e escamoteando ou sublimando o conflito: é da ordem da ideologia. Por isso mesmo, o estado e as camadas dominantes – mas nem sempre – são, como interessados na reprodução da ordem social (a que ela induz e que simbolicamente realiza), os principais responsáveis pela sua constituição e circulação.

A nação, segundo Carretero e Van Alphen (2018, p. 283), é uma unidade conceitual e narrativa que formata em grande medida a memória coletiva e o ensino de História. Por unidade conceitual, os autores entendem uma entidade abstrata que agrega diferentes elementos sociais e políticos, como povo e território, e gera uma visão particular do passado, não necessariamente relacionada com o processo histórico propriamente dito. Por unidade narrativa, referem-se à nação como centro e objeto de uma narração histórica. As grandes narrativas nacionais são os padrões gerais pelos quais imaginamos as nações; elas agem, para Carretero e Van Alphen, como interpretações oficiais e gerais sobre o passado, mas também como legitimação do presente e de uma agenda para o futuro.

Para além da simples reprodução de situações sociais, a memória nacional exerce papel fundamental também para a consolidação de mudanças institucionais e de mentalidade, seja como fonte dos fundamentos de uma transformação desejada ou empreendida, como também de material para levá-la à frente. Em outras palavras, movimentos de mudança, ao mesmo tempo que buscam ancoragem em anseios e caracteres presentes na memória de um povo, também criam tradições e rituais que propiciam a realização dessa mudança.

A História, em seu desenvolvimento inicial como disciplina acadêmica, no século XIX, estava basicamente direcionada para a construção de identidades nacionais (LEGOFF, 2013, pp. 74-75). Valendo-se da criação dos primeiros arquivos nacionais, que reuniram acervos documentais relacionados com as nações recém-criadas, os historiadores tinham campo vasto para escrever a história dessas entidades.

Para Carretero e Van Alphen (2018, p. 283), a história nacional foi escrita para construir e legitimar essa nova identidade, à custa da reescrita de partes significativas do passado em termos nacionais, tendo sido pensada para ser ensinada nas escolas e transformar pessoas em cidadãos nacionais. Hoje a noção de identidade

nacional é tão banal e naturalizada, apontam os autores, que funciona como poder invisível sobre como as pessoas e as sociedades se lembram<sup>20</sup>.

As tradições inventadas, para Eric Hobsbawm, estão especialmente envolvidas no caso da construção da nação e dos fenômenos a ela associados, como os símbolos nacionais – hino, bandeira, língua etc – e o discurso de história nacional. Segundo o autor (HOBSBAWM, 2008, p. 22), “todos esses elementos baseiam-se em exercícios de engenharia social muitas vezes deliberados e sempre inovadores, pelo menos porque a originalidade histórica implica inovação”. No entanto, num curioso paradoxo, aponta Hobsbawm que as nações modernas:

(...) com toda a sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja, estar enraizadas na mais remota antiguidade, e o oposto do construído, ou seja, ser comunidades humanas, “naturais” o bastante para não necessitarem de definições que não a defesa dos próprios interesses.

Tradição inventada, para Hobsbawm (2008, p. 9), diz respeito a um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica, regidas por regras tácitas ou explícitas, que “visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. Dentre as tradições inventadas, podemos falar em comemorações oficiais, cerimônias públicas, monumentos, desfiles, escolha de determinado estilo arquitetônico, personificação de uma nação por meio de símbolos ou imagens oficiais (por exemplo, a Marianne, na França, ou o Tio Sam, nos Estados Unidos) e a criação de um passado revolucionário, como o resgate, feito a partir da Proclamação da República no Brasil, da figura de Tiradentes como mártir nacional.

Quanto a esse último exemplo, Hobsbawm (2008, pp. 21-22) afirma que:

O elemento de invenção é particularmente nítido neste caso, já que a história que se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo. (...) todos os historiadores, sejam quais forem seus objetivos, estão envolvidos neste processo, uma vez que eles contribuem, conscientemente ou não, para a criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que

---

<sup>20</sup> Carretero e Van Alphen (2018) trazem o exemplo da influência das grandes narrativas na representação do passado exposta por estudantes de ensino fundamental e médio da Argentina. Embora alguns depoimentos tenham trazido elementos críticos sobre a visão tradicional sobre a independência argentina, a maioria baseava-se mais na antiga tradição narrativa nacional, que ressalta o desejo do povo argentino de se tornar livre da Espanha e o papel de San Martín como herói nacional, do que em uma análise historiográfica e crítica sobre o que aconteceu.

pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político.

Como ressaltai no capítulo anterior, a construção de Brasília por JK envolveu um grande investimento na criação de uma memória da cidade intrinsecamente relacionada com a memória nacional, pois ela simbolizava um novo capítulo na história do Brasil. A nova capital foi concebida a partir de um plano urbanístico inovador, com uma arquitetura de vanguarda, tinha um museu histórico desde o primeiro dia de sua existência oficial, erguido em homenagem ao seu fundador, mas ao mesmo tempo estava ligada a eventos-chave da História do país, numa harmônica integração entre o passado e o futuro. Isso não ocorreu, como visto, sem que fossem deixadas de lado facetas incômodas ou divergentes desse projeto.

De fato, a memória nacional, por seu caráter organizado, constitui, como afirma Michael Pollak (1992, p. 204), um “objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo”. Ressalta o autor, no entanto, que se houver, na construção de uma identidade individual ou coletiva, uma ruptura no sentimento de unidade ou continuidade, por falta de coerência, podem surgir fenômenos patológicos. A emergência nas últimas décadas de estudos alusivos à memória de diferentes grupos antes marginalizados ou reprimidos pode ser entendida como uma resposta à falta de espaço concedido para sua expressão.

### 2.1.3. História

A definição de “ciência do passado” dada à História parece simples à primeira vista, mas camufla discussões epistemológicas que, ao longo das décadas, vem levando a sucessivos questionamentos sobre o que se entende pela disciplina acadêmica histórica. O que significa estudar o passado? Seria simplesmente o estudo do acontecimento e de indivíduos ou da sociedade e de uma suposta estrutura por trás desses elementos? Coloca-se em disputa hoje quais acontecimentos e indivíduos merecem ser estudados, quais são as fontes do conhecimento histórico e como é que dois historiadores podem apresentar relatos tão distintos de um mesmo período do passado. Para Le Goff (2013, p. 36):

A contradição mais flagrante da história é sem dúvida o fato do seu objeto ser singular, um acontecimento, uma série de acontecimentos, de personagens que só existem uma vez, enquanto o seu objetivo, como o de todas as ciências, é atingir o universal, o geral, o regular.

O reconhecimento da singularidade dos fatos históricos teve três consequências, segundo Le Goff (2013, pp. 37-38), com enorme papel na história da História: (i) a primazia do acontecimento; (ii) o papel de destaque dado aos indivíduos, em especial dos chamados grandes homens; e (iii) a redução da História a uma narração, a um conto. Nos primórdios da História enquanto disciplina acadêmica, essas são as suas características, somando-se ao destaque dado à História política em detrimento da análise de outras facetas do passado.

A coincidência na língua portuguesa, assim como em outras línguas latinas, tal como o francês, de um mesmo termo para designar a “trama dos acontecimentos propriamente dita” e o “relato complexo que a narra” traduz, segundo François Dosse (2003, p. 7), o que caracteriza “a disciplina histórica como conhecimento indireto, como saber que só chega a nós por vestígios, tentando preencher uma ausência”. No pensamento histórico, o passado confunde-se com a reflexão sobre o passado, que é construído a partir de evidências, provas, com base no dever de verdade.

Uma questão que permeia o debate historiográfico ou a teoria da História é como manter-se fiel ao dever de verdade ao mesmo tempo em que se constrói uma narrativa, ou seja, quais os limites que separam a história da ficção. Sobre esse ponto, indaga Ricoeur (2007, p. 200):

Como a operação histórica se mantém, ou até mesmo coroa, neste estágio, a ambição de verdade pela qual a história se distingue da memória e, eventualmente, confronta-se com o voto de fidelidade desta última? Mais precisamente: como a história, em sua escrita literária, consegue distinguir-se da ficção?

A noção da História como uma narrativa verdadeira, em oposição à ficção dos poetas contadores de lendas está presente desde os primórdios dessa espécie de discurso, opondo os dois patriarcas da disciplina, Heródoto e Tucídides, como exemplos distintos da conduta que deve orientar os historiadores. Embora Heródoto seja apresentado como o *pai da História* por Cícero, tendo sido o primeiro a buscar preservar os grandes feitos dos homens no passado das cidades, da perspectiva dos valores do coletivo dos homens e não mais dos heróis, ele foi também, por muito tempo, apresentado como um mentiroso e criador de fábulas (DOSSE, 2003, p. 13-19).

Tucídides, seu discípulo, considerava Heródoto um grande mitólogo, que recorria à invenção para preencher as lacunas documentais, afastando-se da busca da verdade (DOSSE, 2003, p. 20).

Para Tucídides, criador de um método rígido a ser seguido, a operação historiográfica deveria se restringir a “uma restituição do tempo presente, resultando de um ocultamento do narrador, que se retira para deixar falar os fatos” (DOSSE, 2003, p. 21). Segundo François Dosse (2003, p. 21), “no próprio nascimento do gênero histórico, encontra-se, portanto, essa ilusão de auto-ocultamento do sujeito histórico e de sua prática da escrita para melhor dar ao leitor a impressão de que os fatos falam por si mesmos”.

A origem da História como uma ciência, no século XIX, relaciona-se com a reestruturação da universidade prussiana e a valorização dos estudos clássicos como uma forma de fortalecimento da pátria, do Estado-Nação, frente aos seus inimigos externos (PAYEN, 2011, pp. 112-113). Nesse contexto, desenvolveu-se um modelo de conhecimento histórico posteriormente conhecido como historicismo, o qual propunha “em relação ao método, a necessidade de uma análise crítica das fontes primárias transmitidas pelos Estados, que eram apreendidos como ‘individualidades’, ‘personagens’ que a análise deveria privilegiar” (PAYEN, 2011, p. 115).

Na tradição historicista, foi Tucídides, e não Heródoto, o autor antigo escolhido como modelo de historiador político, em razão de sua postura de afastamento da fábula em favor da imparcialidade que adviria do relato dos fatos. Um ponto da obra de Tucídides que o aproxima da tradição alemã é a sua defesa da autonomia da obra histórica em relação aos acontecimentos; outro é a dimensão política da obra tucídiana, que tinha o objetivo de “fazer da história de um conflito uma ferramenta para o futuro” (PAYEN, 2011, p. 121). Segundo Pascal Payen (2011, p. 120):

Com Tucídides, o importante não era, ou não era somente, a preservação do passado ou o passado na medida em que era preservado “de modo que ele não desapareça com o tempo”, assim como também estabelecia o projeto de Heródoto desde a primeira frase de sua obra. O que merecia ser preservado era a obra histórica mesma, em razão do próprio fato de que foi escrita. Uma vez que o passado precisava da mediação do escrito para permanecer nas memórias, era a obra escrita que devia, em primeiro lugar, ser preservada. E, por isso mesmo, ela se tornaria um instrumento de inteligibilidade transmitido às gerações futuras, a fim de que essas pudessem compreender melhor o seu presente. Era por ser escrita que a obra tornar-se-ia um

“conhecimento adquirido para sempre”. (...) O acontecimento desaparecia por trás da obra, na obra.

A tradição historicista, associada à noção de progresso que orienta seus estudiosos, não fica restrita à Alemanha, chegando também a historiadores de outros países. Na França, autores influenciados pela filosofia positivista de Auguste Comte buscaram dar fundamentos objetivos à marcha histórica, limitando-a ao cerne do que identificavam com a genuína verdade histórica, baseada na estrita observação dos fatos, e na ausência de ornamentação e moralização.

Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, dois autores identificados com essa tendência, consideravam que “a retórica e as aparências” ou “micróbios literários” poluem o discurso histórico culto (DOSSE, 2003, p. 38). A História, buscando se desvincular da literatura e da filosofia, é por eles pensada como “uma ciência do singular, do contingente, do ideográfico em oposição à epistemologia das ciências da natureza que podem visar a elaboração das leis, de fenômenos iterativos, logo, do nomotético” (DOSSE, 2003, p. 41). Todo o destaque deve ser dado aos acontecimentos, que fariam por si próprios.

Não obstante a louvável intenção dos seus defensores, essa vertente da História, como apontou Marc Bloch, acabava por ignorar todo o trabalho anterior à coleta dos fatos feito pelo historiador, que transforma a fonte em documento e, em seguida, constitui esses documentos, esses fatos históricos, em problema (LE GOFF, 2013, p. 19). Em oposição a essa vertente positivista, Marc Bloch e Lucien Febvre, como fundadores da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* em 1929, deram origem a uma nova corrente historiográfica, extremamente influente, que ficou conhecida como Escola dos *Annales*.

Nessa nova fase, há um deslocamento do interesse do político para o econômico e uma rejeição vigorosa da História positivista ou historizante (RICOEUR, 2007, p. 200). Bloch e Febvre, sob influência da recém-fundada sociologia de Durkheim, recusam a singularidade do acontecimento e dos indivíduos, a cronologia contada pela narração, e o político como lugar privilegiado de inteligibilidade, buscando a regularidade, a fixidez e a permanência (RICOEUR, 2007, p. 201). Diferentemente dos historiadores positivistas, Bloch e Febvre não recusam a “intervenção ativa do historiador diante do documento de arquivo” (RICOEUR, 2007, p. 201).

Segundo Ricoeur (2007, p. 201), Febvre inicia a discussão sobre o problema dos limites da representação, entendendo, em síntese, que a história das mentalidades pode propor-se a mostrar “o que um homem de uma dada época pode e o que não pode conceber sobre o mundo”. O risco do pensamento de Febvre, para Ricoeur (2007, p. 201), é deixar na indeterminação a questão de saber quem pensa assim por meio desse “aparelhamento mental”, ou seja, assumir que o coletivo seja de fato tão indiferenciado quanto a noção parece implicar.

Bloch, a seu turno, não concordava que a história fosse a ciência do passado, sendo para ele absurda a ideia de que fenômenos cuja única característica comum era não terem sido contemporâneos pudessem ser objeto de um conhecimento racional (BLOCH, 2001, p. 52). O objeto da História, para ele, eram os homens, uma vez que (BLOCH, 2001, p. 54):

Por trás dos grandes vestígios da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição.

Profundamente marcado pela sociologia de Durkheim, Bloch praticamente eliminou o indivíduo da abordagem dos problemas históricos em favor das “práticas coletivas, simbólicas, as representações mentais, despercebidas, dos diversos grupos sociais” (RICOEUR, 2007, p. 202). O seu estudo era voltado ao tratamento histórico das “maneiras de sentir e pensar”, enraizadas no solo social, diferentemente da história das ideias (RICOEUR, 2007, p. 202).

O que une Febvre e Bloch, principais nomes da primeira geração de historiadores da *Annales*, é, para Ricoeur (2007, p. 202):

(...) a certeza de que os fatos de civilização se destacam contra um fundo de história social, de outro, a atenção às relações de interdependência entre esferas de atividades de uma sociedade (...). E acima de tudo, é a confiança no poder federativo da história em relação às ciências sociais vizinhas: sociologia, etnologia, psicologia, estudos literários, linguística.

Coube à chamada segunda geração dos *Annales*, sob a direção de Fernand Braudel a partir de 1945, defender a autonomia e o caráter científico da História dos questionamentos feitos por Claude Lévi-Strauss, que sustentava a primazia da sociologia sobre todas as ciências humanas (DOSSE, 2003, pp. 75-77). A resposta ao desafio de Lévi-Strauss dada por Braudel envolveu a proposta de reorganizar o conjunto

das ciências sociais em torno de um programa que teria como referência a noção de longa duração (DOSSE, 2003, p. 79). Segundo Dosse (2003, p. 79):

A resposta de Braudel a Lévi-Strauss e às ciências sociais, em geral, não se limita a opor-lhes a longa duração como estrutura, mas consiste em pluralizar a dimensão temporal. (...) O tempo se decompõe em ritmos heterogêneos que rompem a unidade de duração. O tempo se torna qualitativo para adquirir uma inteligibilidade nova em vários níveis. A arquitetura braudeliana articula-se em torno de três temporalidades diferentes, três diferentes pilares: o acontecimento, o tempo conjuntural, cíclico e, enfim, a longa duração. Pode-se, assim, distinguir estágios diferentes do tempo e deslocamentos entre as diversas temporalidades.

O caráter científico da História estaria preservado pela complexificação da temporalidade: a disciplina não trata apenas do contingente, do que passa, mas também da longa duração, do que permanece.

A terceira geração dos *Annales*, composta, dentre outros, por Jacques LeGoff e Pierre Nora, identifica-se com o projeto da “Nova História” e com o surgimento de novos objetos de pesquisa, trazendo um retorno do estudo do acontecimento e do tempo presente. A globalização e a aceleração do ritmo de informações no mundo contemporâneo têm por efeito, segundo Dosse (2003, p. 173), uma “experimentação moderna da historicidade”, implicando:

(...) numa redefinição da cadeia de acontecimentos, como abordagem de uma multiplicidade de possíveis, de situações virtuais, potenciais e não mais como cumprimento da sua fixidez. O movimento apoderou-se do tempo presente a ponto de modificar a relação moderna com o passado.

Esse movimento na percepção do tempo presente abriu espaço para a reflexão da relação entre História e memória, que passa a ser um dos objetos de pesquisa por parte dos historiadores, juntamente com as identidades, a cultura, o meio ambiente, a micro-história etc. Sobre a diferença entre a memória e a História, afirma Pierre Nora (1993, p. 9) que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.

Nora aponta que a aceleração do mundo trazida pela globalização trouxe o fim da memória verdadeira, sobrando apenas a História, que é o que as nossas

sociedades conseguem fazer do passado. Segundo ele, essa realidade aponta o fim da adequação entre a História e a memória, vivida como uma evidência, de forma inconsciente, o que pode ser notado no desenvolvimento recente da historiografia francesa, que introduz “a dúvida no coração, a lâmina entre a árvore da memória e a casca da história” (NORA, 1993, p. 10). Para o autor (NORA, 1993, p. 11-12):

Houve um tempo em que, através da história e em torno da Nação, uma tradição de memória parecia ter achado sua cristalização na síntese da III República. (...) História, memória, Nação mantiveram, então, mais do que uma circulação natural: uma circularidade complementar, uma simbiose em todos os níveis, científico, pedagógico, teórico e prático. A definição nacional do presente chamava imperiosamente sua justificativa pela iluminação do passado. (...)

Com a emergência da sociedade no lugar e espaço da Nação, a legitimação pelo passado, portanto pela história, cedeu lugar à legitimação pelo futuro. O passado só seria possível conhecê-lo e venerá-lo, e a Nação, servi-la; o futuro, é preciso prepará-lo. Os três termos recuperaram sua autonomia. A nação não é mais um combate, mas um dado; a história tornou-se uma ciência social; e a memória um fenômeno puramente privado. A nação-memória terá sido a última encarnação da história-memória.

A complexidade da vida contemporânea em sociedade traz essa clivagem entre a história, a memória e a Nação, que, para o autor, marcava o período anterior ao século XX. Há uma espécie de perda de inocência do historiador, cada vez mais consciente do seu ofício, passando não só a questionar o trabalho dos seus antecessores, mas também a criticar o seu próprio trabalho de reflexão sobre o passado. Para Dosse (2003, p. 290):

A memória plural, fragmentada, hoje ultrapassa de todos os lados, “o território do historiador”. Instrumento maior do vínculo social, da identidade individual e coletiva, ela se encontra no centro de um verdadeiro jogo e espera do historiador que ele lhe devolva, tarde demais, o sentido, à maneira da psicanálise. (...) A memória, pressupondo a presença da ausência, permanece a ligação essencial entre passado e presente, desse difícil diálogo entre o mundo dos mortos e o dos vivos.

Um dos novos objetos dessa Nova História é a chamada história do tempo presente, que está “na intersecção do presente e da longa duração”, colocando o problema de se saber como o presente é construído no tempo” (DOSSE, 2012, p. 6). O historiador, ainda que vinculado ao dever de verdade que caracteriza a disciplina, passa a tomar consciência da impossibilidade de fazer ressurgir o passado pela pesquisa histórica, bem como da mediação de suas investigações pelo discurso (DOSSE, 2012, p. 12). Há a admissão das provas orais no fazer historiográfico, mas, para além disso, também a compreensão de que o presente tem um sentido histórico. Segundo Dosse (2012, p. 11):

A dialética da História e da memória ajudou a incutir mais verdade na fidelidade, suscitando o necessário trabalho da memória e a construção de uma história social da memória coletiva. A ambição é ter sucesso com mais verdade, processo possibilitado pela História de construir uma memória compartilhada, isto é, mais pacífica.

Retomando as questões levantadas no início dessa seção, percebe-se que a História continua sendo a ciência do passado, ainda que a definição do que isso significa tenha se alterado tanto ao longo das décadas. Oscilando entre tendências que advogam o simples relato dos acontecimentos, em uma almejada objetividade da parte do historiador, e outras que assumem a criação de uma narrativa marcada por escolhas subjetivas, contanto que buscando cumprir o dever de verdade, a disciplina busca hoje uma reflexão sobre acontecimentos passados na medida em que eles interessam ao presente e ao futuro.

Em sua relação com a memória nas últimas décadas, deixando de colocar-se em uma situação de oposição, a História utiliza-se da memória não só como fonte de informações, mas também como objeto de pesquisa. Assim, ambas se influenciam mutuamente, numa relação de circularidade: a memória vira História, ao mesmo tempo que reflexões históricas influenciam a memória de uma população.

#### 2.1.4. Esquecimento

A preocupação em preservar as lembranças do passado existe porque elas estão sempre ameaçadas pelo esquecimento. Embora o cuidado com a memória seja antigo, ele assume hoje traços específicos. Como aponta Jeanne Marie Gagnebin (2009, p. 97):

É justamente porque não estamos mais inseridos numa tradição de memória viva, oral, comunitária e coletiva, como dizia Maurice Halbwachs, e temos o sentimento tão forte da caducidade das existências e das obras humanas, que precisamos inventar estratégias de conservação e mecanismos de lembrança.

É preciso lembrar porque é possível esquecer – é contra o esquecimento que a memória e a História atuam. Esquecer significaria a perda de experiências e aprendizados do passado, e traria o risco de repetir os mesmos erros, de deixar de honrar os antepassados e de privar-se de quem somos. Na falta de uma memória viva, criam-se

mecanismos de rememoração. Como afirma Pierre Nora (1993, p. 7), na sociedade contemporânea, “há locais de memória porque não há mais meios de memória”.

Numa perspectiva positiva, o esquecimento pode ser visto como a outra face de uma memória feliz: como aponta Ricoeur (2007, p. 423), o duplo da arte de memória envolve a prova do esquecimento e do perdão. O espectro de uma memória que nada esqueceria, como a do personagem de Jorge Luís Borges no conto “Funes, o memorioso”, parece monstruoso a Ricoeur, que alude à necessidade de uma negociação entre a memória e o esquecimento para achar uma espécie de medida exata de equilíbrio entre ambos (2007, p. 424).

Na narrativa de Borges, o personagem Funes é descrito como um homem que, aos dezenove anos, após sofrer uma queda de cavalo que o havia deixado paralisado, passou a se lembrar de absolutamente tudo. Ganhava memórias e percepções infalíveis, tinha mais lembranças do que todos os homens tiveram desde que o mundo era mundo, mas a sua memória era como “um despejamento de lixos” (BORGES, 1997, p. 114), gastava um dia inteiro para reconstruir a totalidade de um dia anterior, nos mais ínfimos pormenores. Funes tornou-se incapaz de ideias gerais e abstratas e, suspeita o narrador, por isso não conseguia pensar.

Nesse sentido, a memória feliz almejada por Ricoeur envolveria a justa medida de lembrança e esquecimento – o suficiente para não perder a marcação temporal e o conhecimento trazido pela memória, mas sem sufocar a vida presente com o excesso de passado. A memória impecável de Funes seria, nessa perspectiva, tão danosa quanto a amnésia individual e social com relação ao passado.

Sobre os fenômenos dos abusos da memória referidos anteriormente – memória impedida, memória manipulada e memória obrigada – Ricoeur (2007, p. 451-462) ressalta a implicação de cada um deles com o esquecimento: a memória é *impedida* não apenas pelo apagamento de rastros, mas também pela impossibilidade de acesso aos “tesouros enterrados da memória” em razão de traumas da sociedade; é *manipulada* pelo que seletivamente se escolheu esquecer na construção de uma narrativa; e é *obrigada* por uma ordem de instância superior que comanda o esquecimento, como no caso da anistia, que exige que ofensas anteriores a grupos e pessoas sejam esquecidas em nome de uma almejada paz social.

É contra os esquecimentos forçados que ocorrem as disputas de memória aludidas por Michael Pollak. Segundo o autor (1989, p. 4), a história oral privilegia a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, ressaltando “a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional”. Essas memórias escondidas “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”.

Pollak traz o exemplo de algumas batalhas de memória ocorridas nas últimas décadas do século XX na Europa. No contexto da antiga União Soviética, o autor trata de dois momentos fortes de desestalinização, o primeiro na década de 50, quando Nikita Krushev denunciou pela primeira vez os crimes estalinistas, o que levou a uma destruição progressiva de signos e símbolos que lembravam Stalin no país e à retirada de seus despojos do mausoléu da Praça Vermelha; depois na década de 80, com a abertura do país ao resto do mundo. Após esse segundo movimento, antigos traumas foram despertados e levaram à ocupação de toda a cena cultural do país por lembranças das vítimas do stalinismo. Para o autor, “uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa de memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades” (POLLAK, 1989, p. 5).

Outro exemplo, ligado não à atuação oficial de um Estado, mas à relação entre grupos minoritários e a sociedade englobante, diz respeito ao período posterior à Segunda Guerra Mundial. Pollak menciona o silêncio do passado da parte dos sobreviventes de campos de concentração que retornaram à Alemanha e à Áustria, por razões complexas relacionadas com a necessidade de se integrarem à sociedade, não despertando o sentimento de culpa da maioria da população desses países, nem mesmo das próprias vítimas, muitas vezes envolvidas em negociações com autoridades nazistas para limitar perdas (1989, p. 5). No contexto da França, o autor destaca a ausência dos deportados de roupas listradas das comemorações oficiais quanto ao final do conflito, pois “a deportação evoca necessariamente sentimentos ambivalentes, até mesmo de culpa, e isso também nos países vencedores onde, como na França, a indiferença e a colaboração marcaram a vida cotidiana tanto quanto a resistência” (1989, p. 6).

Tzvetan Todorov, ao tratar dos abusos da memória (2000, pp. 11-15), alude não apenas à situação de regimes totalitários como o do III Reich da Alemanha nazista ou o da antiga URSS, que empreenderam verdadeiros apagamentos da memória, mas também à situação das democracias liberais da Europa ocidental e dos Estados Unidos, onde a memória é deteriorada pelo excesso de informação disponível. Para o autor, a memória não se opõe ao esquecimento, mas está a todo momento dependendo de uma interação entre a conservação e a supressão. O passado deve estar a serviço do presente, e não o contrário (TODOROV, 2000, p. 25), não havendo razão para erigir um culto à memória pela memória, nem em invocar a posição de vítima, segundo o autor.

A problemática do esquecimento implica escolher, conscientemente ou não, o que devemos, conseguimos ou queremos lembrar como indivíduos ou sociedade. A seleção das lembranças que merecem ser conservadas, por formarem o arcabouço da identidade de um grupo, de uma nação, envolve a formação de um arquivo de memórias. Idealmente, em uma perspectiva talvez utópica, uma política sustentável da memória deveria respeitar o pluralismo da sociedade e as diferentes manifestações de grupos e indivíduos. Ainda que isso não seja atingível, ao menos, almeja-se que o esquecimento não se reduza à repressão.

## **2.2. Relação entre a História, a memória e a literatura**

Finalmente, para terminar esse capítulo de reflexão teórica, cabe indagar qual é o papel da literatura no delicado equilíbrio entre História, memória e esquecimento. Tratando dos acontecimentos pretéritos de um país ou de um povo, dando a voz a mortos que nunca foram ouvidos, registrando ou criando histórias que jamais foram escritas, como a literatura contribui para a reflexão sobre o passado?

A relação da literatura com a História, no caso brasileiro, remonta aos primeiros textos identificados com a criação de uma literatura propriamente nacional, desvinculada do ramo português, o que, para Antonio Candido, ocorreu de fato apenas no período romântico, quando o Brasil já havia se tornado independente de Portugal

(CANDIDO, 2000, pp. 23-25)<sup>21</sup>. No século XIX, o nacionalismo que animava alguns dos autores do período também impulsionava a construção de obras que contribuíssem para o fortalecimento de um ideal nacional. Nesse contexto, estava sujeita à influência de ideias políticas do período, o que levava à glória de alguns e ao ostracismo de outros que não correspondessem aos interesses da Nação brasileira (CAMPOS PINTO, 2022). A literatura participava claramente da criação de uma narrativa histórica nacional.

Em períodos posteriores, a influência da literatura na História e vice e versa torna-se mais ou menos nítida conforme a época, considerando o estilo e as influências a que estavam sujeitos os autores. O ingresso de um escritor no cânone continuava, contudo, seletivo e vinculado a uma certa visão de mundo conservadora e nacional. Autores que fugissem a esse padrão eram tidos como meramente curiosos, por vezes até indignos de serem considerados literatura de verdade.

Ainda que não se possa falar em obras canônicas, conhecidas pelo grande público e dignas de estudos acadêmicos, em qualquer época há livros que registram a existência de um passado extraoficial, quase oculto, que não corresponde exatamente ao que se imagina daquele período. Um relato alternativo dos acontecimentos, preservado na memória do autor ou de uma coletividade de pessoas, mas por ele registrada, vem à lume em função de uma obra literária, que supre os espaços em branco com a criação ficcional. É nesse ponto que nos interessa falar da relação entre memória e literatura.

Jeanne Maria Gagnebin, refletindo sobre Walter Benjamin e tratando da narrativa que se preocupa com os pequenos acontecimentos facilmente esquecidos, afirma que (2009, p. 54):

Esse narrador sucateiro (o historiador também é um *Lumpensammler*) não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer. O que são esses elementos de sobra do discurso histórico?

(...)

O narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda. Essa tarefa paradoxal consiste, então, na transmissão do inenarrável, numa fidelidade ao passado e aos mortos, mesmo – principalmente quando não conhecemos nem seu nome nem seu sentido.

---

<sup>21</sup> Quanto ao início da literatura brasileira, há polêmica sobre a inclusão dos textos produzidos no território brasileiro durante os séculos XVI a XVIII nesse conjunto, uma vez que não seria possível ainda falar no Brasil como um país propriamente dito, o que reflete a dificuldade de se pensar fora do paradigma nacional. Sobre o assunto, ver “O Sequestro do Barroco na Formação da Literatura Brasileira: O Caso Gregório de Mattos”, de Haroldo de Campos.

No processo de narrar como quem busca entre os restos o que possui valor e deve ser aproveitado, vencendo o esquecimento, resgatam-se personagens, relatos e sentimentos que, preservados na memória, sobreviveram ao apagamento da História. Especialmente em se tratando de grandes traumas coletivos, como o Holocausto, a literatura de testemunho tomou a dianteira na abordagem desses acontecimentos, tendo sido pelo depoimento de sobreviventes como Primo Levi que muito se descobriu sobre o que aconteceu naquele período.

A memória, como aponta Danielle Ramos (RAMOS, 2011, p. 92), é “um elemento situado para além de um passado paralisante”, sendo “uma instância plural e labiríntica, produzida a partir do cruzamento de espaços e pluralidades”. Segundo a autora, olhar para o passado é construir o presente, numa leitura contaminada e oblíqua, em que, a partir das lacunas, são criados sentidos e imagens que remetem tanto para o ontem quanto para o hoje. Nessa dinâmica, a memória aproxima-se tanto da História, por tratar do passado, quanto da literatura, por ser uma construção entremeadada de lembranças e esquecimentos. Para a autora (2011, p. 96):

O tempo interno móvel e a mescla dos enunciados permitem ao discurso literário uma maior autonomia em relação ao histórico. Como suporte produtor de memórias, à literatura é permitido adivinhar os silêncios, os desvios e as lacunas, propositais ou não, da escrita historiográfica. Por apostas no dilema e no paradoxo, o discurso literário abdica da totalidade. Por isso, falhas e rasuras não podem ser vistas como “erros”, mas como instrumentos sem os quais o discurso literário não se construiria em sua ambiguidade e polissemia.

(...)

Ao figurar a realidade, o discurso literário “abre uma janela”, “salva um afogado”, na fala de Mário Quintana, ou seja: como potência de leitura do mundo, a escrita ficcional pode dar voz aos silenciados, aos vencidos e esquecidos pelo discurso hegemônico. Além disto, pode trazer à tona não só leituras compartilhadas do real (no sentido de aceitas como verdadeiras em um dado recorte temporal, espacial e social), como fazer emergir o imaginável, o possível e o impossível da “realidade”, pois por ser inconcebível em sua totalidade, a dúvida e a certeza a habitam.

A relação entre memória e literatura pode ser compreendida, para Ramos, pela concepção da memória coletiva como um *corpus* dinâmico composto por imagens compartilhadas por grupos sociais, abarcando “o virtual e o real, o vivido e o sonhado, o desejado e o temido, o pesadelo e o sonho, a experiência e a imaginação” (RAMOS, 2011, p. 96). A literatura, além de funcionar como uma forma de registro dessa memória coletiva, também incute no imaginário de um grupo ideias inovadoras, que vem do exercício da atividade ficcional.

Na mesma linha, Roland Walter (2010, p. 2) aponta que:

(...) as reverberações entre literatura e memória não são simples; ou seja, mesmo em tempos de *lieux de mémoire* a literatura faz mais do que lamentar. A literatura não somente desafia ou sustenta dimensões sociais de memória ao preservar ou subverter significações culturais. Ela também, e principalmente, deve ser considerada uma forma específica de memória cultural: um complexo lugar de memória com suas próprias formas e estratégias de observação e escrita baseadas em memórias mais antigas e as diversas representações delas.

Walter cita o romance hispano-americano e, em geral, toda a literatura pós-colonial como formas de trabalhar a história ou a não-história nacional com o objetivo de revelar o que chama, citando Aníbal Quijano, de “colonialidad del poder”, contribuindo para a sedimentação de uma consciência desconstrutiva na memória coletiva (WALTER, 2010, p. 2). A literatura assume o papel de resgatar ou mesmo construir identidades perdidas por diferentes coletivos. Ela funciona como um lugar impessoal de memória, porque acumula e gera “significados de episteme cultural de um grupo, etnia, sociedade, nação” (WALTER, 2010, p. 4).

Para a historiadora Mônica Velloso, não é mais viável pensar hoje na História como a “ressurreição triunfante do passado, como postulava Michelet”, pois o diálogo com a memória faz com que essa funcione como “um fio de Ariadne conduzindo a outras vozes, desdobrando-se continuamente em novas camadas de significação e sentido” (VELLOSO, 2012, p. 5). A autora destaca como o acesso a novos suportes de memórias individuais e coletivas permite o acesso a outras temporalidades, e como a literatura sugere reflexões sobre a memória histórica, pois “os livros sempre nos chegam transpassados pela temporalidade do presente e impregnados de informações integradas imperceptivelmente ao texto original” (VELLOSO, 2012, p. 5).

Velloso menciona a recepção no Brasil de *D. Quixote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes, como um exemplo do impacto da literatura na história de um país. Segundo a autora, no começo do século XIX, vários países da América Latina, incluindo o Brasil, tiveram revistas de humor e caricatura que faziam referência a D. Quixote e Sancho Pança, os personagens principais do romance de Cervantes, as quais tinham em comum o fato de abordarem o “processo conflituoso da instauração da modernidade na política, nas letras e nas artes” (VELLOSO, 2012, p. 7). De início, destaca-se a transferência dos personagens de um suporte – o livro – para outro – a revista –, o que

se explica pela difusão oral da obra, não pela palavra escrita, mas por contos, provérbios, refrões, jogos de palavra, adivinhas etc., realizada por imigrantes espanhóis que vinham à América (VELLOSO, 2012, p. 8). Quanto à identificação com a narrativa, alude a autora que (VELLOSO, 2012, p. 9):

No contexto em que Cervantes escrevia a sua obra, a Espanha enfrentava intensas lutas internas advindas do próprio processo de construção da nacionalidade. Buscava-se construir uma identidade homogênea fazendo-a aparecer como fruto da tradição ocidental e da fé cristã. Com isso, apagavam-se séculos de memórias que atestavam um passado árabe judaico espanhol. A narrativa cervantina insurge-se contra essa invenção, mas o faz de forma ambígua. Recorre aos personagens para expressar a voz dos mouros, exilados e rejeitados do seu próprio país.

(...)

Percebendo o caráter ilusório dessa visão visceralmente comprometida com o ideal da verdade, Cervantes abria uma brecha para os sentimentos e as ambiguidades humanas.

O exemplo da recepção de D. Quixote por populações latino-americanas em um contexto totalmente diferente do que a obra foi escrita mostra a força da criação literária na transformação da realidade. Preservada pela memória popular de imigrantes e compartilhada oralmente, os elementos da obra de Cervantes participaram da construção política das nações recém-independentes no continente americano, pois as reflexões que ela trazia se relacionavam também com o que era vivido naquele momento.

Como será mais bem desenvolvido no próximo capítulo, a obra de Milton Hatoum analisado na presente dissertação registra um período do passado de Brasília que foge da imagem idealizada da cidade planejada que entrou para a memória nacional. Distante da utopia dos tempos de JK, em que se construía a nova capital do país do futuro, e também da imagem uniforme e nacionalista propagada pelos governantes militares após o golpe de 1964, Hatoum cria a narrativa de uma cidade dividida pelas disputas ideológicas e políticas, pelas diferenças sociais e geracionais, e pelo conflito entre interesses públicos e privados. A memória é fonte para a criação literária do autor, mas também produto do seu trabalho: acrescenta-se mais um elemento para a reflexão sobre Brasília através do texto literário.

### 3. A NOITE DA ESPERA: A LITERATURA ENCONTRA A MEMÓRIA

*De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.*

(Italo Calvino, *As cidades invisíveis*)

Na primeira edição do romance *A noite da espera*, de Milton Hatoum, publicado pela Companhia das Letras em 2017, antes do começo do texto propriamente dito, o leitor se depara com uma fotografia antiga de Brasília (HATOUM, 2017, pp. 8-9), a qual, segundo informações editoriais, não tem autoria conhecida. A imagem em preto e branco mostra a frente de um ônibus interestadual de passageiros, no qual se lê, no letreiro, o número da linha e o trajeto “Brasília-S. Paulo”. O ônibus está embaixo de um viaduto da cidade; dois Fuscas se aproximam seguindo em direções contrárias nas pistas ao lado, e um casal em frente a uma das pilastras do viaduto se olha afetuosamente.



Figura 7 - Fotografia no início da obra *A noite da espera*, de Milton Hatoum

A escolha da fotografia não é acidental. O personagem principal do romance, Martim, é um adolescente que se muda com o pai de São Paulo para Brasília em 1968, após a separação dos pais. Na capital federal, o jovem vive novas experiências pessoais com seu grupo de amigos em meio à brutalidade crescente da ditadura militar instaurada em 1964, ao mesmo tempo em que lida com os conflitos que possui com o pai e sofre pela distância da mãe. Segundo a descrição da contracapa do livro, trata-se de um “romance de formação”, no qual os sonhos de jovens estudantes são confrontados com a crise das instituições.

A narrativa se inicia no ano de 1978, em Paris, quando um Martin adulto, revolvendo a papelada que tinha trazido do Brasil, encontra cadernos, fotografias, cartas e diários de amigos distantes, dentre outros textos, e começa a datilografá-los. A partir disso, o texto intercala trechos em primeira pessoa escritos pelo personagem em Paris, no ano de 1978, com trechos escritos durante o período entre 1968 e 1972, quando ele morou em Brasília, além de ocasionais cartas de parentes e amigos.

Milton Hatoum afirma que a cidade é um dos personagens do seu livro (HATOUM, 2020)<sup>22</sup>. Apesar de não ter baseado o personagem Martim em si próprio, ele utilizou a sua experiência de viver na cidade durante o período relatado na obra para compor o espaço e os sentimentos de viver lá durante uma ditadura. Não se trata de um livro de memórias, mas a sua memória individual é matéria-prima para a criação literária, a qual sofre também a influência de outras informações e experiências posteriores. Segundo Hatoum, esse é “o romance que contém mais coisas da sua vida” (BASTOS, 2017)<sup>23</sup>.

Em entrevista recente publicada no jornal Correio Braziliense, por ocasião do lançamento do segundo volume da trilogia, o escritor afirmou que “certos episódios e cenas do passado são parcialmente esquecidos, mas são justamente os lapsos ou lacunas que dão força à imaginação” (MACEDO, 2019)<sup>24</sup>. A literatura participa da

---

<sup>22</sup> A entrevista de Milton Hatoum faz parte do canal “História da Ditadura”, projeto criado em 2016 pelo historiador Paulo César Gomes, com foco na divulgação científica: <<https://www.youtube.com/watch?v=3-bPqrVdS-8>> (Acesso em 14.mai.2022).

<sup>23</sup> Na segunda entrevista mencionada no texto, o autor afirma que ficou perplexo com o “espelhamento da brutalidade daquela época e de certo autoritarismo hoje em voga”: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1928748-escritor-amazonense-lanca-obra-cujo-pano-de-fundo-e-a-repressao-militar.shtml>> (Acesso em 14.mai.2022).

<sup>24</sup> Para o autor, o passado não deve ser esquecido: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e->

construção da memória na composição dos espaços em branco de um quadro, colocando em movimento o que antes era estático e unidimensional.

A foto do ônibus no início do livro poderia ser analisada isoladamente como mais uma imagem histórica dos primeiros anos de Brasília, mas, antecedendo o romance, ganha camadas de significado sobre a vastidão dos espaços abertos do Plano Piloto de Lúcio Costa, a distância dos outros centros urbanos, o isolamento dos indivíduos e o distanciamento entre o poder e a sociedade – o Fusca que se movimenta em direção ao ônibus e ao casal parece até ser uma viatura de polícia, com uma luz sinalizadora no teto.

A obra se soma a outros textos e a imagens de Brasília, aumentando a rede de referências que se inscrevem, para usar a expressão de Renato Cordeiro Gomes, no “livro de registro da cidade”, onde (2008b, pp. 23-24):

(...) aí ela é inscrita enquanto texto, lugar sógnico do mundo dos discursos, do material e do político. Textos que falam a cidade, ou onde ela fala, com sua capacidade, da fabulação que embaralha a tendência racionalizadora geometrizante, dos poderes que, com os desejos, os sonhos, as experiências e as vivências dos homens, a querem ordenar e controlar.

(...)

O texto é o relato sensível das formas de ver a cidade; não enquanto mera descrição física, mas como cidade simbólica, que cruza lugar e metáfora, produzindo uma cartografia dinâmica, tensão entre racionalidade geométrica e emaranhado de existências humanas. Essa cidade torna-se um labirinto de ruas feitas de textos, essa rede de significados móveis, que dificulta a sua legibilidade.

A ideia de Gomes é que o livro de registro da cidade é composto por tudo que “ela produz e contém: documentos, ordens, inventários, mapas, diagramas, plantas baixas, fotos, caricaturas, crônicas, literatura... que fixam a sua memória” (GOMES, 2008b, p. 23-24). A cidade e a escrita estão ligadas de maneira indissolúvel, sem tornar possível uma leitura totalizante, mas apenas fragmentada, que permite visões e leituras diversas a depender da interpretação do leitor – como uma rede. Um texto remete a outro e assim por diante, na tensão entre a ordem que se pretende controlar o desenvolvimento da cidade e o caos que permite a realização do humano.

Buscando entender como o romance de Hatoum se insere nessa rede, a investigação do texto literário empreendida no presente capítulo seguirá quatro eixos

---

arte/2019/10/26/interna\_diversao\_arte,801052/milton-hatoum-pontos-de-fuga.shtml> (Acesso em 14.mai.2022).

que direcionam a análise sobre como o romance contribui para a elaboração da memória de Brasília, opondo-se à visão tradicional e distante sobre a cidade. Primeiramente, trataremos do par “Plano Piloto x Cidades-Satélites”, verificando como o texto reflete sobre a separação entre a cidade planejada de JK e os demais núcleos habitacionais que surgiram após a sua inauguração. Outro par de análise será o confronto entre “Público x Privado”, ou seja, como a cidade administrativa, composta majoritariamente por servidores públicos e criada para ser um exemplo para o país, recebe os conflitos entre interesses públicos e privados. No par “Situação x Oposição”, a análise tratará da oposição política na nova capital, idealizada para amortecer as disputas que dificultavam o governo no Rio de Janeiro. Por fim, em “Geração pai x Geração filho”, será abordado o conflito geracional na experiência de viver em uma cidade em construção durante um regime autoritário.

### **3.1. Plano-Piloto x Cidades-Satélites**

Em *As cidades invisíveis*, de Ítalo Calvino, texto de referência para a reflexão literária sobre a cidade, Marco Polo, mercador e explorador veneziano, descreve ao imperador mongol Kublai Khan cinquenta e cinco cidades do território do seu império. Nessa obra, segundo Adair Neitzel (2009, p. 151), “Calvino constrói uma narração que provoca a todo instante um olhar de espanto, não só por seus mistérios e segredos subterrâneos, mas principalmente pelo halo de indeterminação, imagens fugidias, que as envolvem”.

Uma das cidades invisíveis descritas por Calvino é Moriana, esplendorosamente adornada por portas de alabastro transparente, colunas de coral e aldeias inteiramente de vidro. Marco Polo adverte a Kublai Khan que “se não é a sua primeira viagem, o viajante já sabe que cidades como esta têm um avesso: basta percorrer um semi-círculo e ver-se-á a face obscura de Moriana” (CALVINO, 1990, p. 97).

Assim como ocorre com o visitante de Moriana, o viajante desavisado que chega a Brasília, fascinado pelo projeto do Plano Piloto e pelas obras arquitetônicas de Niemeyer, pode se surpreender com a existência do avesso da cidade, nascido à

contragosto dos seus idealizadores, onde vive a maior parte de sua população. As cidades-satélites, denominadas oficialmente regiões administrativas do Distrito Federal, não estavam previstas no projeto original da nova capital federal, mas surgiram da necessidade de proporcionar moradia aos trabalhadores que vieram de outras regiões do país para trabalhar na construção de Brasília.

Como visto no capítulo anterior sobre a história da cidade, a nova capital repetiu a divisão entre centro e periferia que marca todas as metrópoles brasileiras, talvez com maior realce do que em outros lugares, pois o afastamento geográfico vem acompanhado de outras marcas, como a inserção no funcionalismo público federal e o acesso a serviços públicos e a opções de lazer.

Em *A noite da espera*, a dicotomia entre Plano Piloto e cidades-satélites é entrevista em reflexões pessoais do personagem Martim, bem como em diálogos entre ele e outros personagens. No início da obra, em sua primeira incursão na cidade, o adolescente toma contato pela primeira vez com essa divisão territorial que segmenta a experiência de viver em Brasília (HATOUM, 2017, p. 27):

Saí do hotel à procura do centro da capital, mas não o encontrei: o centro era toda a cidade. Quando me perdia nas superquadras da Asa Sul, ou me entediava por não ver alma viva no gramado ao redor dos edifícios, andava até um setor comercial e a avenida W3 Sul, onde havia poucas pessoas, ônibus, carros. No caminho de volta, passei pela galeria do Hotel Nacional e parei diante da vitrine de uma livraria. Na porta, um homem gorducho, rosto sanguíneo, perguntou se eu estudava no Plano Piloto ou numa cidade-satélite. “Não sabe o que é uma cidade-satélite? Então chegou há pouco tempo. E chegou mal informado.”

“O centro era toda a cidade”, era essa a impressão do jovem que chegava pela primeira vez em Brasília para morar na Asa Norte com o seu pai, engenheiro contratado pela Novacap. Toda a cidade que ele conhecia, por onde circulava, restringia-se aos quilômetros quadrados do Plano Piloto, onde ainda havia poucas pessoas e veículos. O livreiro, no entanto, dá a dimensão da sua ignorância ao apresentá-lo à noção de cidade-satélite, essencial para entender a experiência de viver em Brasília.

A identidade ambígua de Brasília, dividida entre o Plano Piloto e as cidades-satélites, foi reforçada pelo discurso político que, segundo Lúcia Cidade e Luciana Moraes (2004, p. 23) aos poucos estabeleceu “uma imagem na qual a capital passou a ser identificada com o Plano Piloto, enquanto as cidades-satélites, embora integrantes

do Distrito Federal, passaram a constituir uma espécie de limbo”. Para as autoras, a distinção ficou clara quando a Lei nº 4.545/64, em seu art. 31, dividiu o Distrito Federal em oito regiões administrativas, sendo que a primeira, que incluía o Plano Piloto, recebeu então o nome de Brasília<sup>25</sup>.

A capital seria apenas a primeira região administrativa ou todo o Distrito Federal? Embora a Constituição Federal de 1988, ao estabelecer que é vedada a divisão do Distrito Federal em municípios<sup>26</sup>, permita concluir que os dois territórios – do Distrito Federal e de Brasília – são coincidentes, a percepção de que seriam entes distintos é presente até hoje. Em pesquisa de campo realizada por Cidade e Moraes com turistas e moradores do Distrito Federal e do seu entorno, 51% dos respondentes identificaram Brasília como o Plano Piloto, sendo que esse percentual subia para 60% se considerados apenas os moradores do próprio Plano Piloto, do Lago Norte e do Lago Sul (2004, p. 31).

No intuito de mitigar o sentimento de separação, o Decreto Distrital nº 19.040/98, considerando que as aglomerações urbanas do Distrito Federal já assumiam características de cidades, cada vez mais independentes social, econômica e culturalmente do Plano Piloto; que várias delas se constituem referência e polos econômicos e culturais de expressão distrital e regional; e que tinham avançado em termos de urbanização, vedou a utilização da expressão “satélite” em documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do Governo do Distrito Federal. A mudança pretendia simbolizar a igualdade entre as regiões, abandonando o sentimento da existência de um centro ao redor do qual as demais gravitavam.

Após o encontro com o livreiro, Martim relata à mãe (HATOUM, 2017, p. 27):

Brasília é uma cidade para quem tem asas ou pode voar. O espaço é tão grandioso que diminui os edifícios (blocos) do Eixo Monumental, manchados por um pó vermelho.

(...)

Meu pai está na Novacap, o escritório de engenharia e arquitetura: disse que vai comprar uma Rural-Willys, não pode viver sem carro em Brasília, e eu não queria viver aqui. Os bairros e avenidas têm siglas com letras e números,

---

<sup>25</sup> Atualmente, consoante o Anexo Único da Lei Complementar Distrital nº 958/2019, existem 33 regiões administrativas e a RA I é denominada Plano Piloto.

<sup>26</sup> Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição. (art. 32, “caput”, da CF/88)

me perdi no primeiro passeio pelas superquadras da Asa Sul, parecia que estava no mesmo lugar, olhando os mesmos edifícios. São bonitos, cercados por um gramado que cresce no barro; essa beleza repetida também me confundiu. Tudo confunde, nada lembra lugar algum. O céu é mais baixo e luminoso, e as pessoas sumiram da cidade. (p. 28)

O jovem logo percebe que é uma cidade para poucos, “para quem tem asas”. As ruas recém-construídas são vazias, não há pedestres, não é possível viver sem carro por lá. A uniformidade das quadras da Asa Sul, pensada para diminuir a diferença entre os novos habitantes, mesmo que adornada com o paisagismo ao redor de cada edifício, é confusa, não acolhe o novo habitante, que conclui que “as pessoas sumiram da cidade”.

Rodolfo, pai de Martim, apesar de ter chegado a Brasília na posição confortável de engenheiro da Novacap, ainda assim reclama das condições do seu novo apartamento, que está localizado na Asa Norte, então destinada aos funcionários públicos mais modestos (HATOUM, 2017, pp. 28-29):

Esses edifícios da Asa Norte foram construídos às pressas. A pintura da fachada desbotou, o reboco é uma porcaria, já está estufado. Inauguraram uma cidade que ainda é um canteiro de obras.

Rodolfo se irrita com o acabamento do nosso bloco na quadra 406 e com os ratos e baratas no lixo espalhado no térreo; irrita-se por morar na Asa Norte, o setor da capital que aloja funcionários modestos do governo e estudantes que pagam um aluguel barato ou invadem apartamentos desocupados. Ele se julga um alto funcionário, um engenheiro civil qualificado, razão por que merecia morar na Asa Sul.

“Nosso apartamento no Paraíso era bem menor que este”, eu disse.

“Era menor, mas você quer comparar o nosso bairro com essa Asa Norte? Isso não é bairro, não é nada. O que é que os arquitetos comunistas tinham na cabeça quando projetaram essa droga? No setor comercial tem uma padaria, um bar e umas lojas horrorosas, vazias. O transporte público é uma droga. O bloco vizinho é um pardieiro, e aqui mesmo está cheio de gente do interior de Goiás e Minas. Uns broncos. Um ônibus velho passa de hora em hora nessa avenida L2. A única vantagem é a tua escola, ali na entrada do campus da universidade.

Nesse trecho, o texto retrata como a cidade ainda estava pela metade, mesmo nas regiões valorizadas. Martim percebe, no seu primeiro Carnaval lá, que Brasília ainda era uma “cidade de forasteiros”, os quais iam embora para os respectivos Estados, e o Plano Piloto se esvaziava. Nas férias de julho, repete-se o mesmo fenômeno, só restando os “forasteiros sem família, ou sem lugar para onde ir” (HATOUM, 2017, p. 66). Os jovens da sua idade que não saíam de lá eram filhos dos operários que construíram Brasília e viviam nas cidades-satélites, os quais desde o início tinham adotado a nova capital como a nova moradia (HATOUM, 2017, p. 59).

O primeiro contato do personagem principal com a realidade para além do Plano Piloto se dá com o início da amizade com Lázaro, estudante do Centro de Ensino Médio Ave Branca, em Taguatinga, e líder estudantil que possui uma relação próxima com Dinah, colega de escola e posteriormente namorada de Martim. Lázaro é ator do mesmo grupo de teatro de Dinah e convive com os amigos dela, mas vive uma realidade bem diferente deles, pois mora com a sua mãe viúva em Ceilândia, a qual trabalha como cozinheira para os pais de Fabius, outro amigo de Martim, filho do diplomata Faisão (HATOUM, 2017, p. 88):

“Esse Lázaro me arranjou uma ótima cozinheira”, disse a embaixatriz.

“Arranjou? Como?”, perguntou Faisão.

“É a mãe dele, dona Vidinha”, sussurrou a mulher. “Quando esse rapaz passou por aqui, perguntei se conhecia uma empregada. É muito educado, nem parece que cresceu naquelas bandas do Núcleo Bandeirante.”

Na cena em que Martim e seus amigos vão até a casa de Lázaro, na Ceilândia, Hatoum fornece a descrição da precariedade da instalação da nova cidade-satélite naquele momento e informa o motivo de sua criação – eliminar as “favelas perto do aeroporto” que “horrorizavam a primeira-dama” (HATOUM, 2017, p. 106). Nesse ponto, há, ao que parece, uma pequena imprecisão nas datas, porque a entrada no diário de Martim indica um “domingo de maio, 1970” (HATOUM, 2017, p. 105), mas as remoções dos habitantes das antigas ocupações com destino a Ceilândia tiveram início em 27 de março de 1971 (“A história de Ceilândia”, 2021)<sup>27</sup>. Não obstante, o trecho contrasta com descrições anteriores do Plano Piloto planejado e urbanizado (HATOUM, 2017, p. 106-107):

Mais adiante vimos um lótus gigantesco de concreto armado: uma caixa d’água em construção. Numa área empoeirada, mães com filhos pequenos pechinchavam entre duas fileiras de tendas de plástico que vendiam bacias de latão, carne de sol, frutas e legumes; um homem tentava vender uma cabra num açougue improvisado sob uma tenda de lona, vísceras e pedaços de carne de boi pendiam de ganchos presos a uma travessa de madeira infestada de moscas. A Kombi ladeou a feira e seguiu pelo descampado, Dinah apontou um horizonte de vegetação calcinada, onde se erguiam barracos cobertos de plástico preto e folhas de zinco.

“Ceilândia”, ela disse. “As favelas perto do aeroporto horrorizavam a primeira-dama. Muitos moradores das Vilas Operárias e do Núcleo Bandeirante foram transferidos para cá.”

Descemos da Kombi e atravessamos uma ponte tosca de madeira sobre um córrego enlodado. Os lotes eram delimitados por pedaços de pau cravados na terra; poucas árvores, uma e outra palmeira no cerrado queimado. Crianças e mulheres carregavam tábuas, homens cavavam a terra para fincar estacas. Recordei os rostos imigrantes fotografados por tio Dácio, mas o que eu via agora não eram imagens num papel: as pessoas estavam ali, carregando

---

<sup>27</sup> Fonte: <<https://www.ceilandia.df.gov.br/2019/11/08/a-historia-de-ceilandia/>> (Acesso em 21.abr.2022).

caibros, pontas de pau, ripas, pedaços de plástico preto e objetos de uma mudança recente. Porcos, bodes e cabras estavam amarrados em tocos de palmeiras, cachos de galos e galinhas tremiam, as patas atadas por um cordão; árvores e arbustos abatidos eram disputados para juntar lenha ou talhar um banco. Dinah entrou num barraco caiado, o único com cobertura de telhas de barro; beijou uma mulher magra, olhos grandes no fundo do rosto alegre; a mulher abraçou Fabius e o Nortista, e, quando estendeu a mão para mim, reconheci dona Vidinha, a cozinheira do casal Faisão.

“O embaixador pagou um caminhãozinho pra fazer a mudança, os caminhões do governo tavam lotados, um montão de gente nesse cerradão. Lázaro, o padre e os amigos da igreja construíram o barraco. Dinah também ajudou. Pegou o martelo e botou prego na madeira. Agora sou dona de uma casa, nunca mais vou voltar pro Morro do Urubu.”

Dona Vidinha nos levou até os fundos e mostrou o banheiro: um cubículo de madeira com uma fossa. Ao lado, um forno de tijolos com uma chapa de latão sob uma cobertura de zinco.

“Vou ganhar um fogão da patroa. Lázaro traz água de uma cacimba e junta pedaços de pau queimado ali mesmo, no cerrado. A gente pega um saco de fubá no posto do governo. Sempre tem fila, um povaréu danado, mas os vizinhos ajudam. Só não tem luz. Chega gente todo dia, gente conhecida, lá do Núcleo, das Vilas Operárias.”

O contato com a miséria de Ceilândia, naquele momento quase rural, incomoda Martim (HATOUM, 2017, pp. 107-108):

“(…) Em julho vou de ônibus para Goiânia e depois vou a pé para Trindade. Quero rezar na Festa do Divino e fazer uma promessa para o meu Lázaro.”

“Promessa?”

“Trabalhar um ano todinho sem feriados, Fabius. Queria trabalhar até domingo, mas minha patroa não quer. Tua mãe disse que domingo é dia de missa e descanso.”

Dinah ouvia atenta, Fabius mastigava um pedaço de bolo, o Nortista olhava as rachaduras no piso de cimento. Eu observava o rosto da mulher, ainda visível no começo da noite. Ceilândia parecia outra existência na trama do tempo, a abominação da miséria me angustiava, como se a vida na Asa Norte estivesse ameaçada.

(…)

O cheiro do lodo penetrava no barraco cheio de moscas. Choro de bebês e crianças, zoada de cacarejos, balidos, grunhidos. (p. 108)

Lázaro é admirado e respeitado pelos amigos, mas em alguns momentos a sua origem é usada na narrativa como fonte de ofensas à sua pessoa, como no episódio em que ele critica um poema escrito por Ângela, filha de um senador que apoia o regime militar, a qual revida perguntando se ele leu os grandes poetas brasileiros e estrangeiros “em Ceilândia, no barraco da mãe dele” (HATOUM, 2017, p. 112).

O cenário descrito por Hatoum remete aos primeiros anos das cidades-satélites, quando a discrepância entre o Plano Piloto e as demais regiões do Distrito Federal era gritante em termos socioeconômicos. Atualmente, a criação de novas regiões administrativas, bem como a crescente urbanização das antigas, permite identificar uma mudança no perfil dos seus moradores, os quais incluem cada vez mais

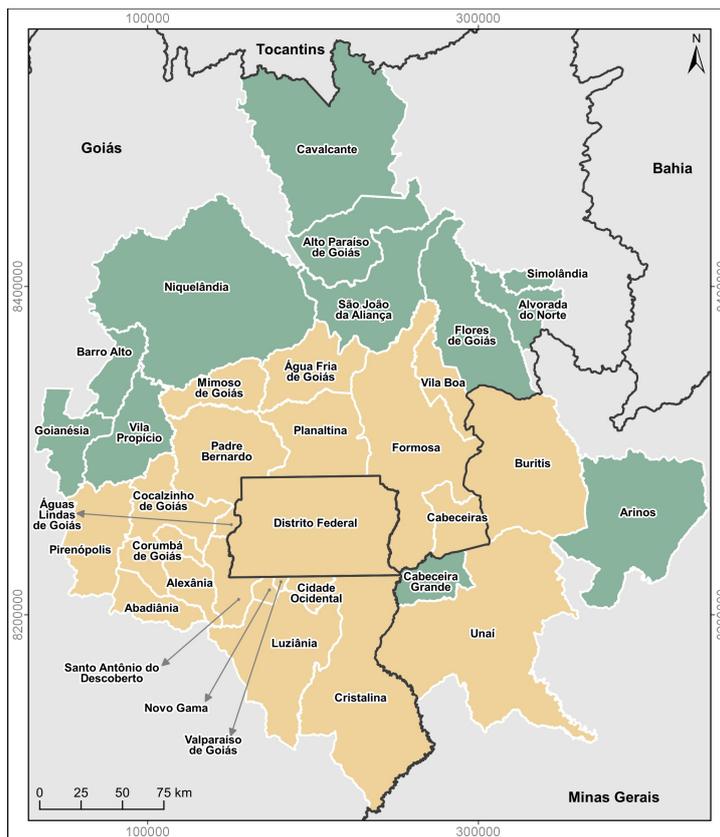
pessoas de classe média que desejam levar um estilo de vida distinto daquele proporcionado pelo Plano Piloto, como no caso dos condomínios horizontais no Jardim Botânico e em Sobradinho, ou dos condomínios verticais com amplas áreas de lazer em Águas Claras, no Guará e no Park Way.

Do ponto de vista laborativo, também se nota a diminuição da preponderância do Plano Piloto, visto que a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD de 2018, realizada pela CODEPLAN (Companhia de Planejamento do Distrito Federal), indicou que 41% dos entrevistados ocupados exerciam suas atividades profissionais no Plano Piloto, o que mostra o fortalecimento econômico das demais regiões administrativas (COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL, 2018)<sup>28</sup>.

A diferença é maior hoje na comparação entre moradores do Distrito Federal e dos municípios de Goiás e Minas Gerais que compõe a RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, criada pela Lei Complementar nº 94/1998, regulamentada pelo Decreto nº 7.469/2011 e ampliada pela Lei Complementar nº 163/2018, e a AMB – Área Metropolitana de Brasília, definida pela CODEPLAN na Nota Técnica nº 01/2014, com doze municípios também integrantes da RIDE. A população do Distrito Federal e de todos os municípios da RIDE totaliza quase R\$ 4 milhões de habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010 (COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL, 2020, pp. 71-73).

---

<sup>28</sup>Fonte: <[https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Destaques\\_PDAD\\_revisado.pdf](https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Destaques_PDAD_revisado.pdf)> (Acesso em 14.mai.2022).



Limite Estadual *State Boundary/Limite Estadual*  
**Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno - RIDE-DF**  
*Integrated Region of Development of the Federal District and Surroundings - RIDE-DF/*  
*Región Integrada de Desarrollo del Distrito Federal y Entorno - RIDE-DF*  
 Municípios pertencentes à RIDE definida pela Lei Complementar n° 94 de 19 de fevereiro de 1998  
*Cities belonging RIDE defined by the Brazilian Complementary Law N° 94 of February 19 1998/*  
*Municipios pertenecientes a la RIDE definida por la Ley Complementar n. 94 de 19 de febrero de 1998*  
 Municípios acrescentados à RIDE pela Lei Complementar n° 163 de 14 de junho de 2018  
*Cities added to RIDE by the Brazilian Complementary Law No 163 of June 14 2018/*  
*Municipios añadidos a la RIDE por la Ley Complementar n. 163 de 14 de junio de 2018*  
 Sistema de Coordenadas UTM, Zona 23 Sul, Datum Sirgas 2000. Fonte: Distrito Federal, 2018. Elaboração: DEURA/CODEPLAN.

Figura 8 - Mapa da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno - RIDE-DF<sup>29</sup>

<sup>29</sup> Fonte: ATLAS DO DISTRITO FEDERAL, 2020, p. 71.

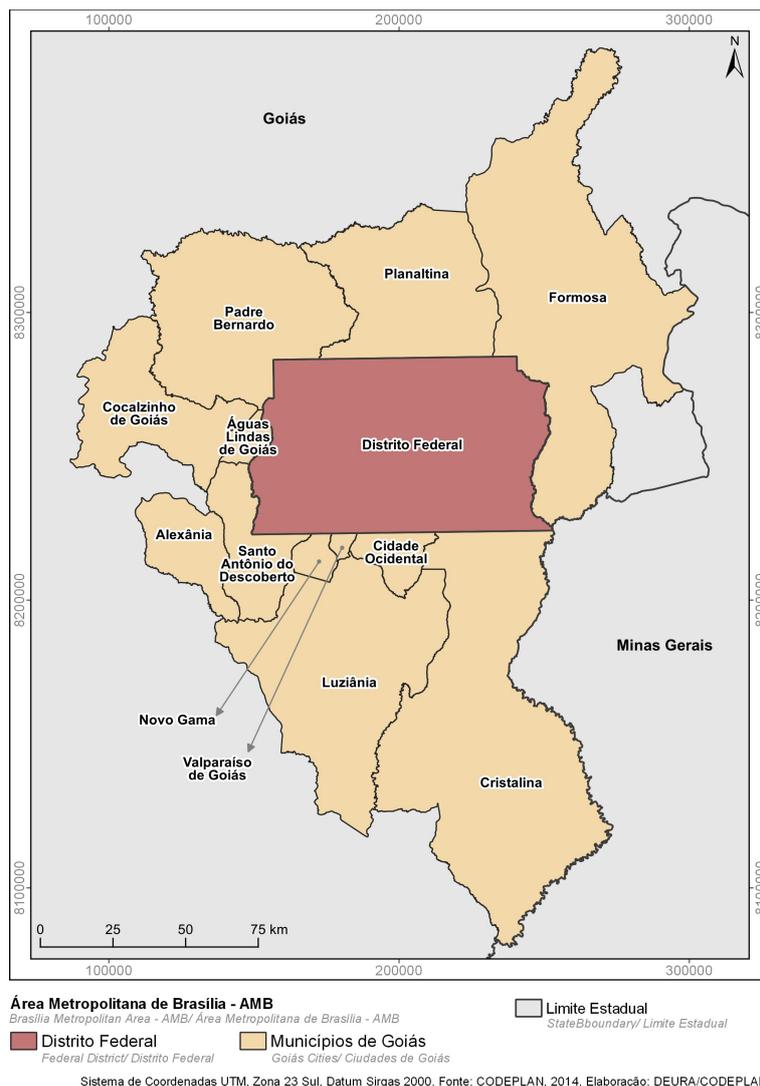


Figura 9 - Mapa da Área Metropolitana de Brasília - AMB<sup>30</sup>

Conforme dados do último Atlas do Distrito Federal, publicação oficial da CODEPLAN, existe uma grande desigualdade social no DF, caracterizada pela variação da distribuição de renda entre as Regiões Administrativas, com uma concentração maior de pessoas com renda *per capita* superior a R\$ 5 mil nos locais adjacentes ao Plano Piloto (COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL, 2020b, p. 83):

<sup>30</sup> Fonte: ATLAS DO DISTRITO FEDERAL, 2020, p. 72.

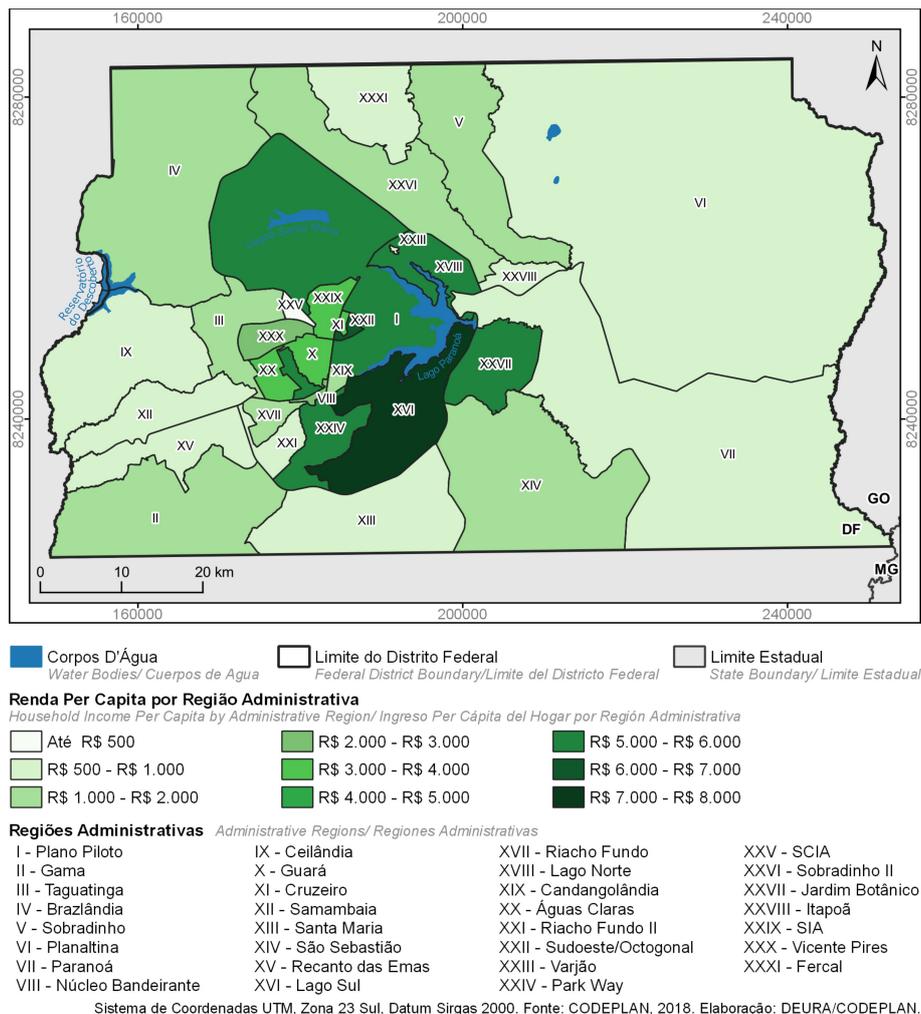


Figura 10 - Renda per capita por Região Administrativa do Distrito Federal<sup>31</sup>

A comparação com os municípios da Área Metropolitana de Brasília mostra uma distância ainda mais expressiva. Grande parte de sua população trabalha no Distrito Federal, mas, apesar disso, a renda *per capita* média desses municípios era de R\$ 661,00 em 2018, enquanto a dos moradores do DF alcançava R\$ 2.461,00, conforme dados da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios da CODEPLAN, consolidados pela Agência Senado. A mesma notícia informa que quase 60% dos moradores de Águas Lindas de Goiás, que já foi considerado o município mais violento do país, trabalham no DF; Novo Gama vem em segundo lugar (56,6%), seguido por Valparaíso (55%), Cidade Ocidental (52,30%), Santo Antônio do Descoberto (50,7%) e Planaltina de Goiás (49,70%) (SASSE, 2020)<sup>32</sup>.

<sup>31</sup> Fonte: ATLAS DO DISTRITO FEDERAL, 2020, p. 83.

<sup>32</sup>Fonte: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/05/brasil-e-cercada-por-cinturao-de-pobreza-apesar-de-dinamismo-economico-da-regiao>> (Acesso em 14.mai.2022).

## Desigualdade

Indicadores comprovam pobreza e dependência do Entorno em relação ao Distrito Federal

cidade	% dos que trabalham no DF	renda per capita	% de pessoas com nível superior
Águas Lindas de Goiás	58,1	R\$ 584	3,5
Novo Gama	56,6	R\$ 607	4,2
Valparaíso de Goiás	55	R\$ 791	7,6
Cidade Ocidental	52,3	R\$ 674	5,2
Sto. Antônio do Descoberto	50,7	R\$ 592	3,9
Planaltina	49,7	R\$ 633	3,9
Luziânia	28,1	R\$ 626	7
Cocalzinho de Goiás	24,6	R\$ 574	3,9
Padre Bernardo	17,2	R\$ 590	4,8
Formosa	9,8	R\$ 768	9,3
Alexânia	6,6	R\$ 711	6,3
Cristalina	2,2	R\$ 749	5,2
Média da Periferia Metropolitana de Brasília	-	R\$ 661	5,67
Distrito Federal	-	R\$ 2.461	33,9

Fonte: PMAD 2018/Codeplan

agência senado

Figura 11 - Tabela com dados das cidades do Entorno do Distrito Federal, elaborada pela Agência Senado

A consolidação da metrópole de Brasília, desde o início marcada pela fragmentação polinucleada, mantém a tendência, agora com a inclusão da população de outros municípios considerados cidades-dormitórios, cada vez mais distantes do Plano Piloto. Segundo Mauro Barbosa Junior (2015, p. 30), a expansão da periferia do Distrito Federal coincide com a expansão da moradia precária. Nessa divisão territorial, há ainda hoje uma correlação entre renda e funcionalismo público. Conforme Brasilmar Nunes (2014, p. 950):

O Plano Piloto e adjacências (Lagos Norte e Sul, Sudoeste, Cruzeiro, Guará, Jardim Botânico, Águas Claras e Park Way) embora abriguem apenas cerca de 25% da população total do Distrito Federal, concentram cerca de 51% dos postos da administração pública e renda média domiciliar mensal superior a 19 salários mínimos. As demais Regiões Administrativas, contudo, com 75% da população, reúnem 49% dos postos de trabalho no serviço público e renda média domiciliar de 5,6 salários mínimos.

O autor destaca o prestígio conferido a alguém que ostenta esses símbolos de *status* social, o endereço no Plano Piloto e o funcionalismo público como local de trabalho, os quais superam critérios objetivos como renda, educação, posição funcional etc (NUNES, 2014, p. 953).

Na obra de Hatoum, o personagem Lázaro também introduz a realidade dos candangos, uma vez que o seu tio foi um operário pioneiro. No capítulo em que Martim e Dinah vão ao velório do tio de Lázaro na Vila Planalto, o seu discurso representa o

orgulho que animava os antigos candangos de terem participado da epopeia de Brasília, não obstante as condições de vida a que foram submetidos (HATOUM, 2017, p. 131):

Fizemos uma longa caminhada do campus à Vila Planalto, onde Dinah ia visitar uns parentes de Lázaro. Na calçada de uma casa perto da igreja, Lázaro saiu de uma roda de pessoas humildes e bem-vestidas e abraçou Dinah.

“Minha mãe deu o recado”, ela disse.

Era o velório do tio de Lázaro.

“Meu tio foi um dos primeiros candangos. Conheceu Juscelino Kubitschek e ganhou medalha de operário pioneiro.”

Na sala, os vizinhos contavam histórias sobre a construção de Brasília, um retrato do ex-presidente cobria o peito do defunto: o rosto sorridente de JK, os olhos fechados do operário mineiro, iluminados por velas brancas em cada canto do caixão. A mãe de Lázaro segurava um terço de contas pretas e rezava baixinho.

A situação da Vila Planalto destaca-se em relação às outras cidades-satélites pela sua proximidade com o Plano Piloto, estando localizada a poucos quilômetros da Praça dos Três Poderes. Conforme relata Matías Pacheco (2015, p. 12), “a Vila foi um antigo acampamento de obras que, após o seu tombamento, intensificou o processo de transformação urbana, perdendo muitas de suas características patrimoniais, e que atualmente enfrenta uma forte valorização imobiliária”. O autor identifica no local um processo de gentrificação, em que ocorre a transformação de um “bairro pobre urbano ou de nível de renda baixo em um bairro de maior nível de renda, de classe média ou média alta residencial ou comercial”, o que leva ao deslocamento de pessoas (PACHECO, 2015, p. 10).

Na trama de *A noite da espera*, a Vila Planalto ainda é caracterizada como um local de residência dos candangos, “pessoas humildes e bem-vestidas”, mas, em especial após o tombamento em 1988, o bairro tornou-se lugar atraente para a classe média, segundo Pacheco (2015, p. 82), “primeiro, pela centralidade e proximidade com o eixo monumental; e segundo, pelo reconhecimento de suas características físicas e sociais como um valor histórico, eliminando o estigma de invasão”. O tombamento, nesse caso, não garantiu a preservação das características originais do acampamento, nem a permanência dos candangos no local.

Martim também tem contato com trabalhadores de Brasília quando deixa de morar com Rodolfo, seu pai, que desocupa o apartamento da Asa Norte para se mudar para a Asa Sul com a nova namorada. Martim vai, então, morar com o amigo Nortista em um quarto de uma casa na W3 Sul, alugado de um casal que veio para Brasília em

busca de melhores condições de vida. O relato mostra que, mesmo morando na Asa Sul, o casal não tem o mesmo status das famílias de Martim e seus amigos: a origem operária não os abandona mesmo com a mudança geográfica para o centro do Plano Piloto (HATOUM, 2017, p. 133):

Dinho e Graça, os donos da casa, são baianos. Viveram catorze anos em São Paulo, e em 1964 se mudaram com os dois filhos para a capital. Dinho é mestre de obras no Plano Piloto e nas cidades-satélites; se Brasília parar de crescer, a família vai voltar para São Paulo; Graça faz as mãos e os pés de mulheres de políticos, recebe gorjetas polpudas e ganha roupa de clientes que engordaram.

Mostrando a diferença na vida dos personagens conforme o local onde vivem em Brasília, a obra apresenta uma faceta da cidade que é desconhecida de quem é de fora, como era o caso de Martim no início da narrativa. Embora não seja possível considerá-la como um retrato atual da cidade, que cresceu e se modificou nos mais de cinquenta anos de intervalo entre os anos iniciais narrados por Hatoum e os dias de hoje, as marcas de separação entre as regiões do Distrito Federal e do Entorno encontram raízes nas diferenças estabelecidas naqueles primeiros tempos.

Se, por um lado, a população das cidades-satélites se diversificou, mudando de perfil em comparação com a Ceilândia de 1970 onde residiam Dona Vidinha e Lázaro, o contraste maior é hoje entre o Distrito Federal e o Entorno. A Vila Planalto, apesar de estar hoje regularizada, não é mais um bairro operário, mas vem cada vez mais se aproximando da realidade do Plano Piloto, sendo ocupada por restaurantes sofisticados e residências de alto padrão.

A obra de Hatoum preserva a origem das desigualdades territoriais de Brasília, as quais, ante a grandiosidade da área histórica tombada, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade, podem ficar em segundo plano. Com a memória das experiências dos primeiros habitantes da capital, as maneiras pelas quais essas desigualdades surgem e são perpetuadas podem ser mais bem compreendidas e até mesmo transformadas.

### **3.2. Situação x Oposição**

Um dos objetivos da mudança da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central era, como visto em capítulo anterior, minimizar as condições para a manifestação da oposição política, a qual criava um clima de tensão constante que dificultava o exercício do governo. O Rio, que tinha sido palco, nas décadas anteriores à presidência de JK, de golpes, revoltas e conspirações de todo o tipo, era considerado um barril de pólvora, uma cidade ingovernável (GOMES, 2008, p. 144).

A expectativa era que em Brasília, onde não haveria um movimento político, sindical e estudantil tão organizado como no Rio, seria mais fácil a tomada de decisões eventualmente impopulares, o que viabilizaria a concretização de projetos políticos e a integração nacional vislumbrada por JK e seus apoiadores.

O registro histórico desse objetivo, somado à distância de Brasília do eixo Rio-São Paulo, pode dar a impressão de que não existe oposição política na nova capital, onde os políticos estariam isolados e imunes a críticas e protestos por parte da população. A memória da cidade, no entanto, mostra que, desde os primeiros anos, houve forças de resistência manifestando as discordâncias da população quanto aos rumos do governo federal, mesmo em regimes de exceção.

Nesse contexto, a criação da Universidade de Brasília (UnB) representou o surgimento de um espaço de reflexão e crítica que deu início a grupos de contestação ligados ao movimento estudantil. O estudante de geologia Honestino Guimarães, o qual ingressou na UnB em 1965, chegou a ser presidente da União Nacional de Estudantes (UNE), o que mostra a relevância nacional que as organizações de Brasília alcançaram (ALVES, 2019)<sup>33</sup>. Honestino desapareceu em 1972, após ser preso no Rio de Janeiro, e seu corpo nunca foi encontrado, sendo uma das vítimas da ditadura militar (“Desaparecido há 42 anos, Honestino Guimarães recebe anistia”, 2014)<sup>34</sup>. O líder estudantil dá nome atualmente ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UnB.

Existem iniciativas em Brasília para preservar a memória desses acontecimentos, como o PROMEMEU – Projeto Memória do Movimento Estudantil, idealizado por alunos do curso de História da Universidade de Brasília, na década de 80,

---

<sup>33</sup> Fonte: <<http://www.dex.unb.br/noticias/643-memoria-sobre-movimento-estudantil-serve-de-reflexao-para-lutas-atuais>> (Acesso em 15.mai.2022).

<sup>34</sup> Fonte: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/04/desaparecido-ha-42-anos-honestino-guimaraes-recebe-anistia.html>> (Acesso em 20.mai.2022)

e hoje incorporado ao Arquivo Central da UnB (“PROMEMEU”, [s.d.]<sup>35</sup>, além de centros de memória criados por departamentos específicos, e a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília (CATMV/UnB), cujo relatório foi apresentado em 2015.

Na literatura, *A noite da espera*, de Hatoum, traz um retrato da oposição ao regime militar em Brasília no final da década de 1960 e começo da década de 1970, dentro e fora da Universidade de Brasília. Mesmo que os eventos não tenham ocorrido exatamente da forma descrita no texto, a vivência de Hatoum na cidade durante esse período serviu de matéria-prima para a criação literária, tornando o romance um registro dos acontecimentos da época.

Milena Magri, em sua tese de doutorado, identificou em crônicas de Hatoum informações sobre a sua militância estudantil no período em que ele morou em Brasília e São Paulo, nas décadas de 1960 e 1970. O autor expõe nesses textos suas memórias de agressões sofridas pela polícia, de torturas que ocorreram bem próximo a ele, e de amigos desaparecidos e mortos; essas recordações, segundo a autora, “apresentam uma visão desencantada com o presente, tomado por uma política corrupta e uma sociedade escandalosamente desigual; prova de que as lutas da juventude contra a ditadura e por uma sociedade mais justa fracassaram” (MAGRI, 2015, p. 218).

Em *A noite da espera*, a oposição ao regime militar aparece logo nas primeiras experiências de Martim em Brasília, quando ele conhece os estudantes do grupo de teatro do Centro Integrado do Ensino Médio (CIEM), escola que realmente existiu e era ligada à UnB (HATOUM, 2017, p. 40):

Sexta: as aulas da tarde foram canceladas, a maioria dos alunos do Centro do Ensino Médio tinha ido à assembleia no campus. Durante o almoço no bandeirão, os universitários falavam de comícios-relâmpago e protestos em vários lugares: rua da Igrejinha, praça Vinte e Um de Abril, calçada da Thomas Jefferson... Um alto-falante no barracão da Federação de Estudantes transmitia uma música estranha, parecia marcha militar.

Na cena seguinte, Martim conversa com Dinah sobre um encontro mais tarde perto da Igrejinha e depois segue em direção à Asa Sul, onde presencia uma abordagem violenta a duas pessoas na rua (HATOUM, 2017, pp. 40-41):

---

<sup>35</sup> Fonte: <<http://arquivocentral.unb.br/acervo/promemebu#documentos>> (Acesso em 15.mai.2022).

Alguém chamou Dinah, os ombros nus sumiram. Dei uma espiada pela janela do barracão: dois estudantes enchiam garrafas com um líquido claro e colocavam estopa no gargalo; Dinah e um cara magro escreviam numa faixa de pano a palavra “Assassinos”. Quando ela me viu, foi até a janela e disse que a gente podia se encontrar às cinco da tarde na Igrejinha; voltou para o mesmo lugar, o magricela aumentou o volume da marcha militar; me afastei desse barulho, decidido a ir ao cinema, depois me encontraria com Dinah na Igrejinha. O ônibus para a Asa Sul, parou no começo da W3, bloqueada. Desci por uma rua paralela, a W2, e, quando me aproximava do Cine Cultura, vi a Escola Parque e a Praça Vinte e Um de Abril cercadas por viaturas policiais; a sirene de uma radiopatrulha me assustou, corri na direção da W1 e me encostei numa coluna de um bloco da 308, perto da Igrejinha. Por que estava fugindo e me escondendo? O zelador do bloco saiu de uma guarita azul e perguntou o que eu fazia ali. “Nada”, respondi. “Só queria ir ao cinema”. Ele indicou a direção do Cine Brasília como se me mandasse embora. “O cinema tá fechado”, disse, “os estudantes vão fazer passeatas e comícios, o pau vai comer nesta bagunça”. Voltou para dentro da guarita. Fui até a Igrejinha, contornei o pequeno templo fechado, observando os painéis de azulejos com desenhos azuis e brancos: pássaros voando para o chão, em queda vertical. Só então li o panfleto. Falava do assassinato do estudante no Rio, a palavra “liberdade” apareceu seis vezes. Dinah tinha escrito o texto? Um Dauphine branco passava devagar pela W1 e brecou perto de uma Veraneio na contramão. O motorista da Veraneio acendeu o farol alto, mas ainda não estava escuro. Dois homens à paisana saíram da Veraneio e agarraram o motorista do Dauphine; outro homem, mais forte, físgou do banco traseiro uma moça baixinha e magra. Algemou-a e enganchou no pescoço dela o polegar e o indicador, feito uma forquilha. O motorista do Dauphine foi arrastado até a frente da Veraneio, o clarão dos faróis o cegava enquanto ele se defendia dos socos e pontapés; a moça magra foi arrastada até o clarão, depois o corpo amolecido e ensanguentado do motorista do Dauphine foi jogado no porta-malas da caminhonete, a moça e os policiais sentaram no banco traseiro e a Veraneio tomou o rumo do Eixo Rodoviário. Tudo ficou silencioso, o carro branco no mesmo lugar, portas abertas. Vomitei a gororoba do almoço, joguei o panfleto no gramado seco. O desejo de ver Dinah na Igrejinha era tão grande quanto o medo.

Pela data da entrada do diário de Martim (31 de março de 1968), o texto faz referência ao estudante Edson Luís de Lima Souto, assassinado no Rio de Janeiro em 28 de março de 1968, quando almoçava no restaurante Calabouço, que atendia alunos carentes. Naquele dia, os estudantes organizavam uma passeata para protestar contra as más condições do local, mas foram surpreendidos pelas viaturas policiais que cercaram o imóvel. O embate resultou na morte de Edson Luís e deu ensejo a uma série de protestos no Rio e em outras cidades brasileiras contra a ditadura militar (BRAGA, [s.d.]).

Para o narrador, “ir da Asa Sul à Asa Norte era como viajar para outra cidade, não há ruas nem becos sinuosos por onde fugir, os imensos espaços livres de Brasília são uma armadilha” (HATOUM, 2017, p. 41). Esse trecho que mostra o impacto do urbanismo da cidade nas manifestações públicas pelas ruas e nas abordagens policiais.

A partir do capítulo quatro, a tensão entre os estudantes e as forças policiais cresce e culmina na descrição da invasão da UnB em 1968. Há o relato de uma primeira incursão de camburões e viaturas no *campus*, de um protesto contra o embaixador dos Estados Unidos que palestrava sobre a doação de livros à Biblioteca Central e, por fim, da invasão militar que resultou no espancamento, prisão e tortura de estudantes e funcionários (HATOUM, 2017, pp. 47 e 53-54):

Barulho na avenida L2: camburões e viaturas da polícia entravam no campus, soldados cercavam minha escola e o acesso à UnB. Não pude comer no bandeirão, nem mesmo sair do apartamento. (p. 47)

Quando vi uma folha de papel escapar da fogueira de livros na quadra de esportes, pensei num poema sobre essa página de literatura em língua inglesa. Recordei o rosto assustado do embaixador dos Estados Unidos no Auditório Dois Candangos, onde o diplomata comentava a doação de centenas de livros norte-americanos à Biblioteca Central da UnB; falava em português, sem olhar as faixas com protestos contra a Guerra do Vietnã e o acordo MEC-Usaid. Um loiro franzino se aproximou do palco e ergueu um cartaz: “Apoiamos a luta dos operários e estudantes franceses”. Na primeira fila, um homem de paletó e gravata se levantou e falou à plateia: “Sou Romero Blanco, professor de antropologia. É um absurdo interromper a palestra do embaixador...”.

Um pano com tinta negra atingiu o rosto de Blanco, na confusão caí fora do auditório, corri até a Oca e fiquei no balcão do alojamento. O carro do embaixador deixou o campus, escoltado por batedores, como se estes acompanhassem um féretro. Vi um grupo de estudantes jogar pilhas de livros na quadra de esportes; vi o fogo alastrar-se na colina de papel, escutei estalos de folhas queimadas, uma crepitação de gafanhotos torrados vivos. Dinah discutia com dois estudantes incendiários, o Nortista pegava livros no piso da quadra e colocava-os numa sacola. Saí da Oca e atravessei uma área de barro que terminava na avenida L2. Entrei no quarto para escrever um poema sobre uma página de poesia planando na vastidão do cerrado.

Fiquei pensando, não escrevi o poema. Nada.

(...)

Numa quinta-feira de agosto, quando o campus da UnB foi invadido e ocupado, professores, alunos e deputados de oposição foram espancados e presos, os laboratórios dos cursos de medicina e biologia, destruídos, os animais na mesa de cirurgia agonizaram até a morte, um estudante de engenharia foi baleado na testa... As incursões da polícia ao campus continuaram até o fim do semestre. (p. 53-54)

Nesse trecho, há também uma imprecisão histórica em relação aos fatos, uma vez que o protesto contra o embaixador norte-americano John Tuthill ocorreu em 1967, antes do período abarcado pelo romance. O relato de participantes do evento confirma a violência da polícia e permite concluir que ele representou uma linha de ruptura na trajetória do movimento estudantil, já que a partir daí o embate com a ditadura passou a ser mais direto (FARIA, 2017).

O relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, criada pela Resolução da Reitoria/UnB nº 85/2012, para apresentar à comunidade acadêmica e à

sociedade a análise circunstanciada sobre as violações de direitos humanos e liberdades individuais na Universidade de Brasília durante o período de 1º de abril de 1964 a 5 de outubro de 1988, demonstra o impacto que a estrutura repressiva formada no Brasil após o golpe de 1964 teve na universidade.

Tratando do protesto contra a visita do embaixador norte-americano, o relatório apresenta depoimento, retirado de inquérito policial militar (IPM) elaborado após o protesto pela morte de Edson Luís, segundo o qual “era voz corrente na UnB que Román Blanco tinha ajudado a polícia, fechando a porta da Biblioteca para impedir fugas de estudantes”. O episódio levaria, meses mais tarde, a que a Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB), então presidida por Honestino Guimarães, enviasse carta ao reitor exigindo a demissão do professor Ricardo Román Blanco (COMISSÃO ANÍSIO TEIREIXA DE MEMÓRIA E VERDADE, 2015, pp. 98-99).

Quanto à invasão de agosto de 1968, o Relatório conclui que o tamanho da operação montada pelas forças oficiais não sustenta a justificativa oficial de que a entrada da polícia era necessária para o cumprimento de mandados de prisão expedidos contra alguns estudantes (COMISSÃO ANÍSIO TEIREIXA DE MEMÓRIA E VERDADE, 2015, p. 125):

(...) o terrorismo de Estado é um instrumento de terror, usado propositalmente para espalhar pânico e insegurança numa determinada população. Nesse sentido, assassinatos, torturas também podem servir como instrumentos de terror, espalhando o medo. No caso da UnB, além disso, a invasão contou com o teor de racionalidade, uma vez que o “excesso” foi claramente planejado também. Também porque o *campus* já tinha sido alvo de cercos policiais anteriores, é forçoso se concluir que a operação não foi improvisada. A proporção, como podemos ver nos relatos que falam em tropas, metralhadoras, bombas de gás, caminhões, viaturas de vários tipos, espancamentos generalizados, preparo militar (como o uso de máscaras para proteção contra gás lacrimogêneo em ambientes fechados) soa exagerada, tendo em vista a prisão de cinco ou seis estudantes no ambiente universitário, num dia comum de trabalho e estudos.

O romance de Hatoum registra que a UnB não estava prevista no projeto original de Brasília, bem como que muitos professores que não comungavam da orientação política dos militares foram desligados após o golpe de 1964. O medo era um sentimento que arrefecia a militância de alguns estudantes, os quais, diante do agravamento do regime com a edição do AI-5, temiam represálias mais duras (HATOUM, p. 111):

“(…) Dinah e Lázaro escreveram um artigo sobre a história da UnB. Eu tinha lido o artigo. Nem sabia que no projeto original de Brasília não tinha uma universidade. O artigo comenta essa falha no capítulo ‘Uma capital sem saber?’. Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira batalharam para incluir a UnB no plano urbanístico de Brasília. O artigo analisa as crises da universidade desde o golpe de 64 e a demissão de mais de duzentos professores no ano seguinte. Defendi a publicação do artigo, mas Fabius disse que o texto ocuparia metade da revista. Ele tava com medo, isso sim. (...)”

Nesse ponto da narrativa, os personagens fazem também menção a Honestino Guimarães, o líder estudantil vítima da ditadura militar que mencionei anteriormente. Na obra de Hatoum, ele aparece sob a alcunha de Geólogo, referência ao seu curso universitário (HATOUM, 2017, p. 113):

Antes de começar a leitura do texto, Lázaro e Dinah se isolaram num canto do auditório; falaram sobre a liderança do Geólogo, capaz de mobilizar e convencer os estudantes. Ele surgia de repente num comício-relâmpago no campus, na W3 Sul, numa cidade-satélite, e sumia antes do perigo e da ameaça. Não denunciou ninguém quando ficou dois meses na cadeia em 68, e no ano passado liderou os protestos de junho. Quando Lázaro e Dinah falavam baixo, com uma cumplicidade dos que festejam segredos, o Geólogo se agigantava na minha imaginação.

A memória da militância de Honestino, preservada na obra, é mais um elemento que contribui para a criação de uma história a contrapelo, para utilizar a expressão consagrada de Walter Benjamin (1994, p. 238). Há uma disputa, ainda hoje, sobre o papel que lhe cabe na história de Brasília, o que fica evidente na disputa jurídica quanto ao nome de uma das pontes sobre o lago Paranoá ligando o Plano Piloto ao Lago Sul.

Em 2015, o então governador Rodrigo Rollemberg sancionou lei aprovada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) alterando o nome da ponte de Costa e Silva, em referência ao general que governou o Brasil entre 1967 e 1969, para Honestino Guimarães. Em 2017, uma decisão do Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), em ação popular proposta por oito cidadãos determinou a volta ao nome anterior, sob o fundamento de que formalidades no processo legislativo não teriam sido respeitadas. A CLDF aprovou novamente, em 2021, a alteração do nome da ponte para Honestino Guimarães, dessa vez após a organização de audiência pública, como exige a legislação. O atual governador, Ibaneis Rocha, no entanto, vetou o projeto de lei, alegando que o "momento histórico não pode ser esquecido" (ALVES, 2021).

O embate mostra uma evidente disputa quanto a quem deve receber a homenagem pública de nomear uma via importante de Brasília, bem como à importância histórica que deve ser dada a cada um desses homens, que se colocavam em extremos opostos do espectro político na década de 1960. De um lado, temos um ex-presidente do país, o que, numa visão histórica ligada ao conceito de nação, justificaria a escolha do seu nome. De outro, um militante de esquerda que questionava o regime autoritário liderado exatamente por esse ex-presidente, do qual restou vítima, assim como muitos outros brasileiros. O embate do passado é reencenado na escolha de símbolos da cidade que representam as escolhas de como desejamos construir a nossa identidade como povo.

No romance de Hatoum, o narrador Martim alude à atmosfera de medo que a violência traz a Brasília, apesar de sua arquitetura monumental, mundialmente celebrada (HATOUM, 2017, p. 150):

Não me machucaram quando fui detido em março de 68. Mas os pesadelos, a violência, e tudo que vem acontecendo na vida de muitas pessoas dão a Brasília um sentimento de destruição e morte que nem sequer os palácios, a Catedral, as cúpulas do Congresso e todas as curvas desta arquitetura conseguem dissipar. (p. 150)

Finalmente, além dos movimentos estudantis, o texto aborda também o envolvimento de outros grupos na contestação do regime militar: há o livreiro Jorge Alegre, que organiza exposições de filmes e manifestações junto com os estudantes, e também o embaixador Faisão, pai de um dos amigos de Martim, que fala da perseguição aos diplomatas que se opõem ao governo (HATOUM, 2017, pp. 99, 86 e 204)

“Você ainda trabalha na Encontro? Não sabe que esse livreiro vermelho é perigoso?”

Livreiro vermelho! O que Rodolfo sabia de Jorge Alegre? Meu pai não anda tão alheio à minha vida. Sem discrição (ou com discrição detetivesca) todos estão atentos à vida de todos. No silêncio da capital, rostos invisíveis vigiam e depois caluniam, acusam, delatam... (p. 99)

“Vários diplomatas foram desligados do Itamaraty, meu jovem. Políticos e tecnocratas ocupam postos importantes na Europa e no mundo todo. Nossa diplomacia foi assaltada por essa gente.” (p. 86)

Não me curvo a todas as orientações do Itamaraty, não bajulo julho esse Médici nem os ministros dele. Esses militares e civis são espectros sombrios da nossa velha tragicomédia. Foi isso que o meu murmurou minha consciência quando eu contemplava as carpas no espelho d'água do Palácio dos Arcos. Os peixes vão morrer no espelho seco, nós vamos todos morrer com sede de liberdade. Quando amanheceu, eu e a minha consciência saímos do Palácio e voltamos ao meu corpo, este corpo seco nesta cidade em que tudo é seco: o clima, a cultura, a vida. Você se lembra dos versos que a gente

traduziu outro dia? É preciso usar a razão da tempestade, jovem. Resistir com a força da razão, ver o mundo como uma coisa da mente, escutar os gritos de um pássaro e descobrir uma nova realidade. Eu e a minha consciência... Você, o peixe, cada ser com a sua consciência. Água podre, estagnada, não pode calar a cachoeira. Será que você me entende? (p. 204)

Sobre o impacto desse período na UnB, no relatório da Comissão da Verdade, lê-se (COMISSÃO ANÍSIO TEIREIXA DE MEMÓRIA E VERDADE, 2015, p. 35):

(...) a história da Universidade de Brasília representa uma espécie de microcosmo da história brasileira pós-1960. A sua relação com o projeto moderno de Brasília, o caráter vanguardista de sua concepção original, as dificuldades políticas para a sua efetiva implantação, as expectativas depositadas em seu desenvolvimento iluminam, por um lado, aquele expressivo sentimento de transformação que marcou o início da década de 1960. Por outro lado, os atos que se sucederam após o golpe de 1964 também podem ser compreendidos como uma imagem refletida do regime repressivo que se abateu sobre o Brasil: as perseguições oficiais, o afastamento imediato de seus dirigentes, as sucessivas ondas de repressão, as invasões no *campus*, a ocupação militar e, por fim, a conversão de sua estrutura diretiva, num verdadeiro aparato de segurança e informações.

Segundo Alexandre Ribeiro da Fonseca Júnior (2019, p. 510), que considera o diário de Martim o relato de um exilado:

(...) Ler a obra de Milton Hatoum, especialmente *A Noite da Espera*, requer que se reconheça esse desafio de lidar com o período ditatorial, porém garante a possibilidade de escutar a voz descentrada de Martim e, junto a ele, fazer de seu testemunho uma forma de evitar o esquecimento de tantos traumas, de tantas torturas, de tanta violência – institucionalizada e simbólica – e de tantas crises. A literatura empenha-se em resistir frente ao discurso de apagamento da memória e encena, a partir das ruínas, a vivacidade do enfrentamento e da luta.

Em conjunto com outras fontes da memória do período, como o Relatório da Comissão de Verdade, *A noite da espera* não relega ao esquecimento os movimentos de oposição que existiram em Brasília. A obra conserva a memória das ações de estudantes, da centralidade da Universidade de Brasília na resistência, do papel de Honestino Guimarães em contestar arbitrariedades e inspirar mudanças de comportamento, assim como da forte repressão a que os membros dessa oposição estavam sujeitos.

A recente polêmica com o nome que a ponte sobre o lago Paranoá deve receber – se de Honestino ou do presidente Costa e Silva –, demonstra, a meu ver, a importância da obra como fonte de reflexão sobre o passado recente de Brasília, para

além de documentos oficiais e do conhecimento acadêmico e, a partir da literatura, com a criação narrativa e o uso da imaginação.

### 3.3. Público x Privado

Embora o desenvolvimentismo de JK buscasse a inauguração de um novo capítulo da história do Brasil, em que o atraso econômico e político ficasse para trás, as próximas décadas da nova capital mostraram a manutenção do conflito entre interesses públicos e privados no governo do país e do Distrito Federal. Mesmo distante dos principais centros urbanos, Brasília não se tornou imune às práticas de compadrio entre agentes públicos e seus afiliados, o que fica evidente em algumas passagens de *A noite da espera*.

No capítulo vinte e um, em que Martim vai jantar na casa de Áurea, apelidada de Baronesa, tia de sua amiga Vana que “conhece políticos do governo e da oposição, e se dá com comandantes de regiões militares do Planalto e da Amazônia” (HATOUM, 2017, p. 139), ela conta como conseguiu morar em um apartamento localizado numa das quadras mais valorizadas da Asa Sul (HATOUM, 2017, p. 139):

Áurea me levou até a janela da sala, de onde se podia ver um trecho do Eixo Rodoviário e do cerrado; lá embaixo, a poucos metros da janela, os pássaros e as estrelas azuis e brancas do belo painel de azulejos da Igrejinha, e à esquerda, o extenso gramado que termina na Escola Parque.  
“Brasília nasceu aqui na 308”, disse Áurea. “É a superquadra-modelo, idealizada por Lúcio Costa. Tem tudo nesta quadra: escola, cinema, igreja, parquinho para crianças, posto de saúde e polícia. Não é o máximo? O setor comercial está ali, a trinta passos. Eu tive foi sorte. Um funcionário do Banco do Brasil que morava aqui foi enxotado do país. E eu fui rápida, falei com meu anjo da guarda e ocupei o apartamento (...)”

O trecho retrata como o modelo de urbanismo de Lúcio Costa, pensado para diminuir as desigualdades sociais e aproximar pessoas de diferentes origens, foi no final utilizado para reforçar antigos privilégios. Os apartamentos funcionais, destinados aos funcionários públicos, acabavam sendo por vezes ocupados por outras pessoas com contatos na Administração Pública.

A Baronesa e o Nortista, outro amigo de Martim, organizam a recepção em Brasília de fumo (*Cannabis sativa*) escondido em latas de doce de cupuaçu que eram enviadas por remessa do Coronel Zanda, militar baseado na Região Norte e personagem de *Cinzas do Norte* (HATOUM, 2010). Nesse romance anterior, ambientado em Manaus, Hatoum também aborda as relações entre agentes públicos e particulares no período da ditadura militar, em especial entre Zanda e Jano, um comerciante da cidade. Em *A noite da espera*, a Baronesa informa, com uma risada debochada, que “os deputados adoram esse doce” (HATOUM, 2017, p. 142).

Na noite em que Martim a conhece, ela tinha organizado um jantar para três amigos que estão alarmados com a violência do governo Médici (HATOUM, 2017, pp. 141-143):

(...) Reconheci pelo sotaque a origem deles: um paulista, um carioca e um gaúcho, o mais velho. Eram íntimos da anfitriã, sentaram à mesa e se serviram à vontade, pareciam acostumados à tartarugada e ao uísque da Baronesa. O paulista e o carioca eram deputados da oposição, os dois alarmados com a violência do governo Médici.

“Só vai piorar, mas não por causa de vocês”, ela disse, sorrindo para os deputados. “Os políticos subversivos foram cassados, sobraram poucos. Vai piorar por causa dos guerrilheiros... assaltos a bancos, sequestros de diplomatas, assassinatos...”

(...)

“Os golpistas de 64, civis e militares. Machões empertigados... e alguns psicopatas. O marechal Castelo Branco era um macho letrado. Um intelectual carrancudo, com um vago ideal democrático, mas foi garroteado pelos truculentos da caserna. O marechal Costa e Silva era um machão triste, de índole feroz e vingativa. Um verdadeiro Cavaleiro do Apocalipse da Ordem Militar de Cristo. É esse general Médici, a matança... ele é capaz de arrancar os olhos dos torturados, só para impedir que eles chorem de tanta dor.”

“Cuidado, Galindo”, advertiu a Baronesa, “em Brasília, até os jarros escutam.”

“Até os jarros do teu apartamento?”

“Ninguém sabe. Não quero conversar sobre isso. Mais um pouco de uísque?”

Baronesa não se comprometia com nenhum lado, mantinha-se amiga de todos e, assim, obtinha todos os benefícios possíveis. Nem mesmo garantia que as críticas do seu amigo estariam seguras em seu apartamento, pois “em Brasília, até os jarros escutam”.

Em outro capítulo, Martim conversa com o embaixador Faisão, que está no ostracismo por não apoiar o regime militar. O diplomata critica a alienação do filho, o qual deseja continuar em Brasília para dar prosseguimento aos estudos, ignorando a situação política do país. Ele ressalta que, apesar de isolado, ainda tem alguma proteção no Ministério das Relações Exteriores, mas preocupa-se com Martim, que “não tem

costas quentes” numa cidade em que não se vive sem proteção (HATOUM, 2017, p. 158-159):

“Fabius não quer sair de Brasília. Ele pode continuar os estudos aqui, pode ir até o fim. Muita gente se esforça para fingir que tudo está bem, que vive no melhor dos mundos e vira as costas para a infâmia. Meu próprio filho tem a cabeça fora do lugar. Finge que está alheio à política, ignora que há um cerco em Brasília. Tudo está ficando mais complicado. Depois do AI-5, o medo tomou conta. A liberdade é uma quimera. Essa noite macabra é muito longa, não vai acabar tão cedo assim. Um dia termina. A história é movediça. Fabius, Ângela, o Nortista e a namorada dele... todos são muito autoconfiantes. A autoconfiança exagerada é tão nociva quanto a incapacidade de compreender. Ninguém sabe o que está acontecendo no Palácio do Planalto e no comando das Forças Armadas, jovem. O que eu sei... o pouco que eu sei é desanimador. Vivo no ostracismo, mas tenho alguma proteção, uma carreira no MRE, um livro sobre a colonização portuguesa na África Ocidental, ensaios sobre literatura africana... Meu trabalho intelectual não vale nada para este governo. Mas ainda tenho amigos no Itamaraty e boas relações em outros ministérios. Fabius me disse que tua mãe demora a dar notícias e leva uma vida de cigana.”

Faisão levantou-se e lançou um olhar grave para mim, o rosto mais sério ainda. “Teu pai é um engenheiro de obras, não pode fazer nada por você. Os pais da tua namorada são apenas funcionários de ministérios. É muito pouco para proteger alguém. Sei que você está preocupado com a tua mãe. É melhor ir embora daqui, jovem. Arrumar a mala e não adiar a viagem.”

Fabius entrou no escritório, viu meu rosto pálido e as mãos irritadas do pai, abrindo e fechando a Tribo.

“Você e o moço do Amazonas não têm costas quentes. Eu estou confuso, talvez perturbado. Mas vocês estão indefesos. E esse sem proteção, essa cidade...”

“Que conversa é essa? De que vocês estão falando?”

“Das armadilhas de Brasília, meu filho. Dos desertos da vida.”

O trecho mostra como mesmo funcionários públicos de carreira, com estabilidade, são afetados pelo governo da ocasião, assim como a diferença de tratamento entre quem tem contatos na Administração Pública e quem está “indefeso”, “sem proteção”. Há na narrativa ficcional o registro da dinâmica da relação do poder com os particulares, para prejudicá-los ou favorecê-los. Para Brasilmar Nunes (2014, pp. 953-954):

A cidade e sua cultura ainda são recentes para pressupormos que haja tradições consolidadas. Já é contudo possível perceber que, para certos cargos e funções, as referências familiares já começam a ser notadas. De qualquer maneira, a ocupação de postos elevados no aparelho do Estado em Brasília oferece a estes altos funcionários o que Charle (1980: 220) chama de “capital das relações sociais”, que cada qual procura utilizar da melhor forma, segundo os seus interesses individuais. Tudo parece indicar que a cidade tende a reproduzir padrões culturais tradicionais.

Anos após a mudança para Brasília, em 1972, Martim vai até o Iate Clube a convite do pai e de sua nova esposa Margarida, assessora de alta confiança no Senado Federal. Martim estranha a roupa vistosa do pai e a expressão de êxito em seu rosto. No

almoço, recebe a notícia de que o pai tinha se desligado da Novacap e aberto um escritório de projeto e construção, onde Martim poderia trabalhar após se formar arquiteto (HATOUM, 2017, pp. 168-169):

“(...) Você já decidiu se vai ser arquiteto ou urbanista?”

Dei uma resposta vaga, e ele me surpreendeu mais uma vez: largara o emprego na Novacap, eu poderia trabalhar no escritório.

“Qual escritório?”

“De projeto e construção. Eu e meu sócio estamos construindo duas casas na ponta do Lago Sul, depois vamos construir aqui, no Lago Norte. Meu sócio ganhou terrenos e tem amigos. Eu faço os cálculos de estrutura e acompanho as obras.”

Na mesa ao lado quatro homens bebiam e falavam alto sobre gado, terrenos e obras; abri o guardanapo de papel, peguei minha caneta e anotei trechos da conversa. Depois ouvi Rodolfo dizer que Brasília ia explodir de tanto crescer; (...)

O trecho mostra a mudança de Rodolfo, que deixa de ser funcionário público para tornar-se empresário, aproveitando-se dos contatos do sócio que “ganhou terrenos e tem amigos”. O seu desejo era aproveitar o crescimento explosivo de Brasília, o qual, com os contatos certos, renderia muito dinheiro a quem estivesse disposto a construir. Em seguida, Martim atenta-se à conversa de outra mesa, ocupada por conhecidos de Margarida (HATOUM, 2017, pp. 169-170):

Margarida virou o rosto para a mesa à esquerda e acenou para um dos homens. O mais jovem falava que o senador queria comprar terras no Mato Grosso e um fazendão no norte de Goiás.

*No Mato Grosso tem terra a perder de vista, senador, disse outro homem. O problema da floresta é muito índio e pouca estrada.*

*Isto é um problema?, riu o senador.*

Meu pai garfou o último pedaço de bife e mastigou mais devagar, atento.

*A gente pode fazer um loteamento em Águas Claras, disse o mais jovem. Os terrenos perto do Plano Piloto vão se valorizar. É só arranjar um sócio. Conheço um coronel que topa.*

(...)

*Em menos de dez anos, tudo perto de Brasília vai valer uma fortuna, senador.*

O mercado imobiliário de Brasília, como registra o trecho do texto de Hatoum, tem a peculiaridade de estar diretamente relacionado com o governo do Distrito Federal, o qual detém atualmente o monopólio de 50% da propriedade de terra, sendo, consoante Mauro Barbosa Júnior, o maior agente imobiliário no processo de formação da estrutura urbana e habitacional do Distrito Federal (2015, p. 33). Para o autor (2015, p. 34):

O monopólio da propriedade das terras em poder público é uma ferramenta única que governo local dispõe para o planejamento urbano. Enquanto em outros municípios brasileiros há a presença maciça do setor privado, o

governo de Brasília acumula funções de diversos agentes envolvidos na produção do ambiente construído, atuando como proprietário de terra, planejador, programador, construtor e, em alguns casos, até mesmo como agente financeiro e vendedor de bens imobiliários (LAURIANO, 2013).

Na expansão urbana e habitacional da Capital Federal, a venda e doação de lotes foram feitos sem uma política urbana que considerasse o uso mais eficiente e socialmente justo. O regime da propriedade pública da terra não tem sido capaz de assegurar esses objetivos, inicialmente previstos no planejamento urbanístico da chamada área Plano Piloto (FARRET, 2001).

Marina Melo, que elaborou tese de doutorado sobre a expropriação de terras no Distrito Federal, enfocando a criação do bairro Noroeste, aponta que “o aumento da concentração da propriedade privada é o fator primordial de favorecimento do Estado ao capital imobiliário” (2019, p. 27). Explica a autora que:

A gestão de terras realizada pelo Estado se deu historicamente pelo repasse destes terrenos para entidades privadas interessadas na valorização imobiliárias. Este repasse envolve uma relação de troca na qual a TERRACAP é beneficiada com a venda dos terrenos, ao passo que as empresas ligadas ao capital imobiliário terão custos tanto com a compra de terra quanto com a construção dos edifícios. Porém, o capital imobiliário que se realiza com a venda do imóvel acabado se multiplica em relação ao repasse inicial à TERRACAP<sup>36</sup>.

Em poucos anos, com a mudança em sua carreira, Rodolfo aproximou-se do círculo social da Baronesa, mostrando a confusão entre os interesses públicos e privados da qual Brasília não restou imune (HATOUM, 2017, p. 216):

“Por falar em pai, almocei com o engenheiro Rodolfo e a tua madrasta. Fui convidada pelo sócio dele, amigo da Margarida. Brasília é a província mais espaçosa do país. E aqui a gente não escolhe os amigos.” (p. 216)

O conflito entre interesses públicos e particulares na capital, tal como retratado na narrativa, mostra como os desvios éticos e legais estão entrelaçados nas relações pessoais e políticas. O tema, presente em textos anteriores, como *Cinzas do Norte*, aparece explicitamente em *A noite da espera*, mostrando como essa dinâmica migrou de regiões mais antigas do território nacional para Brasília.

Nesse ponto, não se pode falar propriamente em oposição entre a visão histórica e a memória preservada dos fatos, visto que não há qualquer ilusão de que a construção de Brasília tenha contribuído para acabar com as consequências espúrias da

---

<sup>36</sup> Segundo informações retiradas do seu sítio eletrônico, “a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), criada pela Lei nº. 5.861, de 12 de dezembro de 1972, é empresa pública do Governo do Distrito Federal que tem por objetivo a execução, mediante remuneração, das atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, compreendendo a utilização, aquisição, administração, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens”. A TERRACAP era um departamento imobiliário da NOVACAP que foi desmembrado após a consolidação do Distrito Federal (“Conheça a Terracap”, [s.d.]). Fonte: <https://www.terracap.df.gov.br/index.php/conheca-a-terracap> (Acesso em 05.mai.2022)

falta de noção de dever público de parte de representantes políticos, em governos autoritários ou democráticos.

A contribuição do livro, no entanto, permanece por mostrar como, naquela nova cidade que estava sendo construída, os desvios são construídos aos poucos, em relações próximas que vão sendo tecidas entre pessoas com vínculos com o poder público, aproveitando o espaço deixado por insatisfações de outras ordens ou a ambição diante de altas quantias a serem obtidas. Mesmo fora da seara patrimonial, fica evidente no texto que quem tem um bom círculo de relações consegue se proteger de perseguições políticas, ao passo que para os demais restava a lei – ou o que era feito dela.

### **3.4. Geração pai x Geração filho**

O primeiro capítulo da obra começa com a rememoração de Martim adulto, morando em Paris em 1978, sobre o motivo que o levou a Brasília: a separação dos pais. Lina, sua mãe, havia se apaixonado por um artista e decidido deixar Rodolfo, um engenheiro formado na Politécnica, o qual não se conformava com o fim do casamento. A mudança para a capital federal, após arranjar o emprego na Novacap, representava, para ele, a possibilidade de um novo começo.

O conflito entre Martim e o pai é uma constante durante todo o romance. O jovem lida com as expectativas frustradas de Rodolfo, com as divergências políticas que tem com ele, com a mágoa que ele guarda da ex-mulher, ao mesmo tempo em que tenta construir sua identidade e suas próprias relações sociais. O seu amadurecimento não acontece, contudo, de forma linear: mesmo rejeitando o genitor, Martim se culpa por desobedecê-lo ou discordar dele.

As relações familiares e a paternidade são temas frequentes na literatura de Milton Hatoum. Para Noemi Perdigão, que analisou o relacionamento entre pais e filhos em outras obras do escritor (2015, p. 131):

Seus romances não apresentam uma paternidade tranquila; há embates contínuos e uma dificuldade de expressão do afeto e do reconhecimento

mútuos no mesmo sentido e confirmando a recorrência de narrativas em torno de dramas humanos e familiares na obra deste autor.

O contexto sócio-histórico aparece fortemente nos romances analisados como pano de fundo para os dramas familiares, não na frente da cena. Mas, de certa forma, insidiosa, ele ocupa as entrelinhas do drama familiar e relativiza o caráter dos personagens.

Corroborando esse pensamento, a autora destaca uma antiga entrevista de Hatoum na qual, tratando do seu projeto literário, ele ressalta a centralidade da memória pessoal, familiar, social e histórica (PERDIGÃO, 2015, p. 13):

Minha intenção, do ponto de vista da escritura, é ligar a história pessoal à história familiar: este é o meu projeto. Num certo momento da nossa vida, nossa história é também a história de nossa família e de nosso país (com todas as limitações e delimitações que essa história suscite).

Em *A noite da espera*, como em outros romances anteriores, há esse mesmo entrelaçamento entre um drama familiar e um contexto histórico que se revela nas relações entre os personagens. Daí a pertinência de destacar, nessa seção do trabalho, em especial no conflito entre Martim e seu pai, mas também nos relacionamentos de seus amigos e os respectivos pais, como a dinâmica familiar se relaciona com o momento histórico pelo qual passava Brasília, o *locus* da narrativa.

Um dos episódios iniciais em que Martim se depara com a dificuldade em entender o pai ocorre após o primeiro passeio dos dois na capital, de barco, no lago Paranoá (HATOUM, 2017, p. 35):

Carregamos o bote de borracha até a margem do Paranoá. Perdia o ritmo das remadas quando um pássaro triscava a água e voava na direção dos blocos da Colina; na extremidade norte do lago, Rodolfo disse a primeira frase do nosso passeio: “O sol do planalto engana”.

Molhou o rosto, remamos até o Iate Clube, encostamos o bote na beira do lago e subimos no atracadouro; vimos mulheres de chapéu e maiô sentadas na varanda, homens jogando tênis e vôlei nas quadras. Íamos tomar um refrigerante no bar, mas um segurança nos barrou. Quando saímos do clube, meu pai decidiu interromper o passeio.

Fiquei no meu quarto, lendo e estudando; de vez em quando lembrava a reação de Rodolfo ao ser barrado; ele ia discutir com o homem, mas desistiu. “Um engenheiro da Politécnica barrado por um analfabeto”, desabafou, enquanto remava para a margem. O rosto, frustrado, estava queimado pelo sol enganoso do planalto. (p. 35)

Rodolfo se frustra com a negativa de adentrar um espaço de convívio em Brasília que entendia adequado à sua formação e à sua posição social. É negado a ele o papel de liderança que lhe cabia no modelo de família patriarcal a que ele se filiava, vigente como símbolo predominante até meados do século XX, mesmo não sendo o modelo mais frequente de família (PERDIGÃO, 2015, p. 25).

Como aponta Roberto Da Matta, a família, entre nós, “não é apenas uma instituição social capaz de ser individualizada, mas constitui também e principalmente um *valor*”. Para o autor, há uma escolha da sociedade brasileira que valoriza a família como um ente fundamental à vida social, que funciona não só como um grupo social, mas como uma rede de relações. Possuir uma família completa era uma forma de sucesso ou superioridade social (MATTA, 1987, p. 125-130).

A frustração de Rodolfo o leva a se alinhar cada vez mais com o governo militar, o qual parece, a seus olhos, isento das críticas dirigidas pelos estudantes (HATOUM, 2017, pp. 47-48):

Meu pai chegou tarde da noite e foi direto para o quarto.  
Falou comigo quando voltou da missa no final da manhã deste domingo.  
“Ontem mais de mil estudantes foram à assembleia do Parlamento Latino-Americano. Eles e os políticos da oposição dormiram no Congresso Nacional. Querem desmoralizar nosso governo patriótico.”

À medida que Martim se envolve mais no movimento estudantil, a tensão com Rodolfo cresce. O jovem é levado à delegacia no mesmo dia de uma manifestação estudantil, após dormir no bote em que remava no Paranoá e acabar parando no Palácio do Alvorada, o que desagrade a Rodolfo (HATOUM, 2017, pp. 42-46). Martim começa a questionar a autoridade paterna, cuja imagem e voz o perseguem pela cidade, mas não ousa responder ao pai (HATOUM, 2017, pp. 48, 49, 50 e 52):

Duas da tarde: vi pela janela Dinah e Lázaro na entrada do Centro de Ensino Médio. Quando descí, meu pai estacionava a Rural e me chamou: “Brasília vai parar, os funcionários da Novacap e dos ministérios foram dispensados”. Saiu do carro e notou o movimento dos estudantes no outro lado da L2. Dinah e Lázaro já não estavam lá.  
“Nesta semana não teve aula na tua escola. Se você for preso mais uma vez, só Deus vai te libertar.”  
Por que obedecer a esse homem? Por ser ele mais forte do que eu? Por eu temer uma voz grave? Ganhar uma mesada de merda? (p. 48)

Almocei no Palácio da Fome, as aulas foram canceladas, a Biblioteca Central ficou fechada. O Nortista e Vana esperavam o ônibus na L2: iriam à rodoviária e depois à praça Vinte e Um de Abril. O rosto de Rodolfo apareceu na janela do apartamento, corri para alcançar o ônibus, sem olhar para trás. Mas o rosto parecia me seguir durante o trajeto até a rodoviária, onde grupos de estudantes seguravam faixas com nomes de escolas das cidades-satélites. (p. 49)

Um ônibus amarelo e verde passou pelo Eixo Monumental, a água do lago escurecia na tarde no junho, eu pensava na coragem dos meus amigos, no rosto do Rodolfo na janela, o rosto voltado para mim, o olhar ofuscado pela distância. O Teatro Nacional é uma pirâmide sem vértice: o volume inacabado parece o maior mausoléu de Brasília, todos os mortos ilustres da capital cabem lá dentro. O sol, agora fraco, ilumina duas faces da pirâmide,

viaturas do Exército protegem a Esplanada e o Palácio do Planalto. Imaginava a voz de Dinah no meio da multidão, mas outra voz me chamava, a voz grave que me acovarda. (p. 50)

Rodolfo me esperava ao lado da janela, com o olhar que eu nunca decifraria. Ele se aproximou lentamente.  
“Você quer atrapalhar meus planos?”  
Eu ia dizer que não participava da passeata na W3, murmurei sons confusos que ninguém escutou, palavras engolidas, travadas no pensamento. (p. 52)

Martim percebe uma mudança no humor do pai na data de edição do Ato Institucional nº 5, decreto que representou um recrudescimento do regime, por permitir a suspensão de direitos políticos de qualquer cidadão e a cassação de mandatos eletivos, além de suspender a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular (HATOUM, 2017, pp. 54-55):

Noite do dia 13: notei no rosto do meu pai um regozijo mudo, só para ele. Não conversamos desde a tarde em que me agrediu; ele deixa bilhetes com uma lista de alimentos e, ao lado do papel dobrado, o dinheiro das compras. O silêncio entre nós parece obedecer a uma lei.

(...)

Nos dias de fechamento da escola, enquanto lia os livros de poesia e teatro emprestados por Jorge Alegre, uma sombra passava pela sala, perscrutava meu quarto e sumia no corredor.

Só no dia 14 entendi o motivo do júbilo paterno: o Ato Institucional número 5. Nesta última semana de dezembro, Rodolfo empilhou revistas e jornais na mesa da sala e recortou fotografias do rosto de buldogue pelancudo do marechal Costa e Silva; coleciona rostos militares e civis (o ministro da Justiça que redigiu o AI-5, magistrados e políticos bajuladores) e rasga com raiva as fotos de políticos cassados. A mesa da sala ficou coberta de imagens de heróis do meu pai, e o chão repleto de rostos de papel, cortados em tiras finas como serpentinas de uma festa macabra. Tive uma vaga consciência de que Rodolfo estava enlouquecendo, percebia sintomas de loucura nos gestos e atitudes dele. E me perguntava, quem, ou o quê, ele odiava. (p. 54-55)

O que ele odiava? O que simbolizava, para aquele pai, o fortalecimento de um regime autoritário? Gabriel Albuquerque, analisando as três primeiras obras de Hatoum – *Relato de um certo Oriente*, *Dois Irmãos* e *Cinzas do Norte* –, aponta a existência de um universo ficcional em que os grupos familiares vão se arruinando em meio ao projeto militar para a Amazônia brasileira, a partir dos anos 1960. Em *Cinzas do Norte*, o autor aponta que o poder do *pater familias* ultrapassa as margens familiares e assume dimensão mais ampla na figura dos militares com os quais Jano, o patriarca daquela história, se relaciona (ALBUQUERQUE, 2006, p. 125).

No caso de Rodolfo, a escalada autoritária dos governantes militares parece representar uma reação ao eminente colapso do mundo que ele conhecia, o qual havia se

iniciado com o fim do seu casamento. O crescimento das reivindicações sociais representadas no texto pelo movimento estudantil, a emancipação feminina e o surgimento de novas formas de expressão da subjetividade, fora do modelo da família tradicional, representavam para aquele pai uma ameaça aos seus valores fundamentais, dos quais os militares eram defensores.

O ódio de Rodolfo ao rumo que a sociedade estava tomando fica evidente na obra (HATOUM, 2017, pp. 54-55):

A voz de Rodolfo, calma demais. Está feliz com a mulher daquela noite? Talvez vá morar com ela e queira se livrar de mim, dos buracos cheios de ratos e baratas no térreo sombrio, dos protestos do campus, das repúblicas de estudantes na vizinhança, “civis de maconheiros e travestis”, como ele dizia. Às vezes saíam quase nus, rosto maquiado, lábios pintados de roxo ou carmim, os seios das moças salpicados de estrelinhas prateadas. Outras vezes saíam bem-vestidos do bloco B e agrediam com chutes um mendigo deitado sob a imensa gameleira na calçada. Rodolfo ignorava que eram alunos do curso de cinema e encenavam curtas-metragens. Detestava toda a vizinhança; e certa vez, numa tarde de sábado, quando três homens de chapéu e botas de vaqueiro trotavam em plena L2, Rodolfo riu com escárnio e perguntou: “Isto é uma fazenda ou a capital de um país?”. Não é para ele a Asa Norte, nem esse bloco de acabamento tosco, sem cor, no meio do barro e da tristeza. (p. 125)

Apontou o jornal na mesa: “Não bastou uma detenção? Não se envergonha de sair na primeira página? Você, no meio dos vândalos, invadindo a reitoria”. Uma fotografia do protesto contra Romero Blanco. Eu tocava as costas de Dinah e alguém, talvez Lázaro, me empurrava. A fumaça de uma bomba de gás borrava a imagem dos corpos, mas meu pai me reconheceu. (p. 126)

A reação de Rodolfo, não obstante a sua situação individual, não aparece no texto como um caso isolado, pois outros pais de amigos de Martim têm atitudes semelhantes e manifestam apoio ao regime militar. O pai de Ângela, que é senador, mostra-se próximo de Costa e Silva, e o pai de Dinah, economista, está otimista com o crescimento econômico do país, mesmo com as ressalvas da esposa (HATOUM, 2017, pp. 83, 136 e 230):

“A morte do Costa e Silva deixou meu pai deprimido, Martim. O ambiente em casa ficou fúnebre, minha mãe é amigona da primeira-dama. Meu pai viajou pro Rio e foi ao enterro do marechal. Quando voltou pra Brasília, fez um discurso no Congresso em memória dele. Um obituário tão bajulador, que me deu vergonha.” (p. 83)

Eu conhecia a voz do casal por telefone; ao vivo, a do economista é mais fanhosa que antipática. Citou números de crescimento econômico: “O Brasil, apesar do governo bruto, está prosperando”, sentenciou com voz de autoridade. “Dinah é ingênua ou imatura, os jovens não entendem, não entendem...”

“Duvido”, disse a mulher. “Os jovens entendem muita coisa, eles pensam e agem de outra maneira. Nós é que mofamos nos ministérios e vemos o Brasil por uma única janela.” (p. 136)

Quando acordei, Dinah já havia saído do quarto; a chuva cessara, nuvens escuras com frestas de claridade escalavam o céu; à minha direita, vi no console o casal de economistas num porta-retratos. O nariz de berinjala estava ali, inteiro no rosto ambicioso, de uns trinta anos. Mas o rosto que eu conheci e a voz que escutei, além de ambiciosos, pareciam ávidos de poder. Com a idade, máscaras diversas vão cobrindo o rosto das pessoas, até que uma, definitiva, não se descola mais da pele e dos olhos. Talvez seja o caso do meu futuro sogro, cuja máscara repetia numa tarde de fevereiro: “nossas exportações fabulosas de cítricos e grãos...”. (p. 230)

Para Irisvaldo de Souza e Mayara Guimarães (2021, p. 13), que veem no romance um exemplo que literatura que busca lidar com o trauma:

(...) a perlaboração da experiência traumática como um todo no texto em análise — ruptura familiar, choques do cotidiano, opressão e violência da ditadura, exílio e melancolia — tem seu ponto de partida no desejo do sujeito histórico de não ficar calado, de levantar a voz e de testemunhar para a posteridade as injustiças sofridas num regime de exceção. Essa é atitude de Martim ao organizar os manuscritos do “baú de memórias coletivas” que levou consigo para o exílio. Também é a atitude de Milton Hatoum ao tomar a noite mais sombria da história brasileira como matéria romanesca e lugar de memória. E há de ser a do próprio leitor ao aceitar o pacto da literatura de testemunho, com sua proposta de expor as entranhas mais aviltantes e dolorosas do “real”.

O conflito entre Martim e Rodolfo, e entre seus amigos e os respectivos pais, aparece como o símbolo de uma disputa geracional sobre o futuro que deveria ser construído para o Brasil, seguindo um caminho de retorno à tradição e à ordem estabelecida, como defendido pelos pais, ou de transformação da sociedade, pela qual lutavam os filhos.

Essa disputa, ambientada em Brasília, relaciona-se também com o futuro que se delineava para a cidade, a qual cada vez mais se afastava da utopia modernista de JK, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer para se aproximar de antiquados modelos de organização urbana e social. A antiga utopia era substituída por outra, mais nova, relacionada com o fim da ditadura e a criação de uma sociedade mais igualitária, na qual a nova capital aparecia como espaço, e não como meta em si mesma, que supostamente traria a reboque todas as transformações necessárias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Por mais que a considere linda, acho a linguagem da epopeia inconvincente, pois não consigo aceitar que os mitos que contamos acerca do começo de nossas vidas nos preparem para as segundas vidas mais autênticas e brilhantes a que precisamos dar início assim que despertamos.*

(Orhan Pamuk, *Istambul – memória e cidade*)

A menina Miranha, batizada de Isabella ao chegar em Munique com Spix e Martius, morreu em 1821. Em *O som do rugido da onça*, de Micheliny Verunschik, a pequena Iñe-e não foge a esse destino. Após a morte, ela transforma-se, porém, em uma grande onça, que atravessa o Oceano Atlântico, visita seus ascendentes, vislumbra todas as agruras que passariam os indígenas no Brasil e, de volta à Alemanha, espreita seus captores até o dia em que morrem. Ao final, com um rugido feroz, que ribomba por todos os cantos, rompe “as amarras que prendiam os fantasmas do seu povo àquele lugar”, permanecendo ela mesma lá, “incansável, treinada na prontidão, sem esquecer jamais” (VERUNSCHK, 2021, pp. 152-153).

Não é possível apagar o que aconteceu, seja na célebre viagem de Spix e Martius, seja na epopeia de construção de Brasília e nos primeiros anos da nova capital federal. A complexidade do passado abarca tanto a ciência e a arte que nascem da exploração de novos territórios, quanto a barbárie de retirar crianças do seio de suas famílias de origem para morrer no inverno europeu; tanto o surgimento de uma cidade planejada que se torna Patrimônio Mundial da Humanidade, quanto a perpetuação ou o agravamento dos problemas que ela se propunha a solucionar.

Um lado não anula o outro, e nem é essa a intenção deste trabalho. O que me propus a demonstrar é o papel da literatura em iluminar o que permanecia

escondido, oculto sob camadas de textos, discursos e histórias anteriores que ressaltavam apenas um lado do passado, mais vistoso, nobre e mesmo conveniente, o qual desperta em nós a atração das epopeias, o desejo de torcer pelo sucesso de um herói.

No primeiro capítulo, antecedendo a análise da obra *A noite da espera*, de Milton Hatoum, tratei da construção de Brasília não apenas em um sentido literal, mas também como um símbolo do futuro do Brasil, que estaria abandonando o passado de atraso e entrando no rol das nações ditas civilizadas. O governo JK, responsável pela mudança da capital federal, investiu em propaganda oficial para divulgar o sucesso da construção de Brasília e a genialidade de sua concepção urbanística, sempre relacionando-a com marcos históricos importantes para a Nação brasileira, contribuindo para reforçar tal comunidade imaginada de pessoas, na terminologia de Benedict Anderson. Essa narrativa de Brasília, contudo, omitia problemas reais que a cidade enfrentou desde os primeiros anos e que dariam origem a contradições da nova capital, abordadas por Hatoum em seu romance.

No segundo capítulo, analisei especificamente a relação entre História, memória e literatura, para compreender como *A noite da espera* poderia contribuir para entender Brasília para além de um símbolo da nacionalidade, como uma cidade real e concreta, e gerar, a partir daí, novas possibilidades para seus habitantes.

Abordei como o discurso histórico, não obstante as transformações pelas quais passou a disciplina nas últimas décadas, em especial com a valorização das fontes orais e do tempo presente, é marcado ainda hoje pela noção de nacionalidade e tempo cronológico que caracterizou o início da História como disciplina acadêmica. Fora do ambiente universitário, prioriza-se o estudo de um tipo específico de acontecimentos, os que se relacionam com a vida política oficial dos Estados, o que resulta na construção de uma história de vencedores, que esconde os conflitos e disputas que estão presentes em toda época.

Tratei também da teoria de memória de Paul Ricoeur, a partir da qual foi possível entender como a memória, em seu dever de fidelidade ao passado, preserva os fatos que ficam de fora do relato oficial por serem considerados pequenos ou inoportunos demais. Na memória individual de participantes diretos ou indiretos desses

eventos, ou na memória coletiva de um grupo ou sociedade composta por múltiplas memórias individuais, como identificado por Halbwachs, ocorre a salvaguarda de eventos que são colocados à margem da História.

Referindo-me à problemática do esquecimento, aludi às iniciativas de preservação da memória, como os lugares de memória mencionados por Pierre Nora e as Comissões da Verdade organizadas para apurar abusos e violações, abordadas no terceiro capítulo, que cumprem a função de impedir que eventos importantes sejam esquecidos quando suas últimas testemunhas não estiverem mais vivas. Há um desejo de memória, voltado às gerações futuras, que se beneficiarão do conhecimento desses fatos, mas também às passadas, honrando suas vidas.

Ao final do segundo capítulo, discorri sobre como a arte – e a literatura, no que nos interessa –, com ou sem essa intenção, protege o passado do esquecimento. A memória individual ou coletiva funciona como matéria-prima para a criação artística, mas também termina por compor a própria memória de uma sociedade. Sabe-se muito do Holocausto, por exemplo, pela narrativa de sobreviventes, mas também pelas obras artísticas que o elegeram como tema – talvez até mais por essas, considerando, no caso dos filmes, o alcance da cultura de massa.

Por fim, no terceiro capítulo, analisei como Milton Hatoum, em *A noite da espera*, retoma lembranças do seu próprio passado para criar um retrato dos primeiros anos de Brasília. A sua biografia deixa evidente que ele não é Martim, nem foi para a capital nas mesmas circunstâncias que o personagem. Trata-se de uma narrativa ficcional apoiada, contudo, em acontecimentos reais. A obra apresenta as contradições da formação de Brasília; a experiência de morar em uma cidade com um plano urbanístico inovador, ainda por terminar; o cotidiano das famílias pioneiras e dos primeiros estudantes da UnB; os movimentos de contestação política; a permanência de velhos problemas brasileiros; entre outros aspectos que não foram privilegiados na presente análise. Com isso, preserva e compõe a memória de Brasília, revelando singularidades desconhecidas mesmo dos próprios brasilienses.

Chegando à conclusão da presente dissertação, vale rememorar a surpresa de Lúcio Costa, em visita a Brasília na década de 1980, ao conhecer a plataforma da Rodoviária que ele havia planejado como um lugar sofisticado, inspirado em Piccadilly

Circus, Times Square e Champs Elysées, mas que havia sido tomada pelos habitantes da cidade (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2008, p. 12):

(...) Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. É o Brasil ... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma bastilha. Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior, mais bela. Eu fiquei satisfeito, me senti orgulhoso de ter contribuído.

Finalmente, antes de aludir pela última vez à obra de Verunschik, relembro o prólogo de Ricardo Piglia ao texto *O último leitor*, no qual ele conta a história de um homem que construiu uma maquete de Buenos Aires no sótão de sua casa. Toda a cidade estava concentrada ali, porém modificada e alterada pela visão e pela loucura do seu construtor. O narrador se surpreende ao perceber que a maquete influenciava a Buenos Aires real, as modificações pelas quais passava a réplica tornavam-se verdadeiras na cidade na forma de acidentes e catástrofes inexplicáveis. Enfim, sem conseguir se esquecer da Buenos Aires microscópica, conclui que “o que podemos imaginar sempre existe, em outra escala, em outro tempo, nítido e distante, como num sonho” (PIGLIA, 2006).

O autor que escreve sobre Brasília, à semelhança do construtor da maquete, “imaginou uma cidade perdida na memória e a repetiu tal como a lembra” (PIGLIA, 2006). Na leitura da obra, essa atividade solitária, fixam-se em nós imagens que se tornam mais nítidas do que a realidade na qual se baseou. O passado não volta, mas a mensagem preservada pela memória está lá – incansável, de prontidão, para não se esquecer jamais.

## BIBLIOGRAFIA

### 1) Reportagens e páginas da Internet:

**A história de Ceilândia.** Disponível em: <<https://www.ceilandia.df.gov.br/2019/11/08/a-historia-de-ceilandia/>>. Acesso em: 14 maio. 2022.

**ALVES, G. Memória sobre movimento estudantil serve de reflexão para lutas atuais.** Disponível em: <<http://www.dex.unb.br/noticias/643-memoria-sobre-movimento-estudantil-serve-de-reflexao-para-lutas-atuais>>. Acesso em: 15 maio. 2022.

**ALVES, P. Ibaneis veta mudança de nome da Ponte Costa e Silva para Honestino Guimarães, no DF.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/12/14/ibaneis-veta-mudanca-de-nome-da-ponte-costa-e-silva-para-honestino-guimaraes.ghtml>>. Acesso em: 18 maio. 2022.

**Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).** Disponível em: <<https://jk.cpdoc.fgv.br/fatos-eventos/banco-nacional-de-desenvolvimento-economico-bnde>>. Acesso em: 24 maio. 2022.

**BASTOS, J. H. Milton Hatoum lança livro cujo pano de fundo é a repressão militar.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1928748-escritor-amazonense-lanca-obra-cujo-pano-de-fundo-e-a-repressao-militar.shtml>>. Acesso em: 14 maio. 2022.

**BRAGA, P. DE C. Assassinato do estudante Edson Luís.** Disponível em: <<https://riomemorias.com.br/memoria/assassinato-de-edson-luis/>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

**Brasília em 50 escritos.** Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2010/05/02/interna\\_diversao\\_arte,190052/brasil-ia-em-50-escritos.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2010/05/02/interna_diversao_arte,190052/brasil-ia-em-50-escritos.shtml)>. Acesso em: 24 maio. 2022.

**Ceilândia 47 anos: história, cultura e muita festa.** Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/brasil-ia/ceilandia-47-anos-historia-cultura-e-muita->

festa/>. Acesso em: 25 maio. 2022.

**Conheça a Terracap.** Disponível em: <<https://www.terracap.df.gov.br/index.php/conheca-a-terracap>>. Acesso em: 15 maio. 2022.

**Construção de Brasília - Os candangos.** Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/construcao-de-brasilia/5>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

**Desaparecido há 42 anos, Honestino Guimarães recebe anistia.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2014/04/desaparecido-ha-42-anos-honestino-guimaraes-recebe-anistia.html>>.

ELEUTÉRIO, R. **Pedra Fundamental da Nova Capital: Em Documentos.** Disponível em: <<http://cerratense.com.br/ecodocumentosrobson.html>>.

Especial Brasília 50 anos. **Revista Veja**, nov. 2009.

FURTADO, C. **Discurso de posse de Celso Furtado na Academia Brasileira de Letras.** Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/celso-furtado/discurso-de-posse>>. Acesso em: 25 maio. 2022.

HATOUM, M. **A noite da espera.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3-bPqrVdS-8>>. Acesso em: 14 maio. 2022.

LIMA, A. S. DE. **Spix, Martius e o legado histórico-científico-ficcional das viagens.** Disponível em: <<https://blog.bbm.usp.br/2019/spix-martius-e-o-legado-historico-cientifico-ficcional-das-viagens/>>. Acesso em: 13 maio. 2022.

MACEDO, C. **Milton Hatoum lança “Pontos de fuga” segunda parte de trilogia.** Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/10/26/interna\\_diversao\\_arte,801052/milton-hatoum-pontos-de-fuga.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/10/26/interna_diversao_arte,801052/milton-hatoum-pontos-de-fuga.shtml)>. Acesso em: 14 maio. 2022.

**PROMEMEU.** Disponível em: <<http://arquivocentral.unb.br/acervo/promemeu#documentos>>. Acesso em: 15 maio. 2022.

SASSE, C. **Brasília é cercada por cinturão de pobreza, apesar de dinamismo econômico da região.** Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/05/brasil-e-cercada-por-cinturao-de-pobreza-apesar-de-dinamismo-economico-da-regiao>>. Acesso em: 14 maio. 2022.

SQUARISI, D. **Candango: origem.** Disponível em: <<https://blogs.correiobraziliense.com.br/dad/candango-origem/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

STIGLMAIER, J. B. **Grabrelief der Indianerkinder Juri und Miranha.** Disponível em: <<https://sammlungonline.muenchner-stadtmuseum.de/objekt/grabrelief-der-indianerkinder-juri-und-miranha-10010234.html>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

## 2) Obras literárias:

BORGES, J. L. **Ficções.** 7ª ed. São Paulo: Globo, 1997.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HATOUM, M. **A noite da espera.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HATOUM, M. **Cinzas do Norte.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LOURENÇO, E. **O labirinto da saudade.** 5ª ed. Lisboa: Publicações Don Quixote, 1992.

MORAES, V. DE; JOBIM, A. C. **Brasília, sinfonia da alvorada.** Columbia, 1960.

PIGLIA, R. **O último leitor.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VERUNSCHK, M. **O som do rugido da onça.** São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

## 3) Obras críticas e teóricas:

ALBUQUERQUE, G. Um autor, várias vozes: identidade, alteridade e poder na narrativa de Milton Hatoum. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n.

28, p. 125–140, 2006.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Editora 34, 2017.

ATHAYDE, D. D. **Brasília: meio século da capital do Brasil**. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, 2011.

BARBOSA JÚNIOR, M. R. **De plano piloto a metrópole: entraves e desafios da política habitacional de Brasília**. 2015. xv, 103 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BARTHES, R. **Michelet**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOCH, M. L. B. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMPOS PINTO, C. Pátria imaginada: nacionalismo, raça e direitos humanos em Meditação de Gonçalves Dias. *Nau Literária*, v.18, n.1, 2022.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000.

CARRETERO, M.; VAN ALPHEN, F. History, Collective Memories, or National Memories? How the Representation of the Past Is Framed by Master Narratives. In: **Handbook of Culture and Memory**. New York: Oxford University Press, 2018. p. 283–303.

CEBALLOS, V. G. de. **"E a história se fez cidade... " : a construção histórica e historiográfica de Brasília**. 2005. 167 f., Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CIDADE, L. C. F.; MORAES, L. B. DE. Metropolização, imagem ambiental e identidade de cidade no Distrito Federal. **Geografia**, v. 29, n. 1, p. 21–37, jan. 2004.

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. **PDAD 2018 - Destaques**. Disponível em: <[https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Destaques\\_PDAD\\_revisado.pdf](https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Destaques_PDAD_revisado.pdf)>. Acesso em: 14 maio. 2022.

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. Divisão territorial. In: **Atlas do Distrito Federal**. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2020a. p. 68–73.

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL. Meio socioeconômico. In: **Atlas do Distrito Federal**. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2020b. p. 75–93.

COSTA, M. DE F. Os “meninos índios” que Spix e Martius levaram a Munique. **Artelogie**, n. 14, 4 set. 2019.

COUTO, B. G. **Ideologia e utopia de Brasília: disputas em torno do projeto de Brasil moderno**. 2013. 181 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CRULS, L. **Relatório Cruls: (relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012. v. 22

DALCASTAGNÈ, R. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, v. 0, n. 26, p. 13–71, 2005.

DOSSE, F. **A história**. Bauru: EDUSC, 2003.

DOSSE, F. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 04, n. 01, p. 05–22, 1 jun. 2012.

FARIA, D. B. A. DE. Paisagem de cacoc e dores revoltadas: As marginalias da ditadura em livros de uma biblioteca universitária. **Tempo e Argumento**, v. 9, n. 21, p. 243–289, 2017.

FONSECA JÚNIOR, A. L. R. DA. O recurso ao diário em *A Noite da Espera*, de Milton Hatoum: o desenho de um conflito pessoal e de um conflito histórico-político. **Letras de Hoje**, v. 54, n. 4, p. 503–511, dez. 2019.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, esquecer, escrever**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GOMES, A. L. DE A. **Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956 – 1960)**. 2008. 351 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

GOMES, R. C. **Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008b.

HALBWACHS, M. **Memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

- HOBBSAWM, E. J. Introdução: A invenção das tradições. In: **A invenção das tradições**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. p. 9–24.
- HOLSTON, J. **The modernist city: an anthropological critique os Brasília**. Chicago: The University of Chicago Press, 1989.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: [s.n.].
- KUBITSCHKE, J. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- LEGOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- LEVI-STRAUSS, C. **Mito e significado**. 1ª ed. Lisboa: Edições 70, 1987.
- MAGRI, M. M. **Imagens da ditadura militar brasileira em romances de Caio Fernando Abreu, Bernardo Carvalho e Milton Hatoum**. 2015. 250 f., il. Tese (Doutorado em Letras) —Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MATTA, R. DA. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: **Pensando a família no Brasil: da Colônia à Modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo / UFRRJ, 1987. p. 115–136.
- MELO, M. L. **A expropriação de terras em Brasília /DF: urbanização a interesse de quem?** 2019. 245 f., il. Tese (Doutorado em Política Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- MENESES, U. T. B. DE. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 34, p. 9, 31 dez. 1992.
- NEITZEL, A. D. A. ESPAÇOS MOVENTES: A DINAMICIDADE DE AS CIDADES INVISÍVEIS. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 26, 20 mar. 2009.
- NORA, P. Entre memória e história. **Projeto História**, v. 10, n. dez, p. 7–28, 1993.
- NUNES, B. F. Brasília na rede das cidades globais: apontando uma tendência. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 3, p. 941–961, dez. 2014.
- PACHECO, M. E. O. **Os limites da gentrificação na vila planalto**. Os limites da gentrificação na Vila Planalto. 2015. 217 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PAYEN, P. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 4, n. 6, p. 103–122, 22 maio 2011.

PERDIGÃO, N. H. B. DE. **Pais, patriarcas, algozes, amigos: a paternidade em Dois Irmãos e Cinzas do Norte, de Milton Hatoum**. 2015. 147 f., il. Tese (Doutorado em Letras) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200–2012, 1992.

RAMOS, D. C. M. P. Memória e literatura: contribuições para um estudo dialógico. **Linguagem em (Re)vista**, v. 6, n. 11/12, p. 92–104, 2011.

RENAN, E. **Qu'est-ce qu'une nation?** Disponível em: <[http://www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/Renan\\_-\\_Qu\\_est-ce\\_qu\\_une\\_Nation.pdf](http://www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/Renan_-_Qu_est-ce_qu_une_Nation.pdf)>.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, I. L. DE; GUIMARÃES, M. R. Trauma e testemunho em *A Noite da Espera*, de Milton Hatoum. **Literatura e Autoritarismo**, v. 37, p. 3–16, jun. 2021.

TODOROV, T. **Los abusos de la memória**. Granques, Espanha: Miguel Salazar, 2000.

VELLOSO, M. P. História, literatura e memória: uma discussão sobre universos fronteiriços. **Mouseion**, v. jan-abr, n. 11, p. 4–22, 2012.

WALTER, R. Literatura, História e Memória no Contexto Pós-Colonial. **Eutomia**, v. 1, n. 05, p. 1–11, 2010.